

Dossiê Mulheres Negras

retrato das condições de vida das **mulheres negras** no Brasil



Organizadores

Mariana Mazzini Marcondes
Luana Pinheiro
Cristina Queiroz
Ana Carolina Querino
Danielle Valverde



Dossiê Mulheres Negras

retrato das condições de vida das **mulheres negras** no Brasil



Organizadoras

Mariana Mazzini Marcondes
Luana Pinheiro
Cristina Queiroz
Ana Carolina Querino
Danielle Valverde

ipea

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cesar Loureiro de Azeredo

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais**

Renato Coelho Baumann das Neves

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia**

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Rogério Boueri Miranda

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

**Assessor-chefe de Imprensa e
Comunicação**

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Dossiê Mulheres Negras

retrato das condições de vida
das **mulheres negras** no Brasil



Organizadoras

Mariana Mazzini Marcondes
Luana Pinheiro
Cristina Queiroz
Ana Carolina Querino
Danielle Valverde

ipea
Brasília, 2013

Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida
das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana
Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013.
160 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7811-188-5

1. Mulheres. 2. Discriminação Racial. 3. Negros. 4.
Condições de Vida. 5. Brasil. I. Marcondes, Mariana
Mazzini. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 305.4880981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não
exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO IPEA	7
APRESENTAÇÃO SPM/PR	9
APRESENTAÇÃO ONU MULHERES	11
APRESENTAÇÃO SEPPIR	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
TRANSFORMAÇÕES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA OS DIFERENTES GRUPOS DE COR E SEXO	35
Edilza Correia Sotero	
CAPÍTULO 2	
ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO (1995-2009)	53
Márcia Lima	
Flavia Rios	
Danilo França	
CAPÍTULO 3	
A CONCRETIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES: DISPARIDADES DE RAÇA E GÊNERO NO ACESSO A BENS E NA EXCLUSÃO DIGITAL.....	81
Layla Daniele Pedreira de Carvalho	
CAPÍTULO 4	
MULHERES NEGRAS, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA	109
Tatiana Dias Silva	
CAPÍTULO 5	
A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES POR AGRESSÃO FÍSICA, SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL	133
Jackeline Aparecida Ferreira Romio	
NOTAS BIOGRÁFICAS	159

APRESENTAÇÃO IPEA

Ao longo dos últimos anos, as questões relativas à igualdade de gênero e raça têm ocupado cada vez mais espaço na agenda pública nacional, tanto no que se refere aos debates e reflexões promovidos pelo movimento social e pela academia, quanto na apropriação dos temas pelas instituições do Estado. Neste contexto, o desenvolvimento de um conjunto de políticas de caráter afirmativo, que se somam às importantes políticas universais, tem contribuído, sem dúvida, para a conformação de uma sociedade que avança paulatinamente rumo à igualdade.

As conquistas alcançadas no campo da igualdade de gênero e raça, porém, não podem ofuscar os enormes desafios ainda impostos. Os indicadores sociais disponibilizados todos os anos em nível nacional, e consolidados na publicação *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, editada pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e a ONU Mulheres, permitem dimensionar as grandes distâncias que ainda separam homens e mulheres e negros e brancos. De qualquer ângulo em que se tomem estes grupos – no campo da saúde, do trabalho, da educação, no espaço doméstico –, a realidade ainda revela muitas desigualdades. A persistência deste cenário aponta, a cada dia, para a força estruturante dos valores e convenções de gênero e raça na conformação do quadro maior de desigualdades que ainda marca o país.

Para a compreensão desses fenômenos, há que se considerar a relevância de um novo conceito, há pouco apresentado ao debate público e já percebido como de grande utilidade e relevância. Trata-se da ideia de interseccionalidade, que remonta às dinâmicas e processos de interação entre dois ou mais eixos de subordinação na construção de situações de exclusão e opressão. Isto significa que tais situações são vivenciadas de forma diferenciada se consideradas mulheres negras e brancas, ou homens negros e brancos. São ainda mais diferenciadas se inseridas na análise as categorias de classe, geração, regionalidade ou orientação sexual, por exemplo. A menção a desigualdades de gênero, considerando-se apenas homens e mulheres, torna-se, a partir desta perspectiva, bastante simplificador, e não reflete inteiramente o que de fato acontece.

É com o intuito de estimular estas reflexões que, em última análise, este *Dossiê mulheres negras* foi elaborado. E de forma inovadora, as instituições parceiras abrem espaço para que as questões aqui colocadas sejam analisadas a partir da perspectiva de jovens mulheres negras, convidadas a estudar um conjunto de

indicadores sociais capazes de evidenciar as inúmeras desigualdades integrantes de suas experiências enquanto pertencentes ao grupo que vivencia, no cotidiano, o impacto destes processos múltiplos e simultâneos de exclusão.

Para o Ipea, integrar este esforço interinstitucional é cumprir à risca sua missão de produzir, articular e contribuir para que seja gerado conhecimento capaz de alterar, de fato, a realidade ainda vivenciada pelo país.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura.

Marcelo Côrtes Neri

**Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

APRESENTAÇÃO SPM/PR

O conhecimento sobre as formas como as desigualdades de gênero se produzem e reproduzem é condição para que elas possam ser enfrentadas, por meio da articulação da ação dos movimentos feministas e de mulheres, do Estado brasileiro, de organismos internacionais, acadêmicos(as), e de diversos atores sociais que, juntos(as), vêm construindo a igualdade enquanto uma realidade. O reconhecimento de que a vivência das desigualdades pelas mulheres é perpassada por uma série de outras formas de iniquidades deve ser o ponto de partida para esta construção em curso. E é pela combinação destas várias leituras que a publicação *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* vem contribuir para este processo.

O sexismo e o racismo são ideologias geradoras de violência e estão presentes no cotidiano de todos(as) os(as) brasileiros(as): nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa, da sociedade brasileira. É com base nesta compreensão que o Estado brasileiro afirma seu compromisso com o enfrentamento integrado do racismo, sexismo e lesbofobia, por meio do Plano Nacional de Política para as Mulheres (2012-2015), cujos desafios traduzem-se em metas, objetivos e ações em seu capítulo 9. E é também esta mesma compreensão que orientou a produção do *Dossiê mulheres negras*, uma parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), do Ipea, e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) com a ONU Mulheres, no âmbito do projeto *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, cuja quarta edição foi publicada em 2011.

Nas próximas páginas é possível conhecer como os dados estatísticos apresentados na última edição do *Retrato* evidenciam a articulação das desigualdades de gênero e raciais no contexto da educação superior, do mercado de trabalho e renda, assim como em relação à pobreza, ao acesso a bens, à exclusão digital e à violência. Estas dimensões articulam-se com a situação de classe, geracional, regional, e com a dinâmica temporal destes fenômenos na realidade brasileira. Desta forma, é possível viabilizar os mecanismos que permitem a conformação desta perversa distribuição desigual socioeconômica, cultural e política.

Há ainda outro elemento que torna esta publicação ímpar, para além da compreensão de que as desigualdades devem ser objetos de produção de conhecimento reflexivo e crítico. Trata-se do espaço ocupado por vozes silenciadas que

provam ter o que dizer: são as vozes das jovens mulheres negras. Com efeito, todos os artigos contidos neste volume foram elaborados por jovens mulheres negras que cruzam as próprias experiências com as realidades demonstradas nos dados que analisam.

No ano de 2013, em que a SPM e a SEPPIR completam dez anos de existência – o que significa uma década de compromisso institucional do governo federal com o enfrentamento do racismo e do sexism –, o *Dossiê mulheres negras* vem para reafirmar que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária deve, necessariamente, ser assentada nas bases da erradicação de todas as iniquidades.

Eleonora Menicucci

**Ministra de Estado Chefe da Secretaria
de Políticas para as Mulheres**

APRESENTAÇÃO ONU MULHERES

Entendemos a pobreza como a ponta de um *iceberg* que tem sua base sedimentada no racismo e no sexism. E um país só pode evoluir e desenvolver políticas públicas efetivas quando conhece as causas dos problemas de sua população.

O *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* é a contribuição da ONU Mulheres para a construção de políticas públicas adequadas à realidade brasileira. A publicação é resultado de uma importante parceria com o Ipea, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas da Presidência da República.

O objetivo do dossiê é a produção de dados sobre a situação da sociedade brasileira, discriminados por gênero e raça, com análises sobre os determinantes destas realidades em áreas temáticas distintas, tais como: educação, mercado de trabalho, economia do cuidado, pobreza e desigualdade de renda, vitimização e acesso à justiça.

Tal parceria só foi possível graças ao apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), que entre 2006 e 2011 possibilitou a execução do Programa Regional Gênero, Raça, Etnia e Pobreza, com vistas à incorporação das dimensões de igualdade de gênero, raça e etnia nas políticas de combate à pobreza no país.

No contexto da implementação de um novo plano para a erradicação da pobreza extrema no Brasil, é mais que oportuno problematizar os avanços, as oportunidades e os desafios a serem enfrentados. Para além de incluir as mulheres, a população negra e os povos indígenas nos cadastros e programas sociais, há que se estabelecer um compromisso com o rompimento das desigualdades étnico-raciais e de gênero, e com a desconstrução de papéis pré concebidos e estereótipos, por intermédio da ação formativa, educativa e afirmativa.

O *Dossiê mulheres negras* vem, assim, somar-se aos esforços da ONU Mulheres em promover a igualdade de gênero, raça e etnia e o empoderamento das mulheres no país. Espera-se que os textos aqui incluídos mostrem-se relevantes para as discussões de políticas e programas sociais, e que ajudem a encontrar soluções que promovam a inclusão de todos os integrantes da sociedade brasileira.

Rebecca Reichmann Tavares
Representante da ONU Mulheres no Brasil

APRESENTAÇÃO SEPPIR

Na história recente do Brasil, sobressaem os avanços em termos de crescimento econômico, de ampliação da escolaridade e de redução da pobreza, resultantes do êxito de políticas sociais de cunho redistributivo e de valorização do salário mínimo. Estas, associadas à adoção de ações afirmativas, especialmente no campo da educação, produziram evidente melhoria nas condições de vida da população afro-brasileira.

Contudo, verifica-se que esse quadro mais geral de aumento de oportunidades tem sido insuficiente para provocar uma significativa redução nas desigualdades raciais e de gênero. Isto pode ser atribuído à resiliência de mecanismos de reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Entre estes se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades.

O *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, que teve sua quarta edição lançada em 2011, consubstancia o compromisso no sentido de lançar luz sobre os desafios que ainda se colocam para que governos e sociedade superem os limites, materiais e simbólicos, que se interpõem à plena realização do Brasil da igualdade.

Este *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* é um desdobramento do *Retrato das desigualdades*, a partir do olhar de jovens pesquisadoras, elas mesmas representantes dos processos recentes de inserção da pessoa negra em diversas áreas da vida social. A leitura corajosa dos indicadores dá conta da situação da maioria das mulheres negras e descreve suas possibilidades concretas de acesso ao trabalho, à educação, à justiça e às tecnologias digitais. Trata-se de uma rica análise, que se coaduna com os esforços do governo federal para responder às demandas deste novo tempo.

Assim, para além de ser um convite à reflexão, espera-se que este *Dossiê* constitua ferramenta para a promoção da igualdade racial e de gênero, condição fundamental para consolidar o projeto de nação democrática e desenvolvida que se quer para o Brasil.

Luiza Bairros
**Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas
de Promoção da Igualdade Racial**

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Conhecer a realidade para poder alterá-la. Foi a partir desta perspectiva, que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o então Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), hoje ONU Mulheres, começaram, em 2004, a investir na produção e disponibilização de um amplo conjunto de informações sobre as desigualdades de gênero e raça existentes na sociedade brasileira. Naquele momento, a ideia era colocar à disposição da sociedade – movimentos sociais, gestores públicos e acadêmicos – indicadores que permitissem construir um retrato fiel das condições de vida das mulheres e dos negros na sociedade brasileira, partindo-se do pressuposto de que estas categorias se interseccionam e produzem, de forma simultânea, condições específicas de exclusão e discriminação para grupos também específicos. Assim, havia o entendimento de que mulheres negras vivenciariam, de forma diferenciada, sua inserção na sociedade, quando comparadas a mulheres brancas ou a homens negros, por exemplo. Considerou-se, também, que a estas categorias somavam-se outras, como as de classe social, territorialidade ou geração contribuindo para a conformação de um quadro de desigualdades muito particular da sociedade brasileira.

Dessa iniciativa nasceu a publicação *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, cuja última edição foi lançada em 2011, contendo informações a respeito de doze áreas setoriais (entre as quais, educação, saúde, trabalho, pobreza e violência), que cobrem um período de quinze anos, indo de 1995 até 2009 (Ipea, 2011). Todos os indicadores são produzidos tendo por base as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), realizadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são, portanto, representativos da realidade nacional e contam com periodicidade anual assegurada, a não ser em anos de realização do censo demográfico, quando a PNAD não vai a campo. Desde 2011, a produção dos indicadores a partir dos microdados da PNAD tem sido feita pelo Núcleo de Informações Sociais (NINSOC), da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Ao longo destes anos de existência, novos parceiros foram se somando ao projeto e, hoje, o *Retrato das desigualdades de gênero e raça* é resultado de um esforço interinstitucional, que envolve Ipea, ONU Mulheres e as secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas da Presidência da República. Todos os indicadores apresentados são sempre disponibilizados para permitir análises simultâneas das categorias raça

e sexo e, quando possível, também das categorias de região geográfica, localização do domicílio (urbano/rural), classe social e faixas etárias. No início de 2013, o *Retrato* passou a contar com um site próprio,¹ possibilitando a atualização mais imediata de suas informações, bem como a maior divulgação e acesso aos dados produzidos. A cada nova PNAD disponibilizada pelo IBGE, o *Retrato* será atualizado diretamente no site, oferecendo à sociedade informações mais detalhadas e completas acerca das desigualdades de gênero e raça que ainda marcam o país.

Cabe, porém, às instituições promotoras do *Retrato das desigualdades de gênero e raça* mais que disponibilizar novos indicadores ao grande público. É preciso também fomentar reflexões a partir destas informações e contribuir para o aprimoramento da intervenção governamental no enfrentamento às desigualdades e discriminações fundadas em gênero e raça. Neste sentido, têm sido produzidas, a partir dos dados do *Retrato*, algumas publicações que trazem textos autorais, os quais abordam importantes questões para a área (Dossiê..., 2009; Ipea *et al.*, 2011). A mais recente destas publicações é este *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Tal projeto é fruto da última atualização do *Retrato das desigualdades*, lançada em 2011, e objetiva analisar os contextos de inserção e participação das mulheres negras na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos. Para a elaboração deste livro, foram convidadas jovens mulheres negras, com alguma inserção no campo da academia ou das organizações governamentais e que já houvessem produzido reflexões acerca da temática. Esta escolha foi percebida pelas instituições organizadoras como uma forma de dar voz e espaço a novas reflexões que estejam surgindo no contexto nacional, valorizando a produção e o conhecimento deste grupo específico de mulheres.

Nesse sentido, este dossiê traz relevantes questões sobre as condições de vida das mulheres negras brasileiras, desenvolvidas a partir de cinco grandes referenciais: a situação educacional, a inserção no mercado de trabalho, o acesso a bens duráveis e às tecnologias digitais, a condição de pobreza e a vivência de situações de violência. Cada autora desenvolveu um conjunto de importantes reflexões, elaboradas a partir dos dados disponibilizados pelo *Retrato* e das suas experiências enquanto mulheres, negras, jovens e pesquisadoras, que vivem em uma sociedade ainda fortemente marcada pelos preconceitos e desigualdades.

O primeiro texto, de autoria de Edilza Correia Sotero, trata do acesso diferenciado ao sistema educacional, especialmente ao ensino superior, ao longo do período de 1995 a 2009. A autora desenvolve suas reflexões tendo como referência o pensamento feminista negro, referenciado em teóricas como Judith Grant e Patricia Collins, que posiciona as mulheres negras no centro, “não só em termos de produção, mas de análise, ao privilegiar o lugar que a mulher negra ocupa na

1. Disponível em: <www.ipea.gov.br/retrato>.

estrutura social”. São considerados dados oriundos das PNADs, bem como indicadores que, coletados pelo próprio Ministério da Educação (MEC), permitem a construção de um quadro mais amplo e completo sobre as desigualdades de gênero e raça, em particular, no acesso ao ensino superior. A autora aponta para uma ampliação da presença de mulheres negras neste nível de ensino, fortemente influenciada por estratégias de ação afirmativa implementadas ao longo dos últimos anos, mas destaca a necessidade de que este movimento seja analisado de forma crítica, considerando-se a noção de hierarquização, ou seja, das diferenciações valorativas entre cursos e entre instituições de ensino superior e a distribuição das mulheres negras e brancas segundo estes cursos e instituições.

Na sequência, Márcia Lima, Flavia Rios e Danilo França abordam a questão das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. Os(as) autores(as) partem de uma análise que considera as desigualdades no mundo educacional a fim de se aproximar do modelo de desvantagens cumulativas – tal como proposto pelos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva – e compreender, de maneira mais acurada, os cenários de amplas desigualdades no espaço do trabalho. Foram analisados não apenas indicadores relacionados ao acesso ao mercado, mas, especialmente, à segmentação ocupacional, fundada em valores relacionados a gênero e raça, e as diferenças de rendimento resultantes de todo o processo de inserção e discriminação no mundo do trabalho. Ainda que apontem para tendências de redução das desigualdades entre mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros, os(as) autores(as) ressaltam que os “caracteres adscritos” de raça e gênero seguem sendo determinantes, tanto da forma de inserção no mercado, quanto dos retornos, em termos de salários. Concluem, ainda, que a herança socioeconômica e os padrões culturais e valorativos – que constroem estereótipos limitadores da inserção e ação de determinados grupos sociais – “continuam a operar nos processos de estratificação nos quais negros e mulheres são alocados em posições subalternas”.

O terceiro texto, de Layla Daniele Pedreira de Carvalho, traz uma interessante discussão acerca do acesso a um conjunto específico de bens, relacionados especialmente às atividades de cuidado e reprodução social, bem como aos bens e serviços de tecnologia que possibilitam a inserção ou a exclusão digital. Para tanto, foram utilizados indicadores que permitem discutir condições de acesso para os domicílios – e não para os indivíduos isoladamente – a partir das características de raça, sexo e regionalidade de seus/suas chefes. A autora desenvolve suas análises, tendo como pano de fundo as ideias de interseccionalidade e justiça bidimensional, propostas, respectivamente, por Kimberlé Crenshaw e Nancy Fraser. As conclusões apontam para uma melhora no acesso aos bens e serviços considerados, mas a uma forte e, de certa forma, estável desigualdade neste acesso, refletindo o “papel subordinado de mulheres negras e brancas e de homens negros na organização da sociedade nacional”.

Em seu texto, para estudar os temas de pobreza e desigualdade de renda, Tatiana Dias Silva parte de um arcabouço teórico-metodológico que se fundamenta nos conceitos de interseccionalidade, tal como apresentado pela teórica Kimberlé Crenshaw, e de coextensividade, construído pela feminista francesa Danièle Kergoat, como uma tentativa de aprimorar e ampliar o escopo do conceito proposto por Crenshaw. A partir destas reflexões, que procuram explicitar os “processos de subordinação e compreendê-los como ‘pano de fundo’ para as desigualdades, [aproximando-se] do real e de suas complexidades”, a autora destaca a condição estrutural das desigualdades de gênero e raça para a conformação de um quadro de desigualdade de renda mais amplo na sociedade brasileira, assim como de vivências diferenciadas de situações de pobreza, conforme o grupo social do qual se faça parte. Tendo por base um amplo conjunto de indicadores que permitem o delineamento de um quadro persistente de desigualdades, Tatiana Silva defende a adoção de ações afirmativas para a reversão deste cenário e a reconfiguração de estratégias pretensamente neutras de intervenção pública em relação aos aspectos de gênero e raça.

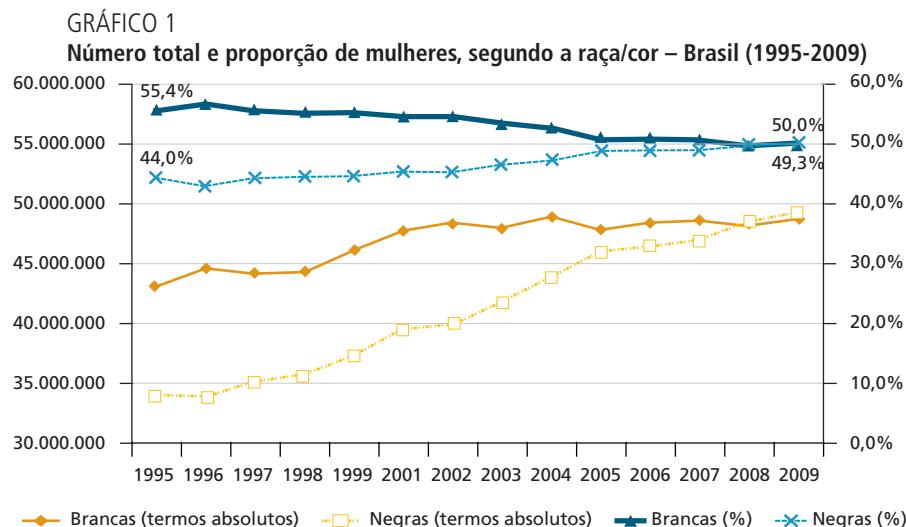
Finalmente, Jackeline Aparecida Ferreira Romio apresenta uma inovadora discussão desenvolvida a partir dos dados do suplemento PNAD sobre vitimização e acesso à Justiça. Estes dados, que apenas haviam sido coletados em finais da década de 1980, foram novamente levantados em 2009, pelo IBGE, possibilitando a produção de reflexões como as apresentadas pela autora acerca da violência sofrida por mulheres negras na sociedade brasileira. Partindo das teorias desenvolvidas pelos feminismos negros, que buscam nas ideias de intersecção e de “leitura múltipla dos riscos para a exposição à vitimização” as bases para suas análises, Jackeline Romio procura evidenciar as especificidades da vitimização de mulheres negras por um fenômeno tradicionalmente percebido como universal e “democrático”, como é o caso da violência doméstica ou familiar contra as mulheres. Pela análise dos dados, é possível identificar questões importantes, seja no que se refere à incidência do fenômeno e suas características, seja na busca de soluções e suporte do Estado para o seu enfrentamento.

Antes de se passar aos textos propriamente ditos, é importante apresentar uma breve contextualização sobre o grupo do qual estamos falando. Afinal, quem são estas mulheres? Como se distribuem pelo território nacional? Como suas famílias estão organizadas? Quais as diferenças percebidas em relação às mulheres brancas ou aos homens?

2 UM BREVE PERFIL DAS MULHERES NEGRAS NO PAÍS

Em 2009, as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as). É importante ressaltar, aqui, a opção por se trabalhar com a categoria “negra”, construída a partir da soma das categorias preta e parda, assim coletadas pelo IBGE. O *Retrato das desigualdades de gênero e raça* apresenta seus indicadores sempre distribuídos em torno de apenas duas categorias raciais: brancos e negros. Por questões de representatividade amostral, não foram consideradas, no processo de produção de indicadores, as populações indígena e amarela. Exceção a esta regra encontra-se no bloco 1 da publicação, que traz informações acerca da população total e sua distribuição por sexo, raça/cor, regiões, Unidades da Federação, localização do domicílio e faixas etárias. Nestes casos, em que não existem grandes cruzamentos entre as variáveis, as desagregações puderam ser apresentadas, sem qualquer prejuízo, para as mesmas categorias coletadas pelo IBGE: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Existem, porém, questões de natureza técnica que impõem a junção destas variáveis em dois grandes grupos. As diversas desagregações simultâneas apresentadas a partir do bloco 2 do *Retrato*, que permitem uma análise multidimensional e pautada no conceito de interseccionalidade, apenas foram possíveis a partir da agregação das categorias de pretos e pardos em uma categoria mais ampla, denominada de negros. Esta junção, porém, não é casuística e tem origem na análise comparada dos indicadores sociais para cada um dos grupos individualmente. Estes se comportam sempre de maneira muito semelhante quando se observam os dados para pretos e pardos e radicalmente distintos quando se consideram estes dois grupos em comparação ao de brancos. Foi a partir destas análises que este, e diversos outros estudos produzidos pelo Ipea ou outras instituições públicas e privadas, optaram por trabalhar na contraposição das realidades socioeconômicas de negros e de brancos.

Retomando a análise da participação das mulheres negras no país, nota-se que, em 2009, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, indicando uma participação relativa maior de negras em comparação às brancas, tal como já havia sido verificado em 2008 para a população de forma geral. Interessante notar que, desde 1995, ano em que o *Retrato* inicia sua série histórica de acompanhamento de indicadores, foi apenas a partir de 2008 que as mulheres negras passaram a ser mais numerosas que as brancas, tanto em termos absolutos quanto relativos (gráfico 1). Em 2008, já havia quase 70 mil negras a mais que brancas, número que salta para quase 600 mil, em 2009.



Fonte: Ipea et al. (2011).

Elaboração das autoras.

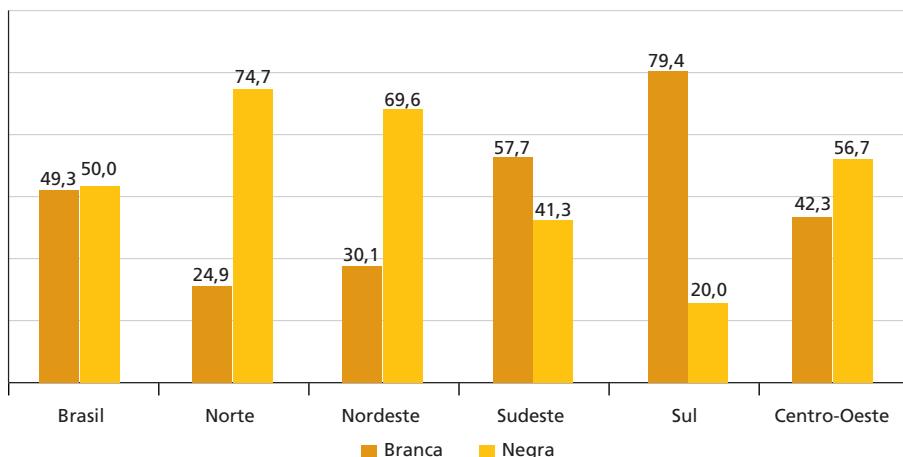
Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Isso não significa que tenha havido uma mudança nas taxas de fecundidade ou de natalidade desses dois subconjuntos populacionais, mas que parece haver uma maior identidade, valorização e reconhecimento da população negra como tal. Ou seja, há uma mudança na forma como as pessoas percebem e declaram sua própria raça ou cor, e isto certamente tem sido influenciado pela inserção cada vez mais intensa na agenda pública – seja via movimentos sociais, seja via ação do Estado – dos temas de raça, etnia, discriminação e desigualdade. Neste sentido, nota-se que a aproximação entre população negra e branca, tanto de homens quanto de mulheres, começa a se dar, de forma leve, a partir de 2001 e, mais fortemente, a partir de 2003 – não por coincidência, ano em que a agenda da promoção da igualdade racial é institucionalizada na esfera governamental pela primeira vez na história do país.

Como já esperado, a maior concentração de mulheres negras se dá nas regiões Norte e Nordeste e, em menor proporção, no Centro-Oeste. Considerando-se o ano 2009, é possível perceber que, entre a população feminina do Norte do país, 74,7% eram mulheres negras, proporção que vai a 69,9% para as nordestinas e 56,7% para as residentes no Centro-Oeste (gráfico 2). Os estados com maior concentração de mulheres negras eram, conforme aponta o gráfico 3, Pará (76,9%), Amazonas (76,5%) e Piauí (76,1%). Na direção oposta, tem-se que apenas 20% das mulheres sulistas eram negras, sendo que o estado de Santa Catarina era o que menos concentrava esta população (12,9%), seguido do Rio Grande do Sul (17,8%). Não existem diferenças significativas quando se consideram os homens (77% de negros no Norte e 72% no Nordeste), o que evidencia o peso da questão racial como estruturante do processo histórico de ocupação do território nacional.

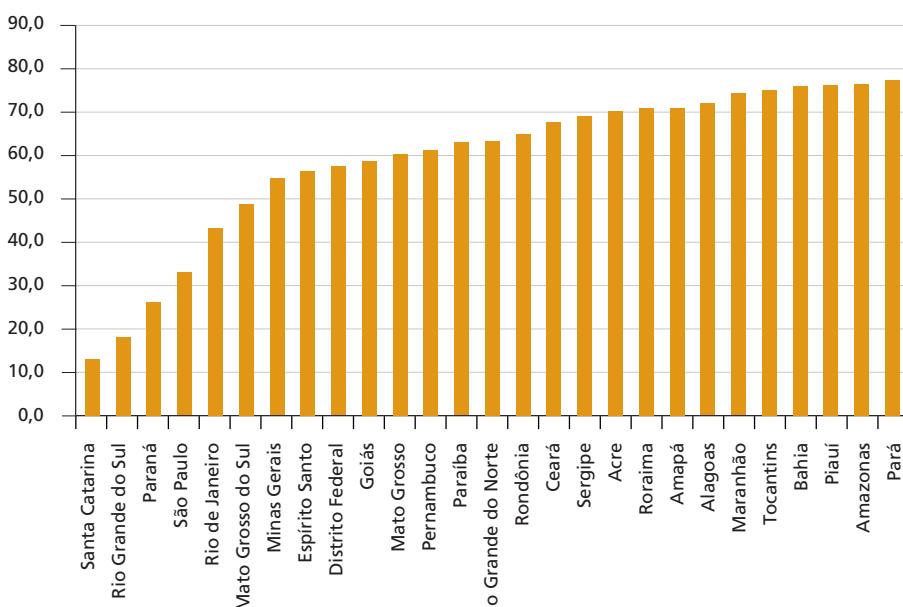
GRÁFICO 2
Distribuição de mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (2009)
 (Em %)



Fonte: Ipea et al. (2011).

Elaboração da autoria.

GRÁFICO 3
Proporção de mulheres negras na população feminina – Unidades da Federação (2009)
 (Em %)



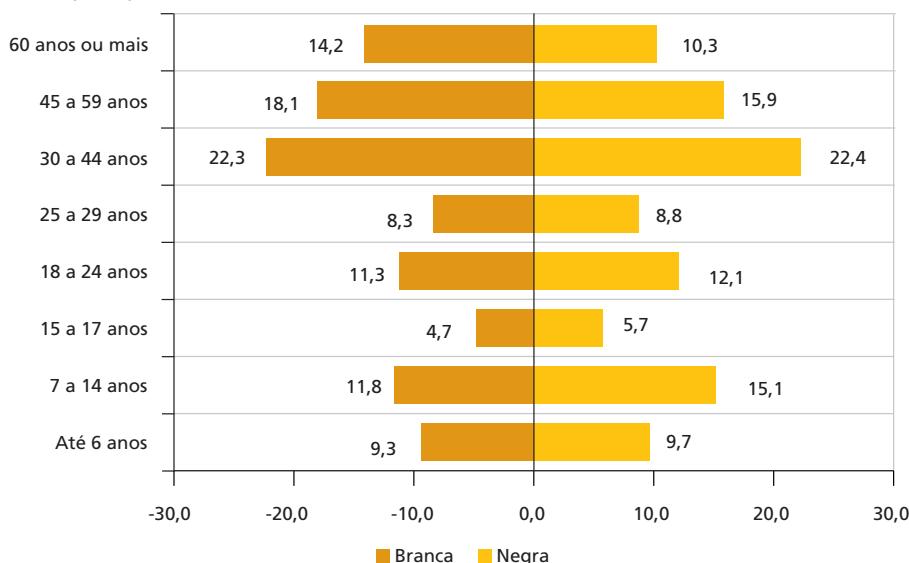
Fonte: Ipea et al. (2011).

Elaboração da autoria.

Algumas informações interessantes merecem ser destacadas no que se refere à distribuição das mulheres negras e brancas segundo os diferentes grupos etários. De forma geral, a população negra tende a se concentrar um pouco mais nas faixas mais jovens quando comparada à população branca que, proporcionalmente, está mais presente nas faixas mais elevadas. Entre as mulheres, é possível também notar esta diferenciação. Enquanto 42,6% das negras tinham até 24 anos, as mulheres brancas na mesma faixa de idade respondiam por 37,1%. No outro extremo, tem-se que as negras de 60 anos ou mais eram apenas 10,3% do total, enquanto as brancas alcançaram 14%. Apesar de ser uma diferença pequena, é possível levantar algumas hipóteses relacionadas aos maiores índices de violência enfrentados pelos(as) jovens negros(as) e pela maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e infraestrutura social por parte da população negra.² Isto significa, portanto, uma menor expectativa de vida para a população negra em comparação à branca.

GRÁFICO 4

Distribuição da população feminina por faixas etárias, segundo a raça/cor – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autoria.

Historicamente, percebe-se que as mulheres também apresentam maior expectativa de vida ao nascer que os homens. Em 2011, segundo dados divulgados pelo IBGE, a esperança de vida ao nascer era de 74,08 anos para a população brasileira

2. Estas duas questões são tratadas em maior nível de detalhamento ao longo deste dossiê e da própria publicação do *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (Ipea *et al.*, 2011).

como um todo. Para as mulheres, este indicador alcançava 77,7 anos, enquanto, para os homens, era de inferiores 70,6 anos. Como resultado da maior “longevidade” feminina média, tem-se que, quanto mais se caminha em direção às populações com maior idade, maior é a sobrerepresentação das mulheres. Os dados da tabela 1 permitem acompanhar este movimento. Assim, em 2009, a população de 60 a 64 anos era composta por cerca de 15% a mais de mulheres que homens. Quando se toma a população de 80 anos ou mais, este valor alcança 55,5%.

TABELA 1
**Razão de sexo da população de 60 anos ou mais de idade,
segundo a faixa etária e cor/raça – Brasil (2009)**

Faixa etária	Total	Branca	Negra
60 a 64 anos	1,155	1,213	1,089
65 a 69 anos	1,191	1,311	1,067
70 a 74 anos	1,273	1,313	1,221
75 a 79 anos	1,376	1,431	1,300
80 anos ou mais	1,555	1,633	1,441
Total	1,260	1,339	1,167

Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autoria.

Comparativamente, nota-se que, invariavelmente, as razões de sexo para as mulheres brancas são bastante superiores em relação às verificadas para a população de mulheres negras. Isto significa que as mulheres negras também vivem mais que os homens negros, mas que existe uma homogeneidade relativamente maior da expectativa de vida entre estes grupos em comparação com os brancos. Considerando-se, por exemplo, a faixa de 60 a 64 anos de idade, nota-se que, enquanto as mulheres brancas eram 21% mais numerosas que os homens do mesmo grupo racial, entre as negras, esta proporção se reduz a 8,9%. O mesmo pode ser encontrado em qualquer outra faixa etária analisada. É possível supor que as “vantagens” em termos de expectativa de vida encontradas para os grupos femininos sejam, em certo grau, reduzidas em função das “desvantagens” percebidas entre a população negra.

3 PERFIL DAS FAMÍLIAS DE MULHERES NEGRAS E BRANCAS

Outro conjunto de questões importantes para a análise das desigualdades raciais percebidas entre as mulheres refere-se às características e à conformação dos arranjos familiares entre os diferentes grupos raciais. Vale destacar que o Brasil, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um quadro de mudanças em várias dimensões relativas à vida das mulheres. Dados estatísticos evidenciam este

fenômeno, na medida em que apontam para as mudanças nos arranjos familiares, o aumento do poder aquisitivo, a redução das taxas de natalidade, a diminuição do tamanho das famílias, o aumento da escolaridade, entre outros.

Algumas dessas mudanças relacionam-se diretamente aos novos valores e convenções de gênero que começam a se espalhar pela sociedade e, mais especificamente, à maior entrada das mulheres no mercado de trabalho. Neste contexto, uma relevante mudança verificada foi o aumento de mulheres apontadas como chefes de família. Entre 1995 e 2009, houve um aumento de mais de 12 pontos percentuais (p.p.), tendo a proporção de famílias chefiadas por mulheres (FCMs) aumentado de 22,9% para 35,2%. O número de famílias chefiadas por homens (FCHs) continuava, em 2009, sendo duas vezes maior que o das chefiadas por mulheres, mas, no período analisado, o número de FCMs mais que dobrou, enquanto as FCHs tiveram um aumento de cerca de 25%.

Este é um fenômeno tipicamente urbano. Nas cidades, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 24,8% para 37,8% dos casos, de 1995 a 2009. E foi na região Sudeste, a mais maciçamente urbanizada, que o maior aumento absoluto do número de famílias chefiadas por mulheres ocorreu, da ordem de mais de 5 milhões. Entre a população rural, apenas 19,9% das famílias eram chefiadas por mulheres em 2009, taxa esta que variou apenas 5 p.p. no período estudado. Se hipóteses simplistas para explicar este quadro se apresentam facilmente – o conservadorismo, a menor abertura do universo rural às mudanças e à igualdade entre os sexos –, entender o que significa, de fato, este aumento de chefias femininas não é tarefa simples. Ele se apresenta, afinal, como um fenômeno recente e traz, como toda novidade, sua parcela de questões ainda inexplicadas.

O termo “chefe de família” foi utilizado desde o primeiro recenseamento realizado no Brasil, em 1872, e, em definição constante no próprio formulário, relacionava-se exclusivamente ao “homem da casa” (Ribeiro e Saboia, 2008). Ao longo do tempo, o conceito foi-se alterando e flexibilizando. A princípio, referia-se ao poder exercido sobre os moradores da casa. No Censo de 1940, referia-se ao “homem ou mulher que mantém a casa”. Em 1950, não há definição precisa, mas há no formulário uma menção ao “chefe da casa e sua esposa” – o que leva a crer que os pesquisadores pressupõem ser o marido o chefe da casa. Desaparece, porém, a palavra “poder”. Em 1960, há uma nova flexibilização, pois o chefe de família é definido como “a pessoa responsável pelo domicílio”. No Censo 1970, o conceito refere-se à responsabilidade sobre a família, e desaparece a menção à sua direção e proteção sobre os moradores. Na PNAD de 1990, o termo “chefe de família” é definido como “pessoa responsável pela família ou que assim for considerada pelos seus membros”. A partir da PNAD de 1992, o termo “chefe de família”

é substituído por “pessoa de referência”, porém, com manutenção da definição utilizada em 1990. No Censo 2000, o termo “chefe de família” é substituído por “pessoa responsável”, mas a definição utilizada em 1980 e 1991 é mantida. Em 2010, há uma importante reformulação na coleta de informações sobre a “chefia de família”. Continua-se adotando o termo responsável pelo domicílio, cuja definição é a mesma do Censo 2000 (“pessoa responsável é aquela reconhecida como tal pelos moradores”), mas se passa a indagar se a responsabilidade pelo domicílio é de apenas um ou de mais de um morador. Procurou-se, assim, construir uma *proxy* do fenômeno que vem crescendo ao longo dos últimos anos, que é a responsabilidade compartilhada, ainda que continuem existindo reservas à interpretação das informações, uma vez que seguem não existindo critérios predefinidos para escolha dos(as) responsáveis. Mesmo quando há a identificação de mais de um responsável, segue havendo a necessidade de que uma pessoa seja classificada como responsável para que se possa formar o “conjunto de pessoas no domicílio e a relação de parentesco com o responsável indicado” (Saboia *et al.*, 2012, p. 15). A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), por sua vez, utiliza um critério que leva em conta a responsabilidade sobre as despesas de habitação, aluguel ou prestação do imóvel para definir o chefe ou a pessoa de referência da unidade de consumo nos últimos levantamentos realizados.

Atualmente, o IBGE utiliza terminologias diversas em cada uma de suas pesquisas e, à exceção da POF, os conceitos de chefia de família utilizados são bastante subjetivos. Ainda mais subjetivo é o critério utilizado por cada indivíduo na atribuição da chefia, pois cada entrevistado entende os termos “pessoa de referência/pessoa responsável” a partir de critérios próprios que não são explicitados em momento algum. Como hipótese, pode-se pensar em diferentes critérios para apontar a escolha da pessoa de referência/responsável da família: renda, escolaridade, idade, tipo de ocupação, responsabilidades pelo gerenciamento do lar etc. – sem deixar de lado a possibilidade de a resposta fazer referência ao “homem da casa” como pessoa de referência/pessoa responsável, mesmo que este não trabalhe ou que ganhe menos que a mulher. Ainda que o IBGE tenha abandonado o termo em prol de outras denominações, optou-se, aqui, por utilizar o termo chefia de família em função de sua recorrência e permanência no debate público. Apesar de não ser possível saber exatamente a que as/os entrevistadas/os se referem ao apontar alguém como chefe de família, o acúmulo de dados e as mudanças verificadas ao longo dos anos fornecem pistas e apontam direções para se chegar a conclusões.

3.1 A chefia de família por mulheres negras

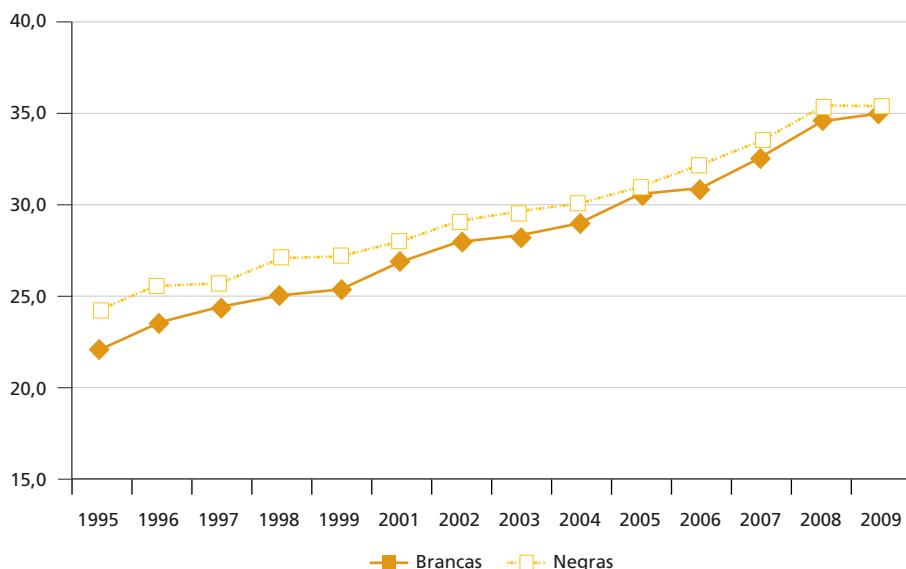
Como já mencionado, é possível observar uma tendência, ao longo dos últimos anos, de crescimento do número de famílias que se declaram ser chefiadas por

mulheres (FCM). Mais recente, porém, é a constatação de que o aumento na proporção de mulheres como chefes é maior nas famílias chefiadas por mulheres negras. Enquanto a maioria das FCMs era chefiada por mulheres brancas em 1995 (54,4%), em 2009, a maioria torna-se chefiada por mulheres negras (51,1%). Em termos absolutos, a dianteira das mulheres negras como chefes de família se dá a partir de 2007.

É interessante contrapor esse dado com o processo que se descontina no interior dos grupos de raça/cor. Em termos de proporção, a população negra apresenta, desde o início do período estudado (1995), uma maior atribuição da chefia de família a mulheres que o observado junto à população branca. Grosso modo, porém, a tendência é de aproximação das taxas apresentadas pelas duas populações (tendo variado a diferença entre as duas de 2,2 para 0,5 p.p. no período entre 1995 e 2009).

Aparentemente, os dois dados se contradizem. Ao se considerarem as populações negra e branca separadamente, a primeira apresenta, desde 1995, uma maior taxa de FCMs em relação à segunda, e a diferença se vem diluindo ao longo dos anos. Quando a população feminina como um todo é considerada, o que se vê é que o número das mulheres negras chefes de família cresce lentamente e só ultrapassa o de suas correspondentes brancas a partir de 2007. Este último dado, porém, é fortemente influenciado pelo perfil demográfico dos dois grupos. Ou seja, se existem mais mulheres brancas na sociedade brasileira, é de se esperar que o indicador retorne uma maior proporção de mulheres brancas chefiando famílias. Neste sentido, pode-se supor que as transformações observadas tenham a ver, entre outros fatores, com mudanças na autodeclaração. No período considerado há, como já mencionado, um aumento na proporção de pessoas que se declaram pertencentes à raça/cor negra. Este fenômeno é acompanhado pela mudança no perfil das famílias chefiadas por mulheres, cuja parcela branca também diminui e se torna minoritária no total. Mais importante, portanto, é observar os dados que mostram a incidência da chefia de família em cada grupo racial, descontando-se, assim, os efeitos advindos de mudanças nos padrões demográficos. Olhando-se especificamente para estes dados, nota-se que a chefia feminina é uma realidade significativa para ambos os grupos, e o movimento de ampliação deste fenômeno o tornou igualmente importante para mulheres negras e brancas.

GRÁFICO 5
Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (1995-2009)
 (Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autoria.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

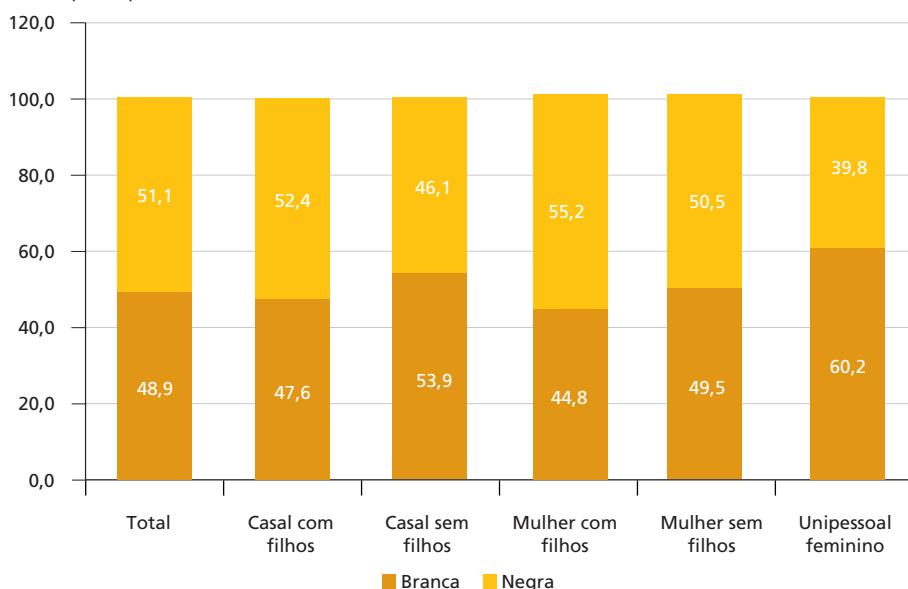
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3.2 Arranjos familiares em famílias chefiadas por mulheres negras

Em 1995, a grande maioria das famílias chefiadas por mulheres se caracterizava por uma chefia feminina solitária, na qual inexistia a figura do marido ou companheiro. Eram, predominantemente, mulheres idosas ou adultas separadas que residiam com seus filhos. Os dados apontam que quase 70% destas famílias eram, naquele momento, do tipo “mulher com filhos”, 18% eram formadas por mulheres sozinhas e outros 10% por mulheres sem filhos, mas em coabitação com alguma outra pessoa. Menos de 3% desta chefia feminina envolvia mulheres que possuíam cônjuge ou companheiro. Verifica-se, porém, ao longo dos quinze anos que compõem o período estudado, que o perfil das famílias chefiadas por mulheres distancia-se crescentemente desta primeira configuração: caem as taxas de mulheres com e sem filhos, e crescem (a uma média de quase dez vezes a taxa registrada em 1995) as proporções de casais chefiados por mulheres, com e sem filhos. Assim, em 2009, as famílias do tipo casal – com e sem filhos – cuja chefia era feminina, já alcançavam 26% do total daquelas chefiadas por mulheres. Em movimento contrário, as famílias do tipo “mulher com filhos” perdem em importância, atingindo 49% do total. Isto significa, portanto, que o apontamento de mulheres como chefes de família está cada vez menos limitado a lares monoparentais.

Em matéria de arranjos familiares há um interessante paralelo que pode ser feito entre as proporções de famílias chefiadas por mulheres negras no interior de cada tipo de arranjo e o padrão geral apresentado pela população brasileira. Além disso, é relevante contrastar este paralelo com o quadro inicial apresentado pelas famílias chefiadas por mulheres em geral. Tal como se pode observar no gráfico 6, as famílias chefiadas por mulheres negras são maioria entre aquelas dos tipos “casal com filhos” e “mulher com filhos”: respectivamente, 52,4% e 55,2% do total das famílias de chefia feminina. Estas são famílias que tendem a ser mais numerosas e representavam os dois modelos mais frequentes entre as chefes negras e a chefia feminina de modo geral. Chama atenção, por sua vez, a sobre-representação das mulheres brancas como chefes entre aquelas famílias formadas por casais sem filhos ou, especialmente, por mulheres sozinhas que não dividem seus lares com qualquer outra pessoa. Entre estas últimas, 60% das chefes eram de raça/cor branca. Esta diferença é ainda mais significativa quando se observa que pouco variou ao longo do período aqui analisado. De fato, em 1995, as mulheres brancas eram responsáveis por 64,5% da chefia deste tipo de arranjo, o que representava uma redução de menos de 5 p.p. em quinze anos.

GRÁFICO 6
Distribuição dos arranjos familiares chefiados por mulheres,
segundo a raça/cor da chefe – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: Ipea et al. (2011).

Elaboração da autoria.

Há, de fato, uma diferença considerável entre as taxas de lares unipessoais femininos no universo das mulheres brancas e das mulheres negras. Nestes casos, a chefia de família não chega a ser atribuída: ela é ocupada pela única pessoa que reside no local. O que se verifica, ao longo do tempo, é uma menor frequência de arranjos unipessoais entre as mulheres negras, ou seja, as mulheres negras que vivem sozinhas representam 4,5% do total das famílias chefiadas por pessoas de raça/cor negra em 2009. Na população de mulheres brancas, esta taxa é de 7% – proporção que ultrapassa as taxas de homens brancos e negros que vivem em lares unipessoais. Entre outras explicações que podem estar por trás deste fenômeno, é possível levantar questões relacionadas à maior disponibilidade de renda das mulheres brancas, quando comparadas às negras. Neste sentido, o fato de disporem de maior renda possibilitaria às mulheres brancas efetivarem sua independência, responsabilizando-se sozinhas pela manutenção de seus lares.

3.3 Renda das famílias chefiadas por mulheres negras

Quanto à questão da renda familiar *per capita*, mantém-se, de fato, um quadro de grandes disparidades. Há uma grande desigualdade regional, com a população do Norte e Nordeste mantendo-se abaixo da média nacional. Mantém-se também a diferença entre os sexos, com famílias chefiadas por homens apresentando maior renda *per capita* média. A maior disparidade, porém, encontra-se na análise por cor/raça: chefes de família de cor/raça branca contam com renda familiar *per capita* média de quase o dobro da dos/das chefes de família de cor/raça negra.

Há, porém, alguma evolução quanto à renda familiar no período estudado. Observa-se que, ao longo dos anos, no segmento dos 10% mais ricos, a porcentagem de famílias chefiadas por brancos vem caindo e a presença de famílias chefiadas por negros mais que dobrou, embora estas sigam pesadamente minoritárias. Esta mudança se manifesta de maneira muito semelhante entre os grupos de chefes de família tanto homens quanto mulheres.

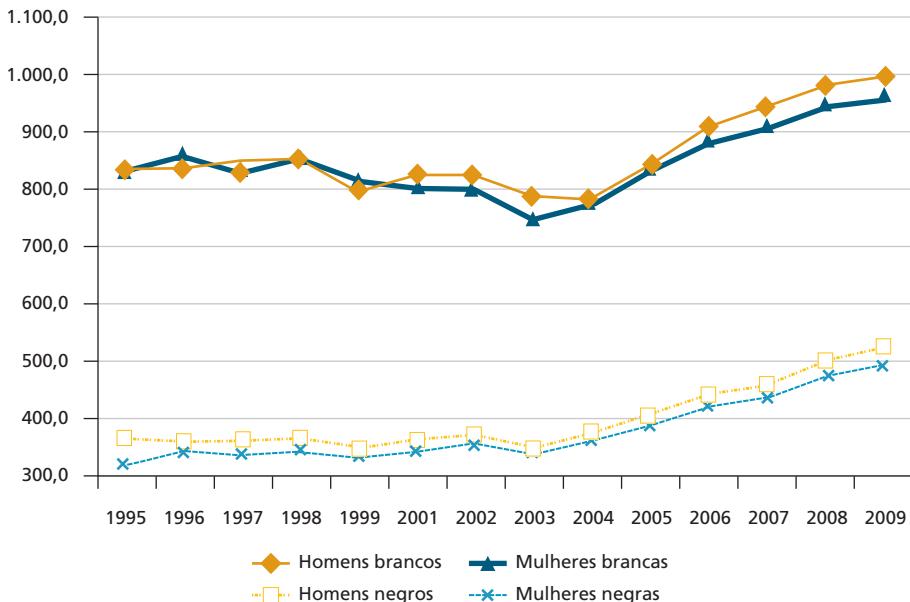
Os dados também indicam, de modo geral, uma melhora na renda *per capita* das famílias, beneficiando, mais fortemente, a população negra. É possível perceber, ao longo da série histórica aqui acompanhada, uma redução na desigualdade: no início da série, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas e, no final da série, chegaram a 51%. O mesmo se verifica para a população masculina, com os homens negros recebendo 44% do rendimento dos homens brancos, em 1995, e 52%, em 2009. Destaque-se, contudo, que, apesar da redução das desigualdades raciais de renda, a estrutura desta desigualdade permanece praticamente inalterada, como se pode perceber no gráfico 7. De fato, entre 1995 e 2009, as famílias chefiadas por mulheres negras mantiveram-se sempre na posição de piores rendimentos, seguida pelos homens negros, mulheres brancas e, por último, pelos homens brancos.

GRÁFICO 7

Rendimento domiciliar *per capita* médio, por sexo e cor/raça

dos chefes de família – Brasil (1995-2009)

(Em R\$)

Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autoria.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na mesma direção, constata-se uma queda na proporção de FCMs que recebem menos de um salário mínimo e aumento das FCMs que recebem entre um e três salários, especialmente nos últimos cinco anos analisados. A maior parte destas famílias (56,2%), porém, permanece auferindo uma renda total de menos de um salário mínimo. Neste caso, as piores condições de renda são novamente das famílias chefiadas por mulheres negras: entre estas, 69% possuíam, em 2009, renda familiar de até um salário mínimo; valor que, entre as brancas, era de 42,7%. A melhora da renda global, portanto, não impede que uma situação de carência continue sendo a realidade da maioria das famílias chefiadas por mulheres negras. Conclui-se que o incremento na renda *per capita* em geral, devido ao crescimento econômico do país ao longo dos últimos anos, não foi capaz de atingir as estruturas que mantêm, de forma patente, um cenário de desigualdades de gênero e raça.

3.4 Perfil etário das mulheres negras chefes de família

A chefia feminina tem como característica a prevalência de mulheres de faixas etárias mais elevadas. Entre as mulheres que chefiavam famílias, em 2009, 84%

possuíam 30 anos ou mais de idade, proporção semelhante à encontrada para os homens. A grande diferença pode ser percebida quando se considera a faixa etária de 60 anos ou mais. Esta faixa concentra 27% das mulheres chefes, frente a 19,8% dos homens chefes. Sabe-se que, na maior parte destas famílias, as mulheres não contam com a presença de um cônjuge, muitas vezes, em virtude do falecimento ou de separação, e a responsabilidade pela manutenção do lar tende a pesar principalmente sobre elas.

Em relação à dimensão racial, nota-se que as mulheres negras chefes de famílias estão relativamente mais presentes entre aquelas de até 44 anos de idade, enquanto as brancas aparecem mais entre aquelas a partir de 45 anos. Percebe-se aqui, novamente, uma maior expectativa de vida da população branca comparativamente à negra, relacionada à maior mortalidade e menor acesso a bens e serviços de saúde e saneamento. Assim também, a inserção laboral é mais precária para a população negra, que, sem proteção social, usufrui menos dos benefícios sociais a que teria direito, a exemplo da renda oriunda de aposentadoria.

Dentro da faixa das chefes de família negras e com mais de 30 anos, mantém-se como maior grupo o de mulheres de 30 a 44 anos. Constatase também uma lenta diminuição do número de chefes de família com 60 anos ou mais. Comparativamente, as chefes de família brancas apresentam maior relação entre chefia de família e idade, obedecendo, desde 2005, a um padrão crescente de mais apontamentos como chefe de família quanto maior a idade. Mesmo nos anos anteriores houve pouca variação deste padrão. Em 2009, o grupo de 60 anos ou mais é o mais numeroso, seguido pelo de 45 a 59 anos, e somente depois pelo de 30 a 44 anos. É o inverso do verificado quanto à chefia de família entre as mulheres negras no segmento das maiores de 30 anos. A tendência à queda da taxa de chefes de família maiores de 60 anos, porém, é comum aos dois grupos. É interessante notar que os homens, por sua vez, apresentam situação e tendência opostas, com pouca ocorrência de famílias chefias por idosos, mas tendência à elevação desta taxa.

3.5 Perfil de inserção no mercado de trabalho das mulheres negras chefes de família

Quanto à atuação no mercado de trabalho, são utilizados aqui dois conceitos básicos, o de ocupação e o de atividade, e seus antônimos. São consideradas ativas no mercado de trabalho aquelas pessoas que se encontram ocupadas, exercendo alguma atividade, ou aquelas que, embora desocupadas, seguem buscando um emprego. Seu antônimo, a inatividade, designa a situação em que a pessoa não está ocupada nem à procura de ocupação. É o caso nas estatísticas oficiais, por exemplo, das donas de casa, o que causa controvérsia pela identificação que esta classificação faz de trabalho doméstico com não trabalho. Como este conceito

ainda está em uso pelo IBGE, será aqui mantido tal e qual, apesar de todo o dissenso existente em torno dele. A ocupação, por seu turno, diz respeito exclusivamente às pessoas empregadas, formal ou informalmente, como empregadoras ou como autônomas. Seu antônimo seria o desemprego ou desocupação, situação em que a pessoa não está ocupada e se encontra à procura de uma ocupação.

Quanto à atividade, não se verifica diferença relevante entre os resultados de FCMs brancas e negras. Enquanto 43,2% das brancas chefes de família eram inativas, 39,2% das negras estavam na mesma condição. Este resultado apresenta pouca variação no período estudado, indicando que esta reduzida participação feminina no mercado de trabalho é condição estrutural da sociedade brasileira, fortemente relacionada à tradicional divisão sexual do trabalho. Não surpreende, portanto, que entre as famílias chefiadas por homens, tanto negros quanto brancos, a situação seja diametralmente oposta, com baixa taxa de inatividade (bem menos de metade do observado no caso das mulheres chefes de família).

Entre as chefes de família ativas, a grande maioria está ocupada, tanto nas famílias chefiadas por brancas quanto por negras, verificando-se uma tendência à desocupação, ao longo dos anos 1990, e de redução do desemprego, a partir do início dos anos 2000 (com exceção de 2009). As taxas de desocupação apresentam consideráveis diferenças entre as famílias chefiadas por negras e brancas, evidenciando os obstáculos encontrados pelas mulheres negras na busca de um emprego. De fato, como se poderá observar ao longo deste livro, a conjugação dos efeitos do racismo e do sexism torna ainda mais difícil para as mulheres negras conseguirem uma ocupação no mercado de trabalho. Em 2009, de cada cem negras chefes de família, onze estavam desempregadas. Entre as brancas, este valor era de sete. Enquanto isto, entre os homens chefes de família, o desemprego era uma realidade para apenas 3% do total, 2,7% dos brancos e 3,4% dos negros.

4 CONCLUSÃO

Este pequeno quadro introdutório já permite vislumbrar um cenário de amplas e persistentes desigualdades de gênero e raça, que se tornam ainda mais relevantes quando se realiza uma análise a partir do princípio da interseccionalidade. Este princípio “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177).

O propósito desta publicação é dar visibilidade a este conjunto múltiplo e simultâneo de discriminações e exclusões, que define tão fortemente a posição e as

possibilidades de inserção social de grupos específicos, mas é tradicionalmente desconsiderado ou desqualificado a partir da difusão de ideias como as de que não há racismo no Brasil, que o problema é estritamente de classe ou, ainda, que as mulheres já conseguiram romper as barreiras existentes. Espera-se que, a partir dos dados e reflexões aqui apresentadas, seja possível contribuir com este debate, ofertando subsídios que possam ser aproveitados pelos movimentos sociais, pesquisadores e acadêmicos, mas, especialmente, pelos gestores governamentais na construção de estratégias que revertam o cenário em tela e sejam mais efetivas que as tradicionalmente apresentadas.

Boa Leitura!

Ipea

ONU Mulheres

Secretaria de Políticas para
as Mulheres (SPM)

Secretaria de Políticas de Promoção
da Igualdade Racial (SEPPIR)

REFERÊNCIAS

- BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_facesdadesigualdade.pdf>.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002.
- DOSSIÊ retratos das desigualdades de gênero e raça. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, set./dez. 2009.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPPIR, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>.
- RIBEIRO, R.; SABOIA, A. L. **Família nas pesquisas domiciliares**: questões e propostas alternativas. DPE/IBGE, 2008. (Texto para Discussão, n. 30).
- SABOIA, A.; COBO, B.; MATOS, G. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA OS DIFERENTES GRUPOS DE COR E SEXO

Edilza Correia Sotero*

1 INTRODUÇÃO

No final da primeira década do século XXI, muitos estudos foram realizados no sentido de produzir um balanço a respeito das recentes transformações na educação formal brasileira. Várias destas pesquisas, como as do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2010) e do Ipea (2010), entre outras, foram desenvolvidas ou encomendadas por órgãos do governo federal. Em alguns textos, é possível perceber o esforço em fazer uma análise que contemple o recorte de raça/cor e sexo; entretanto, na maioria dos trabalhos, este aparece de forma dissociada.¹

Para perceber as desigualdades, a tarefa de reunir essas variáveis em um único modelo de análise é desafiadora. Valiosas contribuições neste sentido foram e estão sendo dadas por intelectuais do feminismo negro, na proposição de como pensar raça, gênero e classe social.² A análise da intersecção destas múltiplas dimensões, para estas autoras, é uma superação no interior do próprio pensamento feminista, que tendia a invisibilizar os diversos eixos de opressão sexista, racista e classista por se basear em uma abordagem universalizante da experiência de ser mulher ou homem, independentemente da raça ou classe social.

2 CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO NEGRO

Pensadoras do feminismo negro, como Judith Grant, estenderam a crítica também a teorias feministas sensíveis aos múltiplos eixos de opressão, a exemplo do feminismo socialista nos Estados Unidos, que enfatiza a experiência da opressão e exploração sexista e vê outras dimensões (racismo, classismo, homofobia, machismo etc.) como uma adição, que resultaria na experiência de ser mulher.

* Doutoranda em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

1. A noção de feminismo inspirada em Judith Grant é usada na compreensão de que o instrumento de análise, aqui utilizado, procura dar conta da percepção das relações de gênero como dotadas de poder e hierarquia, cujo impacto diferenciado e negativo recai nas mulheres em suas diferentes experiências em relação aos homens. A noção de gênero baseada na diversidade das experiências das mulheres deve ser usada pelo feminismo para superar padrões alicerçados nos papéis “universais” tradicionais de homens e mulheres.

2. Angela Davis, Audre Lord, Lelia Gonzales, Luiza Bairros, Edna Roland, Débora King, Kia Lilly Caldwell, Bell Hooks, entre muitas outras.

O foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe. Patricia Hill Collins é uma das principais autoras do que é denominado de *feminist standpoint* (ponto de vista feminista). Em sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. Assim, o elemento representativo das experiências das diferentes formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro. Nessa perspectiva, estes elementos são acionados em cada lugar e de acordo com as circunstâncias. Segundo Sandra Azerêdo, gênero seria “tanto uma categoria de análise quanto uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista” (Azerêdo, 1994, p. 207).

Collins aponta para uma reconfiguração das hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade. A autora aponta para novas formas de capitalismo global que impulsionam mudanças sociais, econômicas e políticas, e “fabricam” outras formas de racismo e sexism; entretanto, persistem as desigualdades, a exemplo de a pobreza continuar sendo racializada (Collins, 2005).

Uma análise de gênero também deve considerar que não só questões relativas ao acesso à educação são relevantes mas também um conjunto de aspectos que evidenciam as relações hierárquicas reproduzidas no interior do sistema educacional. Além disso, é fundamental a relação destas com outros campos por elas influenciados e que as influenciam. Nina Madsen, em sua dissertação de mestrado, apresenta um modelo inspirado em Nancy Fraser que procura resolver esta problemática. Madsen (2008) elabora uma proposta para

compor um modelo tridimensional que, ao analisar ou formular a educação como política pública do Estado, abarque as dimensões econômica, cultural-simbólica e política de maneira integrada (entendendo que cada dimensão dialoga e interfere nas demais) e transversal (entendendo que essa leitura deve perpassar todo o sistema, em todas as suas instâncias e formulações) (Madsen, 2008, p. 811).

A proposta de Madsen também tem como consequência um olhar privilegiado na percepção do intercruzamento entre as desigualdades de gênero, raciais, socioeconômicas e de geração (Madsen, 2008).

Assim, inspirado no pensamento feminista negro que coloca a mulher negra no centro, não só em termos de produção, mas de análise, ao privilegiar o lugar que a mulher negra ocupa na estrutura social, este capítulo propõe uma reflexão sobre a educação formal brasileira nos últimos dez anos. Apesar da importância de uma visão geral, este capítulo se detém nas análises obtidas a partir dos indicadores de

desigualdade do nível superior de ensino, visto que este passou por intensas transformações no período.³ Cabe ainda salientar que o objeto de estudo deste artigo é a situação das mulheres negras no ensino superior. Para isto, será preciso não só investigar em que lugar estas se encontram no referido nível de ensino, mas sua posição em relação aos demais grupos que compõem a comunidade acadêmica brasileira.

3 AUMENTO DAS TAXAS DE ESCOLARIDADE

Uma questão relevante quando se trata de mudanças na educação superior no Brasil é o processo acentuado de crescimento do setor, verificado a partir da década de 1990. A expansão da matrícula, dos cursos e das instituições, que havia sido intensa nos anos 1970, teve um novo impulso, principalmente entre 1998 e 2002.

No Brasil, o crescimento da oferta de vagas no ensino superior nesse período se deu predominantemente no setor privado. Este padrão de crescimento do ensino superior brasileiro, concentrado no setor privado, é denominado por Roger Geiger (1986) de *mass private sector* (setor privado massificado). Neste modelo, as instituições de ensino superior (IES) particulares estão direcionadas para suprir a demanda de massa por ensino superior, em complemento a um ensino público, de menor abrangência, altamente seletivo e voltado para as carreiras tradicionais e bem estabelecidas.

Um indício do modelo *mass private sector* pode ser demonstrado pelo predomínio de IES estruturadas em faculdades e administradas pelo setor privado, enquanto a maioria das universidades está sob a administração do setor público. Para entender melhor a proposição formulada, é preciso atentar para a diferença de atribuições entre os tipos de instituições que devem compor o ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, define o que são universidades, centros universitários e faculdades tal como apresentado a seguir.

1) As universidades são instituições que gozam de autonomia plena, não precisam de autorização do Ministério da Educação (MEC) para criar ou fechar cursos e sedes, gerir as vagas oferecidas e expedir diplomas. As universidades devem obrigatoriamente ter indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também precisam ter 70% do corpo docente formado por professores estáveis e oferecer cursos em pelo menos cinco áreas do conhecimento.

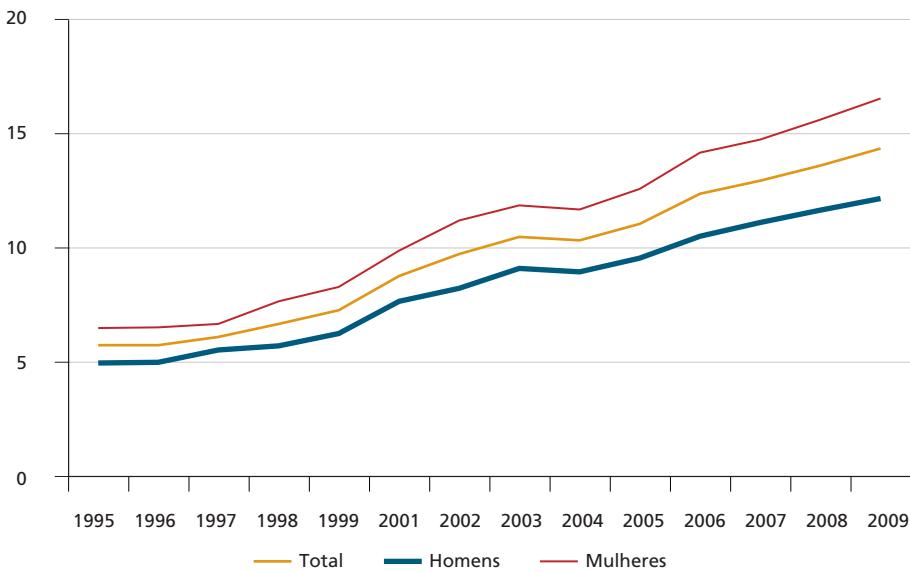
2) Os centros universitários, instituídos a partir da LDB, possuem certa autonomia e também precisam ter 70% de professores estáveis. Entretanto, ficam desobrigados de realizar pesquisa e oferecer pós-graduação *stricto sensu*.

3. A opção por analisar detidamente o ensino superior não é, de forma alguma, fruto de uma concepção de que este seja hierarquicamente mais importante que outros níveis de ensino. Também não é uma aceitação de que os problemas em relação aos outros níveis de ensino estejam resolvidos, pelo contrário. Compreende-se aqui que a média de anos de estudos (oito anos) para a maioria da população brasileira ainda está abaixo do desejado. Este é um problema gravíssimo que precisa ser resolvido com muita brevidade pelo Estado e por toda a sociedade brasileira.

3) As faculdades têm autonomia restrita, precisando da autorização do MEC para registrar diplomas e abrir novos cursos. Não são obrigadas a ter professores estáveis numa porcentagem de 70% e só podem oferecer cursos de graduação.

Deslocando-se o olhar da organização administrativa para o público atendido, vê-se que esse crescimento não foi tão acentuado quanto ao número de vagas oferecidas. O gráfico 1 indica a taxa de escolarização líquida no ensino superior para o total do público atendido, e para mulheres e homens separadamente. O crescimento da taxa de escolaridade líquida ficou ainda mais acentuado a partir do início dos anos 2000. Ainda que o crescimento da taxa tenha sido para homens e mulheres, este se deu de forma a manter a distância entre estes, ou seja, houve um crescimento no acesso ao ensino superior no Brasil, mas este crescimento não significou igualdade de presença entre homens e mulheres no nível de ensino.

GRÁFICO 1
Taxa líquida de escolarização no ensino superior, por sexo (1995-2009)



Fonte: Ipea et al. (2011).

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O melhor desempenho do conjunto das mulheres em relações aos homens em todos os níveis de ensino é tema de que se ocupa parte da literatura da área. Nelson do Valle Silva já salientava, em 1993, em seu estudo *Situação social da população negra*, que, no Brasil, quem possuía as melhores chances de ingressar e permanecer nas escolas eram as mulheres (Silva, 1993). Outros estudos seguem esta trilha e apresentam resultados importantes. Algumas pesquisas se preocuparam em fazer uma análise baseada na intersecção entre as perspectivas de gênero e raça, como Henriques (2002), ou aqueles desenvolvidos pela equipe da Escola

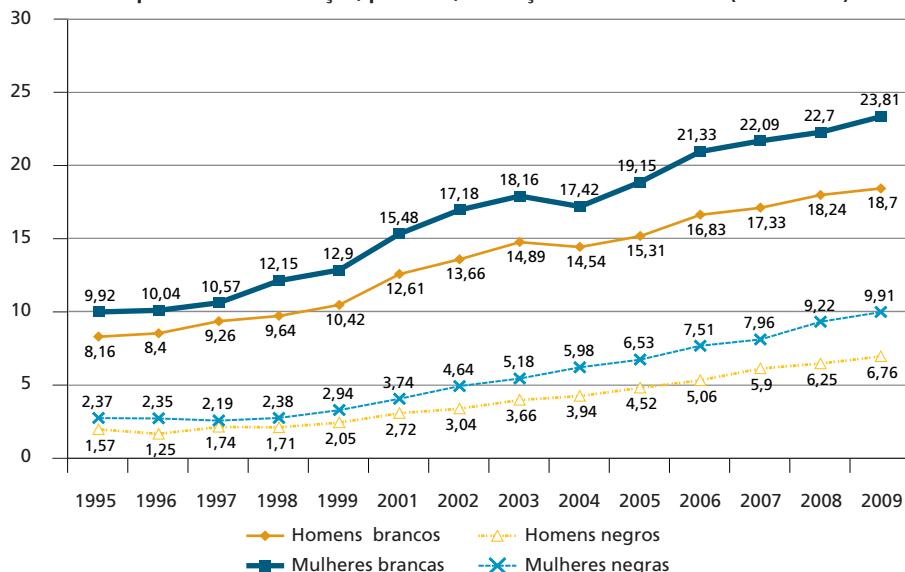
Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por pesquisadores como Kaizô Beltrão e Maria Salet Novellino (2002) e Moema Teixeira (1998), ao longo das décadas de 1990 e 2000.

A forma como estão apresentados no gráfico 1 os dados sobre taxa de escolarização esconde outras formas de desigualdade por não levar em conta diferenças raciais, regionais, ou de estratificação social, como as relacionadas a ocupação e rendimentos.

Ao fazer uma separação entre mulheres e homens, levando-se em consideração a classificação racial, passa a haver uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos. Maiores ainda são as distâncias se considerados os homens negros em relação aos outros grupos de cor e sexo.

Como se pode notar no gráfico 2, que representa a sequência histórica da taxa de escolaridade, por sexo, segundo cor/raça, a partir de 1995, esse fenômeno perdura ao longo do tempo, mesmo com o aumento desta. A assimetria entre homens e mulheres, e negros e brancos, já foi bastante analisada por diferentes pesquisadores. As investigações apresentaram valiosas análises com resultados que continuam pertinentes para pensar o assunto. Alguns fatores que atuam de forma a alterar, e muitas vezes ampliar, estas diferenças são abordados nestas pesquisas. Em geral, são relacionados às diferenças geracionais e regionais.⁴

GRÁFICO 2
Taxa líquida de escolarização, por sexo, cor/raça e nível de ensino (1995-2009)



Fonte: Ipea et al. (2011).

Obs: 1. A PNAF não foi realizada no ano de 2000.

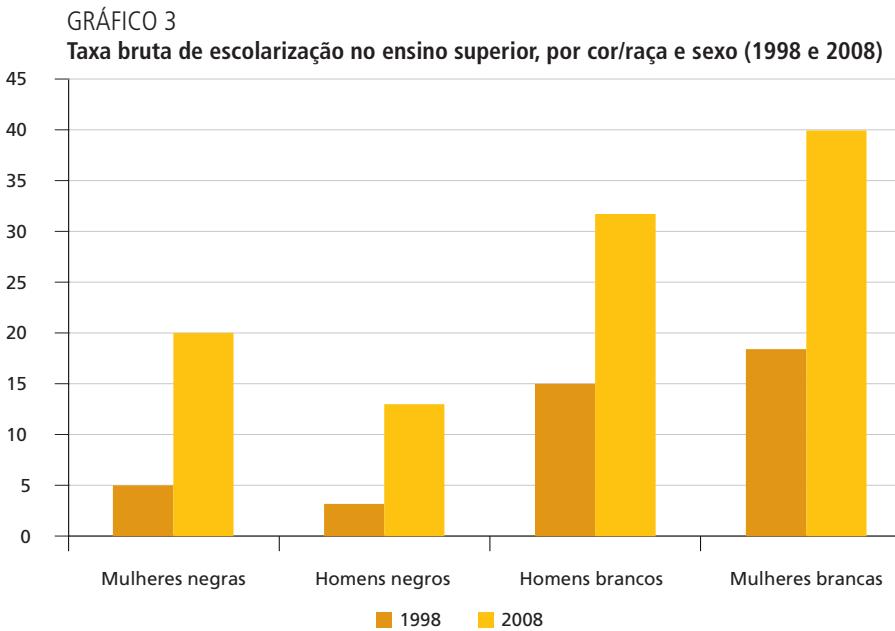
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3. O grupo negros é formado pela soma de pretos e pardos.

4. Ver Rosemberg (2001), Rosemberg e Andrade (2008), Guedes (2008), Beltrão e Teixeira (2004), Paixão et al. (2010).

Uma segunda observação que pode ser feita com base no gráfico 2 sobre a taxa líquida de escolarização no ensino superior, segundo a cor, é que as desigualdades raciais não estão diminuindo, a despeito do crescimento absoluto das taxas. Em 2009, a diferença entre mulheres brancas e negras era de 13,9 pontos percentuais (p.p.). Se comparadas as mulheres brancas aos homens negros, esta diferença sobe para 17,1 p.p.

Outro dado relevante diz respeito à taxa de escolarização bruta no ensino superior,⁵ que aponta para crescimento mais expressivo que a taxa líquida. A taxa de pretos e pardos teve um aumento ainda mais acelerado que a de brancos. Entretanto, deve-se levar em consideração que estes partem de indicadores muito reduzidos quando comparados com brancos, sejam homens, sejam mulheres (Paixão *et al.*, 2010).⁶



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004; 2010).

Obs.: o grupo negros é formado pela soma de pretos e pardos.

A comparação entre diferentes grupos de cor e sexo para 2003 e 2009 evidencia a persistência das desigualdades no ensino superior. O gráfico 4, da distribuição percentual de estudantes no ensino superior segundo cor e sexo, demonstra que,

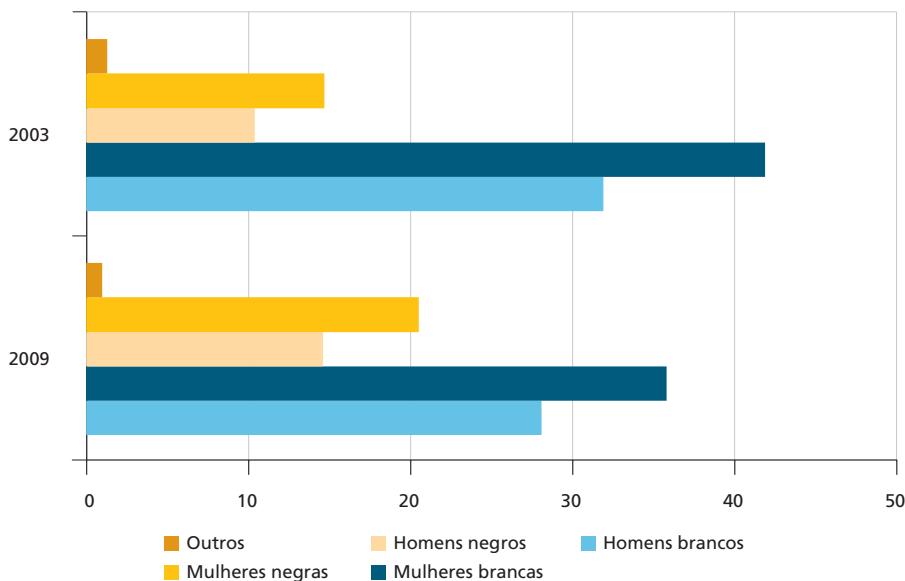
5. A taxa de escolarização bruta é a comparação do total de matrículas em dado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a este nível. Por sua vez, a taxa de escolarização líquida é relativa à porcentagem da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.

6. A taxa de escolarização bruta cresceu, no período analisado, mais rapidamente que a líquida, mostrando que a maior parte do avanço de matrículas no ensino superior ocorreu entre as pessoas com mais de 22 anos de idade.

a despeito do crescimento das taxas de escolarização, a presença de mulheres e homens brancos ainda é muito superior à de mulheres e homens negros.

GRÁFICO 4

Estudantes no ensino superior, por sexo e cor/raça (2003 e 2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (2004; 2010).

Obs.: o grupo negros é formado pela soma de pretos e pardos.

A persistência das desigualdades educacionais no ensino superior preocupa os analistas dos estudos da área, ainda mais aqueles que se dedicam a estudar ações voltadas para viabilizar o ingresso de grupos historicamente sub-representados neste nível de ensino. As informações sobre taxa de escolaridade não são suficientes para uma explicação acerca da persistência das desigualdades no ensino superior, porque a taxa por si só não responde questões sobre as características dos grupos de cor e sexo que ingressam no ensino superior, nem como estas características estão relacionadas à reprodução de desigualdades na educação.⁷ Nas próximas seções, trata-se mais detalhadamente de questões relacionadas a estes assuntos.

Por ora, é preciso observar que, nesse contexto de elevado crescimento do ensino superior no país, e com base no que se apontou sobre este crescimento se dar prioritariamente na rede privada – apesar do sensível crescimento da rede pública nos últimos anos, especialmente das universidades e dos institutos da rede

7. Informações relacionadas à origem familiar, local de moradia, faixa etária e renda, entre outras, são cruciais para compreender como se reproduzem as desigualdades educacionais.

federal de ensino –,⁸ não é suficiente fazer uma análise que não leve em consideração a categoria administrativa. Isto quer dizer que, em vista de como está organizado o ensino superior brasileiro, é preciso investigar a presença de diferentes grupos sociais, levando-se em consideração onde eles estão alocados, segundo a categoria administrativa (pública ou privada) e a estrutura das instituições (faculdades, centros universitários e universidades).

4 EFEITOS DO CRESCIMENTO: HIERARQUIZAÇÃO

Para se pensar sociologicamente o fenômeno relacionado ao crescimento do ensino superior brasileiro, os trabalhos sobre educação de Pierre Bourdieu e seus colaboradores dão uma valiosa contribuição. Em *Os excluídos do interior*, Bourdieu e Champagne (1998) analisam o caso francês em meados da década de 1960. Os autores afirmam que, mesmo com o acesso em grande escala ao ensino superior do que eles denominam de *novas clientelas*, a estrutura de distribuição diferencial dos benefícios escolares, e seus correlativos sociais, tende a ser mantida em sua essência, por meio de um processo de *translação global das distâncias*. Mesmo que a translação global das distâncias se trate de uma modificação estrutural no sistema, os autores apontam que esta é resultante de modificações nas estratégias dos agentes. Em termos sociológicos, neste capítulo, este fenômeno é denominado de hierarquização do ensino superior. Os trechos a seguir são elucidativos a respeito de como se constitui este processo:⁹

Mas a diversificação oficial (em ramos de ensino) ou oficiosa (em estabelecimentos ou classes escolares sutilmente hierarquizadas, em especial através das línguas vivas) tem também como efeito contribuir para recriar um princípio particularmente dissimulado, de diferenciação: os alunos “bem-nascidos”, que receberam da família um senso perspicaz de investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo; (...) ao contrário, aqueles que são precedentes de famílias desprovidas (...) são obrigados a se submeter a injunções da instituição escolar ou ao acaso (...) e são votados a investir na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final das contas, extremamente reduzido (Bourdieu e Champagne, 1998, p. 223).

Bourdieu e Champagne apontam, ainda, que o mecanismo de diferenciação interna no ensino superior, que se acelera em contextos de expansão do nível

8. A partir de 2003, o governo federal passou a investir na ampliação da rede federal de ensino superior, técnico e tecnológico, o que resultou em considerável crescimento do sistema.

9. Para Bourdieu (2007), em termos objetivos, a ampliação do acesso ao ensino superior provoca um efeito no valor do diploma e no provável retorno no mercado de trabalho, e o autor chama a atenção para o efeito de “inflação dos títulos escolares”. Ainda que sejam as relações entre o campo escolar e o econômico que estabelecem o grau de correspondência entre o diploma e os postos profissionais, e que nos momentos em que a produção dos diplomados excede os postos disponíveis no sistema produtivo o título escolar tende a ser desvalorizado para todos, são os recém-chegados, o público anteriormente excluído, as primeiras vítimas da desvalorização do diploma. Os novos estudantes, como já foi apontado, ingressam em um sistema escolar em condições inferiores aos grupos já inseridos no sistema.

de ensino, resulta na manutenção de privilégios, pois “as mais altas instituições escolares e, em particular, aquelas que conduzem às posições de poder econômico e político, continuam sendo exclusivas como foram no passado” (Bourdieu e Champagne, 1998, p. 223). Para os autores, as desigualdades em um sistema de ensino aberto a todos não tendem a diminuir: ao contrário, o sistema de ensino tem a façanha de reunir aparências da “democratização” com a realidade de reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (*op. cit.*).

Aqui se faz necessário abrir um parêntese, porque ainda não haviam sido feitas, neste texto, referências para questões de caráter socioeconômico, sem as quais a análise de desigualdades no ensino superior, em relação tanto ao acesso quanto à permanência e continuação da carreira acadêmica, fica pouco sustentada. Para tanto, é preciso abordar o modo como o crescimento do ensino superior centralizou, em muitos momentos, as atenções no cenário social brasileiro desde a última metade da década de 1990. O termo “crescimento” foi, por muitos, associado à ideia de democratização, em um esforço de diversos atores, em especial os movimentos sociais, para que grupos historicamente sub-representados pudessem ingressar nesta modalidade de ensino.

A resposta das instituições e dos governos à pressão social por mais vagas para todos no ensino superior caminhou em uma mesma direção, mas com modelos bastante diversos. Isto faz com que hoje existam variados modelos de políticas de ação afirmativa (AA), e que ao se discutir ampliação de vagas não se possa fazê-lo sem executar, ou pelo menos colocar em questão, alguma forma de inclusão de grupos como negros, pobres, indígenas, deficientes e outros.

Além das AAs em instituições públicas, o governo federal introduziu em 2005 o Programa Universidade para Todos (ProUni)¹⁰ em instituições privadas. O ProUni, uma política pública muito expressiva em termos quantitativos, tem em seu desenho a reserva de vagas para negros e negras. A reserva de vagas é feita de acordo com os indicadores de distribuição racial das populações locais. Desde seu início até hoje, o programa ofertou quase 1.400 mil vagas. De todas as vagas oferecidas nem todas foram ocupadas. Das que foram ocupadas, a tabela 1 mostra a distribuição percentual.¹¹

10. O ProUni é um programa do governo federal que oferece bolsas de estudo, parciais ou integrais, para alunos oriundos de escolas públicas, ou bolsistas de escolas particulares, e de renda familiar baixa e com bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior no Brasil.

11. Existe uma concentração na oferta de vagas nas regiões Sul e Sudeste (Schwartzman, 2009). Esta concentração não pode ser entendida como uma criação do ProUni, mas um espelho da forma como está estruturado o ensino superior no Brasil, concentrado nestas Grandes Regiões, especialmente, e também nas regiões metropolitanas das grandes cidades. Nos últimos anos, principalmente a partir de meados dos anos 2000, o governo federal tem realizado um esforço de descentralização das IES, o que pode ser um forte elemento para reverter o quadro atual em alguns anos.

TABELA 1
Bolsistas do ProUni por região, cor/raça e sexo (2005-2011)
(Em %)

Região		Cor/raça		Sexo	
Norte	5	Branca	47,6		
Nordeste	15	Parda	35,4	Masculino	49
Sudeste	52	Preta	12,5		
Sul	19	Amarela	1,8		
Centro-Oeste	9	Indígena	0,2	Feminino	51
		Não informada	7,41		

Fonte: Sistema do ProUni (SISPROUNI). Disponível em: <<http://www.prouni.net/category/sisprouni>>. Acesso em: 21 set. 2011.

É nesse contexto que estão os estudantes que ingressaram no ensino superior na última década. Saliente-se que não foram as AAs nem o ProUni que causaram o fenômeno aqui denominado de hierarquização no ensino superior brasileiro. Este é um fenômeno mundial na escolarização de ensino superior e está inserido em vários outros processos na constituição das dinâmicas sociais locais e global. Com base nesta ponderação, uma tarefa muito importante é perceber quais são os efeitos da hierarquização para os diferentes grupos que ingressam no ensino superior. Um meio possível de verificação destes efeitos é observar em que direção se processa o aumento da participação dos diferentes grupos no ensino superior.

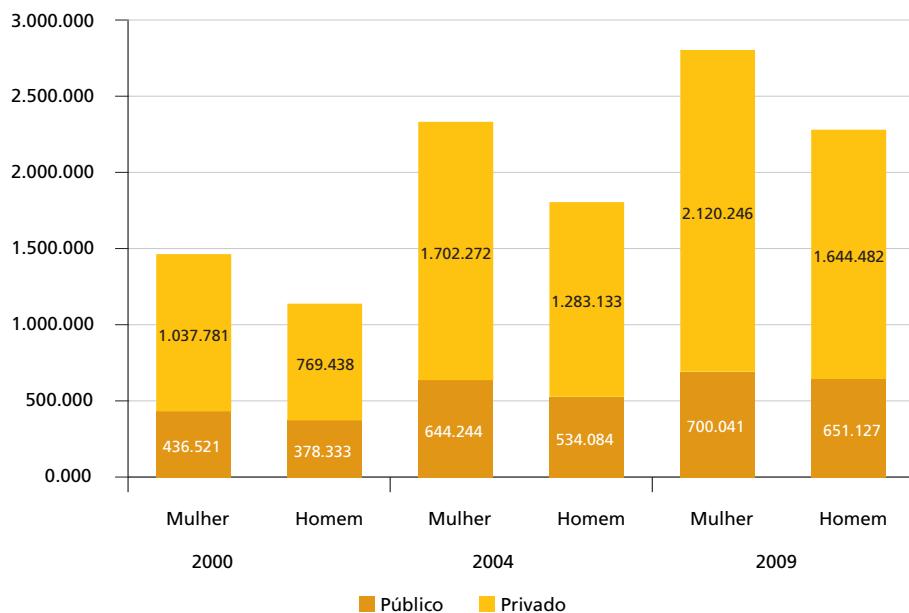
Em 2009, as matrículas femininas representavam 55,1% do total de matrículas, sendo 51,8% no sistema público e 56,3% no sistema privado. Apesar de as mulheres terem maior acesso ao ensino superior, a tendência de crescimento da matrícula está mais concentrada no ensino privado. Esta tendência também é verdadeira para os homens. Entretanto, se tomado por base o ano 2000, a matrícula destes passou a crescer de forma significativa na rede pública. No gráfico 5, dados do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), representam as matrículas de homens e mulheres por categoria administrativa.¹²

Entre 2004 e 2009, a matrícula de mulheres no ensino superior público cresceu pouco mais de 12%, enquanto os homens tiveram um incremento de aproximadamente 25%.

12. O Censo da Educação Superior tem um alto índice de não respostas (acima de 30%) para a pergunta classificação por raça/cor. Para pesquisas científicas, é altamente desaconselhável fazer uso deste tipo de dado, por questões de confiabilidade.

GRÁFICO 5

Matrículas no ensino superior presencial, por sexo e rede de ensino (2000, 2004 e 2009)
 (Em números absolutos)



Fonte: INEP. Censo da Educação Superior do INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>>.

Assim, é possível afirmar que as mulheres são as que mais sofrem os efeitos da hierarquização do ensino superior, não só porque possuem as taxas de escolaridade mais elevadas, mas porque este crescimento vem se processando mais pela via privada.

Cabe aqui colocar uma questão que deve ser observada em estudos futuros. Pensando-se especificamente em políticas de promoção do ingresso, uma suposição que pode ser feita com os dados apresentados é de que as AAs na rede pública estão beneficiando mais os homens, apesar da inexistência de recortes de sexo no desenho da maioria delas. Esta hipótese ainda não pode ser formulada com precisão porque os dados não estão separados por cor/raça.

É possível pensar que, na atual configuração, poderia ser um fator positivo, em favor de uma relativa simetria populacional, um ingresso superior de homens comparado ao de mulheres no ensino superior público.¹³ Entretanto, se no futuro esta situação se mantiver, isto pode vir a ser um fator problemático para a inserção de mulheres, em especial mulheres negras, nas IES públicas.

13. A afirmação é posta de forma restrita para pensar o ingresso no ensino superior em nível de graduação, visto que, na pós-graduação e na carreira docente, os homens se encontram em maior quantidade que as mulheres.

Ainda pode estar acontecendo outro fenômeno, que poderá ser comprovado somente com mais pesquisas. Com base na percepção de que as mulheres concluem em maior quantidade o ensino médio e, em geral, têm menos empecilhos que os homens para prosseguir os estudos a partir deste ponto, pode-se concluir que estas são mais bem-sucedidas em encontrar estratégias para um ingresso mais rápido no ensino de nível superior. O ingresso em IES públicas de estudantes provenientes de escolas públicas, principalmente em instituições e cursos mais concorridos, está muitas vezes associado à persistência em tentar várias vezes o exame vestibular, além do investimento de tempo e dinheiro (Queiroz, 2002). Se, tradicionalmente, o ingresso de estudantes negros no ensino superior público está relacionado à persistência, tendo surgido possibilidades de inserção mais rápidas e menos custosas, seja por causa do crescimento de ofertas de vagas no ensino privado, seja pelo surgimento de programas como o ProUni, a conclusão mais lógica é de que os estudantes estão reconduzindo seus esforços para estas novas vias. Parte significativa das mulheres pode estar se direcionando para o ensino privado passando menos pelos processos seletivos das instituições públicas. Basta saber se este é um fenômeno que está atingido as mulheres dos diferentes grupos de cor/raça, nas diferentes regiões e nas diversas faixas etárias. A opção de estudantes pelo ProUni com justificativa no ingresso mais rápido que em IES públicas foi tratado em Sotero (2010).

5 EFEITOS DO CRESCIMENTO: CARREIRAS

Outra questão também relacionada ao crescimento das vagas no ensino superior diz respeito às carreiras universitárias. A distribuição desigual de mulheres e homens, brancos e negros, nas carreiras não é uma questão específica dos dias atuais, pelo contrário. Os determinantes sociais na escolha das carreiras têm explicações muito tradicionais. Todavia, o aumento do acesso coloca algumas questões particulares, na maioria das vezes relacionadas à constatação de que existe pouca variação nos padrões tradicionais. A chave para pensar estratificação de carreiras no ensino superior, por esta perspectiva, é tirar do centro as escolhas individuais, para as quais há muitas explicações, e pensar de forma estrutural. Para uma análise estrutural da segmentação dos indivíduos por cor e sexo no ensino superior, as contribuições de Bourdieu e Passeron (1992) são fundamentais. Os autores apontam que a instituição escolar é um espaço de reprodução e legitimação da ordem social estabelecida. A afirmação anterior é ainda mais verdadeira quando se trata de sociedades democráticas e em contextos de “democratização” do ensino, em que o crescimento de ofertas de vagas e matrículas não ocorre sem que a ordem social estabelecida seja mantida e muitas vezes reforçada. O questionamento a ser feito a partir destas ponderações é de que forma a escolha de carreiras no ensino superior é determinada socialmente.

Beltrão e Teixeira (2004) fazem uma pesquisa com base nos dados censitários brasileiros até 2000 e apontam que o campo de possibilidades para a escolha de mulheres brancas e negras e homens negros é similar, e que estes “estão presentes na universidade de forma desigual em relação aos homens brancos” (*op. cit.*, p. 1).¹⁴

Os autores concluem que a inserção dos diferentes grupos de cor nas carreiras universitárias ocorre “espelhando a escala de ordenação de participação por sexo: em geral, carreiras mais masculinas têm menor participação de pretos e pardos; e carreiras mais femininas, maior participação desses grupos” (*op. cit.*, p. 35-36). Sobre o aumento da escolaridade de mulheres e de pretos e pardos, os autores apontam que este seguiu linhas temporais muito semelhantes, “com um mesmo padrão de seleção social e hierarquização” (*op. cit.*, p. 36), no qual a tendência é que mulheres brancas e negras e homens negros se concentrem em carreiras de menor prestígio.

Explicações para o acesso desigual de mulheres no ensino superior apontam para uma diversidade de motivos, relacionados tanto a questões estritas ao processo de ingresso nas IES quanto a concepções tradicionais, compartilhadas no senso comum, que dizem respeito aos papéis sociais que devem ser desempenhados por homens e mulheres.

O efeito em relação ao crescimento do ensino superior nestes moldes é a coincidência entre as formas de acesso de mulheres brancas e negras e homens negros. Obviamente, ainda que possa haver similaridades, a posição que mulheres brancas ocupam na alocação por carreiras no ensino superior é, na maioria das vezes, melhor que a de mulheres negras e homens negros. Somente a análise do Censo da Educação Superior 2010 poderá apontar se os achados de Beltrão e Teixeira (2004) ainda são válidos. Mas, supondo-se que estes ainda sejam verdadeiros, após as transformações dos últimos anos, pode-se analisar os dados da PNAD de 2009 em relação à carreira, segundo cor, como um indicador para a distribuição dos diferentes grupos de cor.

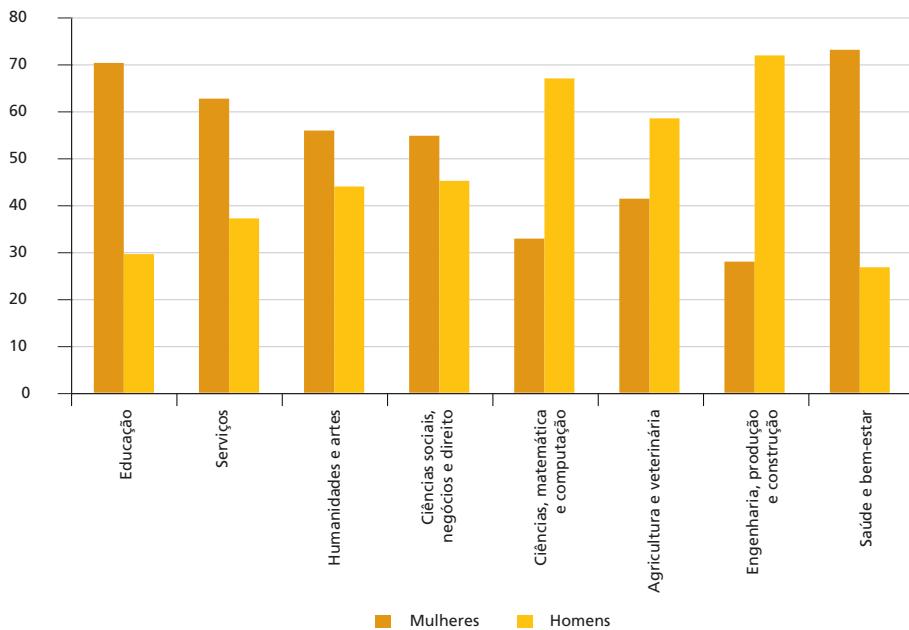
O gráfico 6 ajuda a perceber que, apesar de uma maior participação feminina em áreas tradicionalmente associadas a homens, as mulheres ainda ingressam em maior quantidade em cursos de menor prestígio social,¹⁵ o que pode ser válido também para negras e negros.

14. Beltrão e Teixeira utilizam nessa pesquisa achados dos estudos de Bourdieu e Passeron (1992), Teixeira (1998), Queiroz (2002) e Guimarães e Prandi (2002).

15. Aqui se compreende prestígio como uma categoria de análise sociológica, portanto, um valor socialmente atribuído e compartilhado em relação aos cursos e carreiras no ensino superior. Longe de se tomarem por base parâmetros pessoais, são estabelecidos critérios que se mostram relevantes na determinação do prestígio dos cursos – mesmo que variem muito nos diferentes estados brasileiros e nas categorias administrativas das IES –, como concorrência para o ingresso, e remuneração e vagas no mercado de trabalho.

GRÁFICO 6

Matrículas de mulheres e homens em cursos de graduação presenciais, por áreas gerais do conhecimento (2009)
(Em %)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>>.

A problematização sobre carreiras e cursos no ensino superior é muito importante, por dar indícios da situação dos diferentes grupos de cor e sexo no mercado de trabalho. A escolarização não é o único fator a determinar a forma como se processa a mobilidade social dos indivíduos, mas ainda é tida como um dos principais determinantes para o *posicionamento socioeconômico* dos indivíduos na hierarquização social (Pastore e Valle Silva, 2000).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações que podem ser feitas, com base no que apontam os dados especificamente sobre ensino superior, são de que as mulheres ingressam em maior quantidade nesta modalidade de ensino, mas o fazem principalmente via IES privadas e em cursos de menor prestígio.¹⁶ Ao tratar especificamente da mulher negra, observa-se que a sua inserção é menor que a de mulheres brancas, mas

16. Uma noção acurada de prestígio de cursos de ensino superior no Brasil deve levar em consideração vários fatores, como a concorrência no ingresso, o custo monetário para a permanência no curso, a média de remuneração para os profissionais de determinada carreira, entre outros.

os padrões de ingressos – em IES privadas e em cursos de menor prestígio – se mantêm. Muitos estudiosos do tema chamam a atenção para o melhor desempenho educacional das mulheres em comparação aos homens nas várias modalidades de ensino. Apontam, entre as causas para explicar este relativo sucesso feminino, a necessidade de os homens se dedicarem cedo a uma profissão, pressionados pelas famílias ou devido à pobreza.

O crescimento do ensino superior brasileiro, tanto em relação ao número de vagas oferecidas, quanto no que diz respeito às matrículas e à diversificação das formas de ingresso, vem promovendo um aumento no acesso pelos diversos grupos de cor e sexo. No entanto, é necessário atentar para possíveis implicações causadas pelas transformações recentes, não só na estrutura educacional, mas também no mercado de trabalho e no perfil de desenvolvimento processado no país.

Nos últimos anos, a participação das mulheres negras no ingresso ao ensino superior tem crescido. Esta situação leva a problematizar como vem se realizando este crescimento. O ingresso de negros e pobres no ensino superior foi, ao longo dos dez últimos anos, em certa medida, promovido por ações das próprias IES ou do Estado (AAs e ProUni).¹⁷ O crescimento, assim, atesta a efetividade e a necessidade de continuação destas medidas, visando à contínua diminuição, e até à superação, das desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior.

Ainda que necessária, a defesa das ações de promoção da democratização no ensino superior precisa ser feita com uma postura crítica. Por isso, apresentou-se aqui a noção de hierarquização para tratar da intensa diferenciação entre cursos e, principalmente, entre instituições de ensino superior no Brasil. Esta hierarquização provoca o acesso diferenciado aos cursos e às instituições, algumas mais abertas para grupos historicamente sub-representados, outras muito resistentes ao tipo de política de promoção de acesso que vem sendo desenvolvida no país, inclusive com a negativa de discutir ou implantar ações efetivas para o acesso de alunos negros e pobres. Além do ingresso nas IES, outro efeito da hierarquização é o acesso desigual aos postos no mercado de trabalho.

Outras questões relevantes e fundamentais para compreender como operam gênero, raça e classe no ensino superior não foram tratadas aqui. Como exemplo, pode-se citar aspectos relacionados ao ingresso na pós-graduação, acesso a bolsas de pesquisas, docência e distribuição dos cargos de chefia. Estes devem ser observados detidamente, por darem mais indícios sobre o sistema educacional como um todo e não somente em relação ao ingresso. Além disso, não se deve perder de vista a forma desvantajosa com que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho.

17. A ideia de promoção está aqui posta em termos de implementação. Não se pode deixar de considerar a atuação dos vários movimentos sociais, em especial de organizações do movimento negro na demanda por políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista estudos feministas**, Rio de Janeiro, p. 203-216, 1994.
- BELTRÃO, K. I.; NOVELLINO, M. S. **Alfabetização por raça e sexo no Brasil**: evolução no período 1940-2000. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002. 55p.
- BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. **O vermelho e o negro**: raça e gênero na universidade brasileira – Uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. (Texto para Discussão, n. 1.052). Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1052.pdf>.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Projeto Brasil 2003-2010**: trajetórias e desafios. Brasília: CGEE, maio 2010. Disponível em: <www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=6994>.
- COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York; London: Routledge, 1990.
- _____. **Black sexual politics**: African-Americans, gender, and the new racism. New York; London: Routledge, 2005.
- GEIGER, R. **Private sectors in higher education**: structure, function and change in eight countries. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1986.
- GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, ciências, saúde**, Manguinhos, v. 15, p. 117-132, 2008.
- GUIMARÃES, A. S. A.; PRANDI, R. **I Censo Étnico-racial da Universidade de São Paulo**. São Paulo, jul. 2002. (Relatório Substantivo).
- HENRIQUES, R. **Raça e gênero do sistema de ensino**: os limites da política universalista. Brasília: Unesco, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/coeficiente_brasil.shtm>.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2009** – Primeiras análises: situação da educação brasileira – avanços e problemas. Brasília: Ipea, 18 nov. 2010. (Comunicados do Ipea, n. 66). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4. ed. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPPIR, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>.

MADSEN, N. A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007). **Sociedade e estado.** 2008, v. 23, n. 3, p. 811-812. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000300029>>.

PAIXÃO, M. *et al.* **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil;** 2009. Rio de Janeiro: LAESER / IE / UFRJ, 2010.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil.** Makron Books, 2000.

QUEIROZ, D. M. (Org.). **O negro na universidade.** Salvador: UFBA, 2002.

ROSEMBERG, F. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu**, n. 16, Campinas, p.151-198, 2001.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 419-437, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Aprendendo com os erros e os acertos do passado: pontos essenciais para a definição de políticas públicas de educação. **Estudos:** revista da associação brasileira de mantenedoras de ensino superior, n 39, p. 29-43, dez. 2009.

SILVA, N.V. Situação social da população negra. In: REIS, J. P. V.; ALBUQUERQUE, R. C. (Org.). **Pobreza e mobilidade social.** 1 ed. São Paulo: Nobel, 1993. v. 1, p. 175-198.

SOTERO, E. **Negros no ensino superior**: trajetória e expectativas de estudantes de administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e cotas) em Salvador. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, M. P. **Negros e universidade**: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLINS, P. H. Defining black feminist thought. In: _____. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and politic of empowerment. New York; London: Routledge, 1991.

GRANT, J. **Fundamental feminism**: contesting the core concepts of feminist theory. New York: Routledge, 1991.

CAPÍTULO 2

ARTICULANDO GÊNERO E RAÇA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO (1995-2009)

Márcia Lima*

Flavia Rios**

Danilo França***

1 INTRODUÇÃO

A análise das desigualdades sociais, a partir da perspectiva sociológica, tem como um de seus principais objetivos compreender os processos de estratificação social considerando sua origem e seus mecanismos de produção e reprodução. Neste escopo interpretativo, raça e gênero ganham destaque na explicação deste fenômeno, porque, em primeiro lugar, tais atributos implicam em desvantagens históricas para determinados grupos sociais e atuam de maneira decisiva na definição da posição social dos indivíduos. Em segundo lugar, porque ajudam a compreender os mecanismos e processos de produção e reprodução das desigualdades, ao evidenciar a relação entre atributos individuais e estrutura social (Grusky, 1994; Sernau, 2000). Gênero e raça são, portanto, nos termos de Fraser (2001), paradigmas de coletividades bivalentes, pois abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas, implicando problemas de redistribuição e de reconhecimento.

Delineia-se, então, o binômio adscrição e aquisição, que, na dinâmica da sociedade de classe, se torna o nó górdio das desigualdades, nos termos de Sernau (2000).¹ Os atributos adscritos atuam na hierarquização da diferença e influenciam a posição social dos indivíduos no sistema de estratificação. O preconceito e a discriminação estão associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em desigualdades entre os grupos sociais na apropriação de posições na hierarquia social.

* Professora de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

** Doutoranda em sociologia na Universidade de São Paulo (USP), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e *visiting student researcher collaborator* junto à Princeton University.

*** Mestre em sociologia e assistente de pesquisa no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

1. Na literatura internacional, utilizam-se as expressões *ascription* e *achievement* para distinguir os atributos herdados (*ascription*) daqueles que podem ser adquiridos com base no esforço individual (*achievement*). Nesse sentido, as características adscritas referem-se aos atributos como sexo, raça, idade que são as variáveis chaves de discriminação no acesso ao mercado de trabalho bem como na trajetória dos indivíduos ocupados.

Circunscrevendo esse debate ao caso brasileiro, há que se considerar que, embora o cenário atual seja de redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras.

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional: seus rendimentos são inferiores aos dos homens, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita. Estas desigualdades também estão relacionadas à condição de gênero, como a média de horas trabalhadas das mulheres ser inferior a dos homens, dada a necessidade de dupla jornada, além de estarem concentradas nos setores de atividade com salários mais baixos, como saúde e educação. Ressalta-se, ainda, que sua concentração e participação em setores específicos é fruto de um forte viés de gênero nas carreiras universitárias. As mulheres, embora mais escolarizadas, frequentam cursos menos valorizados no mercado de trabalho. O desafio para as mulheres mais escolarizadas é participar de forma equitativa nas carreiras consideradas guetos ocupacionais masculinos, em que há salários mais altos, e alcançar posições de comando nos diferentes setores do mundo do trabalho (Lima, 2009).

No que diz respeito às desigualdades raciais, observa-se que, apesar da reconhecida rigidez de classe no Brasil, os estudos apontam que esta rigidez social ganha aspectos de rigidez racial nas tentativas de aquisição ou manutenção de *status* elevado. A rigidez racial aparece nas chances de mobilidade, na maior desigualdade racial entre mais escolarizados, em posições ocupacionais de maior *status* e na maior probabilidade de perder posição social (Ribeiro, 2009; Osório, 2004). Em resumo, as desigualdades raciais se revelam tanto na busca pelo emprego – com elevada taxa de desemprego para os negros – como na competição social por espaços e posições de poder – como a condição de empregador, de proprietários, posições de comando e chefia.

Considerando as dificuldades apontadas para os grupos raciais e de gênero, este texto se dedica a analisar a situação das mulheres negras considerando a interseccionalidade entre gênero e raça. Esta ideia, segundo Crenshaw (2002), sugere que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Para isso, optou-se por analisar a situação das mulheres negras e suas principais tendências de mudanças nos últimos quinze anos, procurando identificar em que medida a sobreposição dos atributos de raça e gênero tem configurado o perfil socioeconômico deste grupo. Os dados serão apresentados segundo quatro agrupamentos que articulam gênero e raça – homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Embora o foco da análise seja o mercado de trabalho, há dois aspectos relevantes que foram escolhidos para complementar a análise: a educação, devido a sua importância na qualidade da inserção no mercado de trabalho; e a renda, como efeito desta inserção. Os dados aqui analisados consideram a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 1995 a 2009.

O período recortado é particularmente interessante, porque consiste em um contexto de grande discussão em torno de políticas públicas orientadas para a população negra, postas no âmbito nacional pela Marcha Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; apresentadas no plano internacional pela Conferência de Durban, em 2001; e oficialmente institucionalizadas através de órgão próprio na gestão do governo Lula, com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003 (Jaccoud, 2008; Lima, 2010). Neste ambiente político, a temática das desigualdades raciais e de gênero ganhou certa visibilidade em meios de comunicação, nos círculos políticos da sociedade civil e nas universidades.

2 RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho é considerado *locus* privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a condição de ingresso neste representam etapas particularmente importantes na trajetória socioeconômica dos indivíduos. Além disto, o mundo do trabalho está fortemente conectado com a dimensão educacional, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho é influenciada pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos. Mas há um fator fundamental neste processo, que são os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça.

Um primeiro aspecto a ser considerado quando se trata das dinâmicas das desigualdades no mercado de trabalho diz respeito ao cenário econômico. O período aqui analisado envolve, pelo menos, dois momentos distintos. Um primeiro ciclo, entre 1999 e 2002, com menor crescimento econômico, e um segundo, de 2003 a 2009, em que há mudanças importantes na estrutura do mercado de trabalho, dado o seu maior dinamismo (crescimento econômico, formalização de emprego e crescimento real do salário mínimo).

Considerando esse panorama, a participação das mulheres negras no mercado de trabalho é um aspecto extremamente relevante para a compreensão da interseccionalidade de gênero e raça na constituição das desigualdades sociais brasileiras. A trajetória socioeconômica das mulheres negras tem sido analisada como fruto do intercruzamento das mudanças ocorridas na participação das mulheres no mundo do trabalho e da estabilidade das desigualdades raciais que só recentemente começou a declinar. Neste sentido, há avanços em relação aos homens de seu grupo de cor, ao mesmo tempo que permanecem com significativas desvantagens em relação às mulheres brancas. Bruschini e Lombardi (2000), ao analisarem esta inserção a partir das mudanças ocorridas na participação feminina nos anos 1990, destacaram que houve um processo de bipolarização do emprego feminino.

De um lado, há um crescimento significativo, impulsionado pelos avanços educacionais, da inserção de mulheres em ocupações não manuais, caracterizadas por maior formalização e melhores rendimentos. No polo oposto, crescem as ocupações de menor qualidade com alta informalidade e menor renda voltadas para pessoas com baixa escolaridade. As mulheres que começam a se movimentar para ocupações de nível superior são predominantemente brancas, enquanto há uma forte concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico.² As mulheres provenientes das classes mais pobres (majoritariamente negras) dirigem-se para os empregos domésticos, de prestação de serviços e também para os ligados à produção na indústria; enquanto as mulheres de classe média, devido às maiores oportunidades educacionais, dirigem-se para prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde (Bruschini e Lombardi, 2000, p. 85).

Recorrendo-se à literatura do período considerado, encontram-se alguns estudos particularmente relevantes no que toca ao tema de cor/raça. Lima (2001) apresentou alguns achados interessantes quando analisava o mercado de trabalho no Brasil urbano. Segundo ela:

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (Lima, 2001, p. 152).

No mesmo ano, Soares (2000) apresentou um quadro dos resultados das discriminações passíveis de verificação pela PNAD, tomando como base de análise a renda e considerando metodologicamente o homem branco como padrão de um grupo melhor posicionado em termos de rendimentos. Por sua vez, os homens negros e mulheres brancas e negras tornavam-se o objeto de análise.

2. Para uma abordagem mais aprofundada da questão do emprego doméstico, ver *Retratos das desigualdades de gênero e raça* (Pinheiro et al., 2006).

A despeito de um conjunto de variáveis controladas (como idade, escolaridade, categoria ocupacional e região), seus resultados indicam um quadro alarmante no que toca às desigualdades de cor e gênero, particularmente no segmento das mulheres negras. Segundo ele:

As mulheres negras arcaram com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero (Soares, 2000, p. 51).

Guimarães (2002), ao analisar e comparar os anos de 1989 e 1999, também observou diferenciais nos rendimentos de mulheres e homens, negros e brancos, confirmado as descobertas de Soares (2000). Assim, argumenta que os marcadores adscritos são variáveis relevantes para entender as desigualdades em termos de inserção e de remuneração no mercado formal, em particular no setor da indústria. Segundo ela:

Tomando dados para o período compreendido entre 1989 e 1998/99, e lançando mão da mais abrangente pesquisa amostral domiciliar brasileira, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, vê-se uma curiosa permanência no que concerne às desigualdades: a indústria ainda é essencialmente masculina e branca, mesmo após os 10 últimos anos de intensa reestruturação, quando muito se alterou no perfil do trabalhador “sobrevivente” (Guimarães, 2002, p. 243).

Muitos dos estudos apresentados informam que, além de haver um diferencial de raça e gênero, a combinação destes atributos leva a uma considerável desvantagem deste grupo no que diz respeito à sua forma de inserção no mercado de trabalho e, principalmente, às disparidades de rendimentos. Apesar de a bibliografia atual que discute os processos de mobilidade, estratificação social e realização socioeconômica apontar a educação como uma variável determinante no processo de ascensão social e obtenção de *status* ocupacional, esta mesma produção bibliográfica também constata que existe um forte diferencial no retorno do investimento em formação, evidenciando o caráter discriminatório do mercado. Ou seja, apesar de ter ocorrido diminuição das desigualdades de oportunidades no que concerne à instrução, há uma disparidade no tipo de instrução recebida e no perfil das carreiras cursadas para aqueles que acessam o ensino superior. Complementarmente, permanecem muito altas as diferenças dos retornos advindos da formação educacional, medidas pelo acesso ao emprego, trajetória ocupacional e pela renda.

Considerando este cenário, nas sessões subsequentes deste texto serão apresentados os dados gerais de escolarização, com recorte especial para os níveis educacionais com maiores efeitos sobre a alocação dos indivíduos no mercado de trabalho. Na sequência, será traçado um quadro geral da participação na população economicamente ativa (PEA) e das taxas de desocupação e ocupação, considerando quatro grupos fundamentais na articulação de gênero e raça: mulheres negras, homens negros, mulheres brancas e homens brancos, tomando este último grupo como o principal parâmetro comparativo. Vale salientar, ainda, que a variável sexo será

tomada para operacionalizar o conceito de gênero. Ademais, a categoria negro, aqui mencionada, corresponde sempre ao somatório dos que se declaram ser de cor parda e preta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

3 MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO

O modelo analítico proposto pelos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (2005) permite compreender o processo de transmissão intergeracional da desigualdade social apresentando os componentes das etapas do ciclo de vida social. Segundo os autores, o processo cumulativo de desvantagens, associado aos mecanismos discriminatórios no decorrer da sua trajetória, é o que caracteriza as desigualdades no Brasil. Ou seja, os determinantes das desigualdades devem ser observados levando-se em conta os chamados fatores produtivos (por exemplo, educação e experiência), mas os fatores não produtivos também devem ser enfatizados (o efeito determinante da cor, do sexo ou da região), correspondendo aos fenômenos de discriminação e de segmentação.

Os estudos de Hasenbalg e Silva (2005) utilizam o termo realização educacional para tratar não apenas do acesso à educação – considerada praticamente universal no ensino fundamental –, mas também para tratar da permanência, progressão e desempenho dos estudantes – justamente onde se encontra desigualdade de gênero e raça. A educação refere-se, portanto, a uma importante etapa deste modelo intitulada pelos autores de internalização de recursos; etapa esta que qualifica os indivíduos para seu ingresso no mercado de trabalho e será mensurada aqui pela taxa de escolarização líquida, considerando os níveis educacionais mais relevantes para participação na PEA.³ Tendo em vista este objetivo, de apresentar os diferenciais dos grupos estudados neste processo de internalização de recursos, a taxa de escolarização líquida é um importante indicador, porque sintetiza tanto a frequência à escola no nível adequado como o fluxo escolar (repetência) e a evasão. Ademais, isto permite vislumbrar tendências nas características educacionais de gerações que estão entrando no mercado de trabalho. Além deste indicador, será apresentada, ao final desta seção, uma análise do estoque educacional da população, ou seja, dos anos de estudos completos da população total e da população ocupada, visando demonstrar a importância da realização educacional para a inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, a literatura sobre mercado de trabalho tem afirmado que a qualificação é um dos principais determinantes da inserção, bem como das desigualdades no mercado de trabalho (Silva, 1997; Lima e Abdal, 2007).

No que diz respeito ao ensino fundamental, já nos anos iniciais do século XXI, observou-se uma tendência de universalização da frequência a este nível para todos os grupos. Fato particularmente notável, porque, até 1995, havia uma nítida hierarquização dos grupos obedecendo à seguinte ordem para o caso

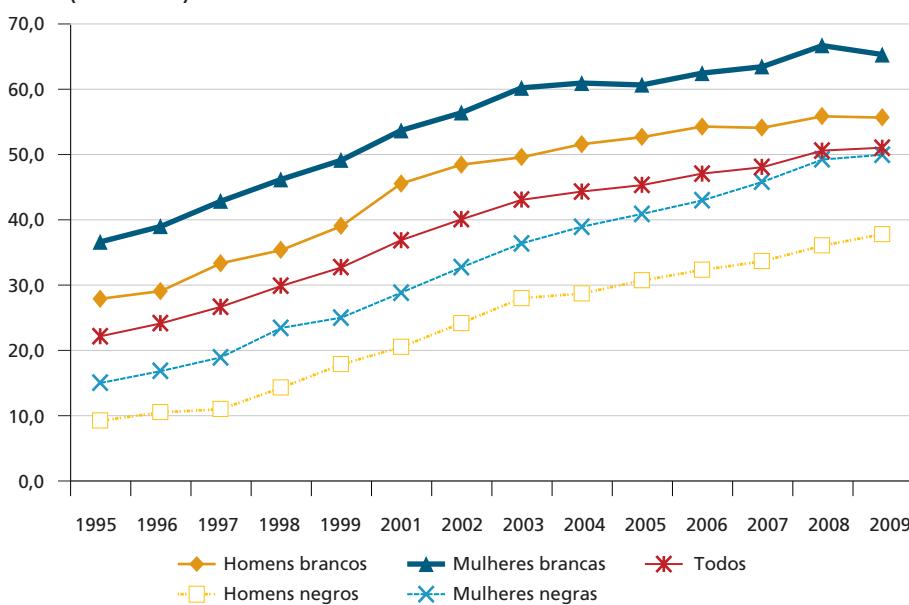
3. Considera-se taxa líquida de escolarização a proporção deste grupo etário nos níveis de ensino considerados ideais, a saber: 6 a 14 anos para ensino fundamental; 15 a 17 anos para ensino médio; e 18 a 24 anos para ensino superior (graduação).

do ensino fundamental: mulheres brancas, homens brancos, mulheres negras, homens negros; sendo que o diferencial entre as primeiras e os últimos era da ordem de 10 pontos percentuais (p.p.).

Ao analisar os dados sobre o ensino médio, tem-se uma situação bastante distinta. O gráfico 1 demonstra fortes desigualdades nas taxas de escolarização neste nível escolar, ainda que tenha ocorrido crescimento para todos os grupos. Nota-se também que, em 1995, as mulheres brancas apresentavam taxas cerca de quatro vezes maiores que os homens negros, portadores, novamente, dos piores indicadores. Contudo, este diferencial se reduziu, ao longo dos anos, para pouco menos de duas vezes. Esta tendência pode estar relacionada ao impacto da universalização do ensino fundamental sobre o ciclo educacional subsequente e também com a redução da participação de crianças e adolescentes na PEA, fenômeno que sempre afetou majoritariamente o grupo masculino negro, marcado por seu ingresso precoce no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1

Taxa líquida de escolarização no nível do ensino médio, por raça e gênero – Brasil (1995-2009)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

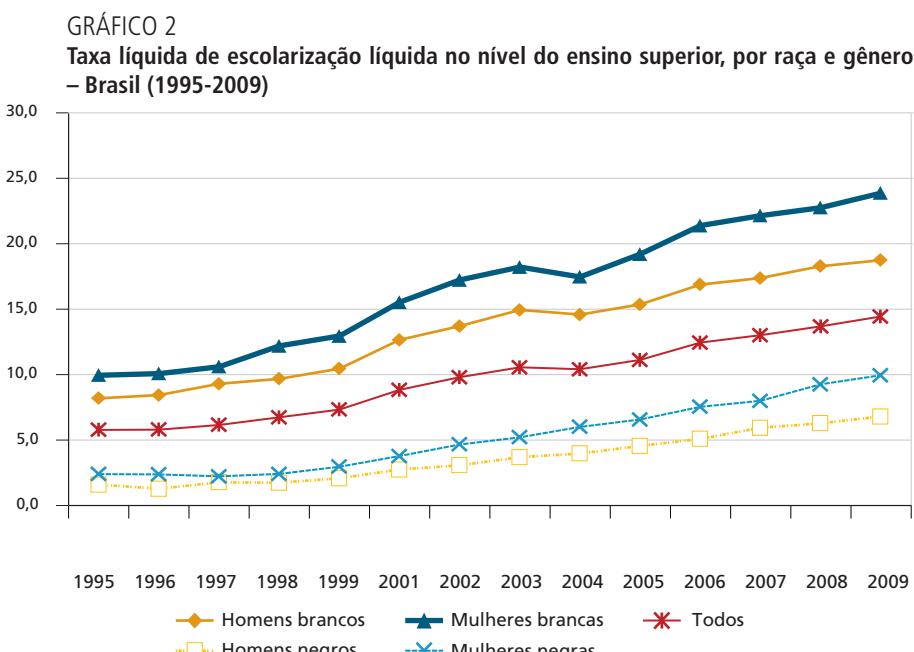
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No caso das mulheres negras, em particular, sua participação no ensino médio manteve uma tendência de crescimento ao longo de todo o período. Se as mulheres negras, em 1995, tinham uma taxa de escolarização de 14,9%, esta mais do

que triplica na série histórica, chegando a 49,8%, em 2009, aproximando-se mais dos homens brancos, que, neste ano, contaram com uma taxa de 55,5%. Por sua vez, distanciaram-se dos homens negros, que computaram uma taxa de 37,7% no mesmo momento. Ademais, as mulheres negras, apesar destas melhorias em termos de aquisição de anos de estudos, ficam bem aquém das mulheres brancas, o que pode ser explicado, em parte, pela grande distância que tinham no ponto de partida na série considerada.

No nível superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no ensino médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois. Ainda que se mantenha o padrão de crescimento de todos os grupos verificado nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o degrau racial é o mais expressivo, independentemente do sexo.

Considerando tais dados, percebe-se que a universalização do ensino melhorou a posição dos negros. Contudo, ela ainda não tem sido suficiente para reduzir significativamente as desigualdades entre os grupos de cor no topo da pirâmide educacional. Isto deve ainda implicar na persistência da concentração de brancos nas principais posições de poder do país.



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Num cenário em que são evidentes as tendências de universalização do ensino básico e as políticas de acesso ao ensino superior com critérios raciais, verifica-se, simultaneamente, avanço para negros e mulheres, mas também a persistência de expressivas desigualdades categoriais, principalmente, nos níveis mais elevados. De fato, tais desenvolvimentos nas políticas educacionais resultaram em incrementos na realização educacional das mulheres negras, mas não o suficiente para eliminar as desigualdades neste campo. De maneira que, a despeito do crescimento nas oportunidades educacionais, persistem as desigualdades entre as categorias raciais e de gênero no Brasil, o que, por fim, resulta em desvantagens no posicionamento das mulheres negras na estratificação social.

Em suma, no período recortado, observa-se um aumento da taxa de escolarização para todos os grupos, em todos os níveis educacionais. Tais avanços certamente impactarão na configuração dos cenários vindouros referentes ao perfil da mão de obra brasileira e das desigualdades entre as categorias sociais que os compõem. Entretanto, atualmente, estes avanços não levaram a uma equalização, mantendo-se as distâncias entre os grupos raciais e de gênero, principalmente nos níveis mais altos de ensino. De um modo geral, as mulheres brancas têm maiores taxas de escolarização; em contrapartida, no extremo oposto, estão os homens negros com as menores taxas. Ao contrário do que se poderia inferir somente com a variável gênero, são os homens brancos que se alocam na segunda posição, enquanto as mulheres negras ocupam o terceiro lugar. Importante assinalar que a tendência de aproximação entre estas últimas e o segmento masculino do grupo branco é bastante visível no ensino médio, mas a mesma tendência não é verificada para o ensino superior. Isto pode demonstrar que há uma interação entre as variáveis de gênero e raça na determinação dos resultados educacionais, e isso é mais perceptível nos níveis mais elevados da pirâmide educacional.

Destarte, nota-se o crescimento das taxas de escolarização das mulheres negras nos níveis médio e superior. Sendo assim, a pergunta pertinente a se fazer seria: o aumento do nível educacional das mulheres negras significou um melhor posicionamento no mercado de trabalho em comparação aos demais grupos analisados?

O perfil educacional da população ocupada pode trazer importantes informações nesse sentido. Na tabela 1, observa-se a relevância da qualificação dos indivíduos nas chances de estar ocupado. Nota-se o crescimento da participação de pessoas com mais anos de escolaridade, em particular, as que possuem o ensino médio e superior. Em contraste, houve a redução das pessoas com ensino fundamental incompleto. Em geral, o crescimento da participação das pessoas com maior escolaridade teve maior expressão entre a população negra, independentemente de gênero. Ou seja, em 1995, mais da metade dos negros ocupados tinha até quatro anos de estudos; enquanto,

em 2009, 62,1% tinham mais de cinco anos de escolaridade, observando maior crescimento nas faixas mais elevadas, isto é, acima de nove anos de estudos. Por sua vez, a proporção dos brancos ocupados com menos de cinco anos reduziu-se pela metade no período considerado; em contrapartida, nas faixas acima de nove anos de escolaridade, estes chegaram ao patamar de 56,6%. Isto reflete tanto os avanços na escolarização da população brasileira quanto o aumento das exigências de qualificação por parte do mercado de trabalho.

As mulheres, em seu conjunto, tiveram a maior taxa de crescimento nas faixas superiores de escolaridade, sendo que as mulheres negras acompanharam esse perfil de crescimento feminino. Entretanto, ao se observar os valores atingidos pelas negras em 2009, nota-se que só agora estas atingiram, nas faixas mais elevadas, valores próximos àqueles que as brancas tinham em 1995. As desvantagens das mulheres negras em relação às brancas eram tão elevadas no ponto de partida, que, mesmo tendo um bom crescimento ao longo do período considerado, elas ainda se mantêm bem longe de se assemelhar ao perfil das mulheres brancas ocupadas e mais escolarizadas.

TABELA 1

Variação percentual da escolaridade das/os ocupadas/os com 25 anos ou mais e da escolaridade da população com 25 anos ou mais – Brasil (1995 e 2009)
(Em %)

Raça/gênero	Anos de escolaridade	População ocupada			População total		
		1995	2009	Variação	1995	2009	Variação
Mulheres brancas	Menos de 1 ano	9,9	4,3	-57,0	14,5	9,0	-37,6
	1 a 4 anos	31,5	15,7	-50,2	35,3	22,1	-37,4
	5 a 8 anos	21,1	18,3	-13,4	21,4	19,3	-9,9
	9 a 11 anos	19,3	32,3	67,4	16,8	28,3	69,0
	12 anos ou mais	18,1	29,5	62,5	12,1	21,3	76,3
Mulheres negras	Menos de 1 ano	25,3	11,0	-56,6	30,9	17,1	-44,6
	1 a 4 anos	35,2	22,3	-36,6	35,3	25,8	-26,9
	5 a 8 anos	18,9	22,6	19,2	18,6	22,0	18,1
	9 a 11 anos	15,0	30,6	104,8	11,7	25,8	121,4
	12 anos ou mais	5,6	13,5	140,2	3,5	9,3	162,4
Homens brancos	Menos de 1 ano	10,7	6,1	-42,8	12,6	8,3	-34,4
	1 a 4 anos	34,0	19,7	-42,0	35,2	22,7	-35,5
	5 a 8 anos	24,3	21,7	-10,7%	23,3	20,8	-10,4
	9 a 11 anos	17,1	30,7	79,7	16,1	28,4	76,3
	12 anos ou mais	13,9	21,7	56,6	12,9	19,9	54,0
Homens negros	Menos de 1 ano	28,6	15,0	-47,6	30,7	17,8	-42,1
	1 a 4 anos	37,2	26,3	-29,4	36,7	27,2	-25,8
	5 a 8 anos	20,1	23,9	19,3	19,4	23,0	18,4
	9 a 11 anos	10,9	26,7	145,7	10,2	24,6	142,2
	12 anos ou mais	3,3	8,1	147,1	3,1	7,4	141,7

(Continua)

(Continuação)

Raça/gênero	Anos de escolaridade	População ocupada			População total		
		1995	2009	Variação	1995	2009	Variação
Total	Menos de 1 ano	17,5	9,3	-47,1	20,7	13,0	-37,4
	1 a 4 anos	34,4	21,3	-38,3	35,6	24,4	-31,4
	5 a 8 anos	21,6	21,8	0,9	20,9	21,2	1,5
	9 a 11 anos	15,7	29,9	90,8	14,2	26,8	89,4
	12 anos ou mais	10,8	17,8	65,2	8,7	14,6	68,7

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Em relação à distribuição dessa população segundo as faixas de escolaridade, verifica-se que a população ocupada concentra um contingente maior de pessoas entre os mais escolarizados em comparação com o total da população, o que reforça a importância da educação na participação no mercado de trabalho.

Comparando-se a quinta e a oitava coluna da tabela 1, percebe-se que as mulheres negras são as que representam o grupo que conseguiu obter menos vantagens de seus avanços educacionais. Houve um crescimento de 121% das mulheres que frequentaram o ensino médio e de 162% das negras que frequentaram o ensino superior. No entanto, entre a população ocupada, o crescimento percentual de mulheres negras que frequentaram o ensino médio é de 104%, enquanto as que frequentaram o superior é de 140%. Isto contrasta com os outros grupos, nos quais, de modo geral, observam-se valores próximos nas colunas quatro e cinco da mesma tabela – salvo no caso das mulheres brancas que frequentaram o ensino superior, cujo crescimento na população total foi de 76%, ao passo que o crescimento entre as ocupadas foi de 62,5%.

Esses dados evidenciam que, apesar dos nítidos avanços educacionais da população feminina brasileira, elas, e principalmente as mulheres negras, encontram fortes barreiras para converter suas melhores qualificações em maiores vantagens no mercado de trabalho.

4 QUADRO GERAL DA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Entre os anos de 1995 a 2009, a taxa de participação na PEA manteve-se relativamente estável em quase todos os grupos de idade, exceto para os grupos mais novos, de 10 a 15 e 16 a 17 anos (tabela 2). No caso dos mais jovens, é marcante a redução de suas taxas, demonstrando um efeito positivo para o futuro desta geração. Em especial, a faixa de 10 a 15 anos, que corresponderia aproximadamente à idade adequada à frequência ao ensino fundamental, reduziu-se de 24,3% para 10,9%. Observa-se, portanto, que tanto a população mais jovem (que ainda não concluiu as etapas escolares) quanto a população mais velha (que não se beneficiou da ampliação do acesso à educação e que está se retirando do mercado de trabalho) apresentam

taxas menores de participação. Atualmente, torna-se cada vez mais importante a conclusão dos níveis educacionais do ensino básico e a obtenção de credenciais de qualificação para a competição por postos de trabalho.

TABELA 2

Taxa de participação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça, localização do domicílio e faixa etária – Brasil (1995 a 2009)
(Em %)

Cor/raça	Faixa etária	Total		Masculino		Feminino	
		1995	2009	1995	2009	1995	2009
	Total	61,3	62,1	75,3	72,3	48,1	52,6
Total	10 a 15 anos	24,3	10,9	31,0	13,9	17,5	7,7
	16 a 17 anos	55,1	42,1	67,6	50,0	41,8	34,0
	18 a 24 anos	72,9	74,8	87,0	84,2	58,8	65,4
	25 a 29 anos	78,2	83,6	95,2	94,1	62,7	73,6
	30 a 44 anos	80,8	84,2	96,1	95,0	66,4	74,3
	45 a 59 anos	69,3	72,6	87,5	86,6	52,7	60,2
	60 anos ou mais	33,4	29,9	49,4	43,3	20,4	19,2
	Total	60,9	62,1	75,0	72,2	48,1	53,1
Branca	10 a 15 anos	21,2	9,3	26,9	11,5	15,7	6,9
	16 a 17 anos	53,0	41,1	64,4	47,4	41,3	35,0
	18 a 24 anos	73,0	75,1	86,3	83,1	60,6	67,5
	25 a 29 anos	78,6	85,1	95,8	94,2	63,6	76,7
	30 a 44 anos	80,9	84,9	96,4	95,7	66,7	75,6
	45 a 59 anos	67,8	72,3	86,7	86,8	51,0	59,8
	60 anos ou mais	30,5	27,7	46,5	41,4	17,9	17,4
	Total	61,9	62,1	75,8	72,3	48,2	52,2
Negra	10 a 15 anos	27,3	12,1	35,0	15,6	19,3	8,3
	16 a 17 anos	57,2	42,9	70,7	51,9	42,5	33,1
	18 a 24 anos	72,7	74,5	87,8	85,2	56,6	63,3
	25 a 29 anos	77,5	82,3	94,5	93,9	61,7	70,8
	30 a 44 anos	80,6	83,5	95,7	94,3	66,0	73,0
	45 a 59 anos	71,5	73,0	88,6	86,5	55,3	60,7
	60 anos ou mais	38,0	32,6	53,7	45,5	24,4	21,6

Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

No que diz respeito às desigualdades de raça e gênero, a participação masculina é, via de regra, maior que a feminina (apesar do crescimento de 48,1% para 52,6% da participação das mulheres e do fato de ter ocorrido uma redução de

75% para cerca de 72% na participação dos homens na PEA). Deve-se ressaltar, contudo, a redução nas faixas mais jovens, entre 10 e 17 anos: de 27% para 11,5% para homens brancos; e de 35% para 15,6% para os homens negros. Estes dados demonstram que as recentes mudanças no cenário social do país têm permitido a permanência de crianças e adolescentes nos bancos escolares e fora do mercado de trabalho.⁴ A universalização do acesso ao ensino fundamental, bem como as condicionalidades de permanência na escola estabelecidas no âmbito das políticas de transferência de renda são fatores que contribuem para a melhoria deste cenário. Observa-se também a redução das desigualdades raciais, embora a participação de crianças e adolescentes negros no mercado de trabalho nesta faixa etária seja ligeiramente maior.

De modo geral, a taxa de participação das mulheres negras ou brancas na PEA foi sempre menor que a dos homens. Ao se comparar estes indicadores com a análise educacional precedente, nota-se que há uma inversão da hierarquia de gênero, ou seja, as mulheres permanecem mais tempo na escola, por um lado; e, por outro, participam menos no mercado de trabalho, indicando inflexões distintas na trajetória feminina tanto para esfera educacional como para a laboral. Acrescente-se, ainda, a família como fator altamente decisivo para entender as diferenças nas trajetórias femininas e masculinas no mercado de trabalho, conforme postulou Born (2001, p. 249): “Embora a família não seja vista como uma instituição que interfira na trajetória de emprego de um homem, a família e a atividade familiar têm um peso enorme nos padrões de trajetória de vida da mulher”.

Contudo, no período considerado, houve, na PEA, um aumento de 48% para cerca 53% para o segmento feminino, atestando a “intensidade e constância do crescimento da atividade feminina” no mercado de trabalho, conforme já havia observado Bruschini (2007, p. 539). Destaca-se o mesmo padrão verificado no caso masculino, ou seja, redução acentuada na participação da PEA, para as faixas mais jovens e as mais velhas, sendo que, nas faixas intermediárias, constata-se um aumento na participação.

A participação das mulheres brancas, entre 10 a 15 anos, caiu de 15,7% para 6,9%. No caso das mulheres negras, caiu de 19,3 para 8,3%. Ou seja, houve uma redução significativa de cerca de 11 p.p, mas, ainda assim, as mulheres negras continuam chegando mais cedo que as mulheres brancas no mercado de trabalho. Isto, portanto, tem impacto na trajetória profissional das mulheres negras, pois estas vivenciam mais precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que pode implicar para elas em prejuízo imediato, cujos danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional.

4. Note-se, ademais, que o Brasil tem apresentado leis mais rigorosas com vistas à eliminação do trabalho infantil, além de normatizar e regularizar os tipos de trabalho, a carga horária e a idade para execução de trabalhos por jovens na situação de aprendiz. A este respeito, dignos de nota são os decretos nºs 3.597/2000 e 6.481/2008.

Por fim, se observadas as taxas de desocupação – o quociente entre a população desocupada e a população economicamente ativa –, é possível constatar como a escolarização é um indicador importante para ingresso no mercado de trabalho. A tabela 3 traz informações sobre esse fenômeno.

TABELA 3

Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça, e grupos de anos de estudo – Brasil (1995 a 2009)
(Em %)

Cor/raça	Anos de estudo	Total		Masculino		Feminino	
		1995	2009	1995	2009	1995	2009
	Total	5,8	8,1	5,0	6,0	7,0	10,8
Total	Menos de 1 ano	3,2	4,3	3,0	3,0	3,4	6,5
	De 1 a 4 anos	4,5	5,0	4,2	3,8	5,0	6,9
	De 5 a 8 anos	8,5	9,2	7,1	7,0	10,8	12,5
	De 9 a 11 anos	7,7	11,0	6,0	7,8	9,5	14,5
	12 anos ou mais	3,3	5,7	2,7	4,7	4,0	6,5
	Total	5,4	7,1	4,6	5,3	6,4	9,2
Branca	Menos de 1 ano	2,9	4,3	2,8	2,4	3,1	7,6
	De 1 a 4 anos	4,0	3,8	3,8	2,9	4,3	5,3
	De 5 a 8 anos	7,3	7,7	6,2	6,0	9,2	10,4
	De 9 a 11 anos	7,2	9,6	5,8	7,0	8,8	12,5
	12 anos ou mais	3,2	5,2	2,5	4,4	4,0	5,9
	Total	6,4	9,1	5,4	6,6	7,9	12,5
Negra	Menos de 1 ano	3,3	4,2	3,1	3,3	3,6	6,1
	De 1 a 4 anos	5,1	5,7	4,6	4,4	5,8	8,0
	De 5 a 8 anos	10,2	10,3	8,4	7,8	13,0	14,2
	De 9 a 11 anos	8,6	12,4	6,6	8,7	10,7	16,6
	12 anos ou mais	3,9	6,8	3,7	5,5	4,1	7,9

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Em primeiro lugar, observa-se que a taxa de desemprego feminina é maior que a masculina, tanto entre brancos quanto entre negros. Este dado é fruto da disputa crescente entre homens e mulheres por postos de trabalho, especialmente no setor de serviços. O desemprego feminino é reflexo de maiores oportunidades de emprego para homens, mesmo em setores tradicionalmente favoráveis às mulheres (Lavinas *et al.*, 1999).

Em segundo lugar, considerando a educação dos grupos analisados, nota-se que é nas faixas extremas – pessoas com menos de um ano de escolaridade e pessoas com mais de doze anos de escolaridade – que se encontram as menores taxas de desocupação para todos os grupos. Estes dados confirmam o padrão já apontado pela literatura, de que o desemprego afeta as mulheres com nível de instrução intermediário e sem nenhum nível de escolaridade formal. Assim, estão mais protegidas de altos níveis de desemprego as mulheres nos extremos superior e inferior da escolaridade (Lavinas *et al.*, 1999).

Conforme a análise avança nas faixas de escolaridade, as taxas de desocupação aumentam, tornando nítido o padrão hierárquico entre os quatro grupos, com as mulheres negras apresentando as maiores taxas de desocupação, seguidas pelas mulheres brancas, em terceiro lugar, os homens negros e, por fim, os homens brancos. A maior taxa de desocupação das mulheres se explica, em grande parte, por sua trajetória diferenciada em termos de inserção no mercado de trabalho, já que, para elas, impõe-se a difícil tarefa de conciliação do trabalho remunerado e os cuidados com a família (Sorj *et al.*, 2007). As características de desocupação das mulheres negras representam a síntese da condição de dupla discriminação: marcadas pelo estigma racial na busca pelo emprego e pelas dificuldades encontradas pelas mulheres.

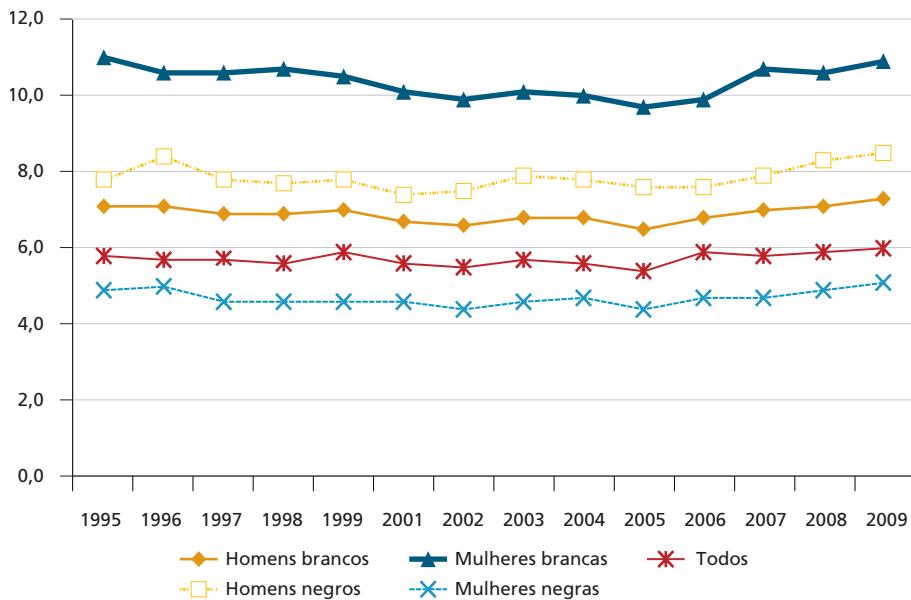
Na faixa acima de doze anos de escolaridade, as taxas de desocupação voltam a diminuir. O valor máximo de 7,9% foi atingido pelas mulheres negras em 2009, ao passo que a menor taxa de 2,5% foi obtida pelos homens brancos em 1995. Apresenta-se, a seguir, como estas características configuraram o tipo de inserção no mercado de trabalho.

5 POSIÇÃO OCUPACIONAL E RENDIMENTOS POR GÊNERO E RAÇA

Falar de diferenciais de inserção ocupacional tem por finalidade chamar a atenção para a posição dos indivíduos no mercado de trabalho, segundo os atributos de gênero e raça. Em geral, as mulheres tendem a se concentrar mais entre os trabalhadores não remunerados, trabalhadores domésticos e funcionários públicos; enquanto os homens têm uma concentração mais elevada em assalariados com e sem carteira, conta-própria e empregador. No caso da população negra, a principal característica de inserção é a constituição de guetos ocupacionais com expressivos diferenciais de gênero (Lima, 2001). No entrecruzamento de raça e gênero, observa-se que há um forte contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, enquanto os homens negros estão fortemente concentrados na indústria tradicional (especialmente indústria da construção) e nos serviços gerais em que há baixos salários e um alto grau de informalidade. Este padrão de inserção, como será visto adiante, produz efeitos significativos sobre os rendimentos oriundos do trabalho.

Considerando a participação da população ocupada acima de 16 anos segundo a posição na ocupação, observam-se padrões distintos segundo raça e gênero. Na categoria de funcionários públicos e ou militares, em 2009, 10,9% das mulheres brancas e 8,5% das mulheres negras estão presentes nesta categoria. Por outro lado, 6,6% dos homens brancos e 5,1% dos homens negros estão neste segmento ocupacional. Vale destacar que, nestas categorias, encontra-se um contingente significativo de pessoas trabalhando nas áreas de educação e saúde, em que a presença feminina se destaca. Tais taxas mantiveram-se praticamente constantes para todos os grupos na série histórica que vai de 1995 a 2009, havendo apenas pequenas flutuações e tendências de ligeiro crescimento a partir de 2007.

GRÁFICO 3
Participação na posição ocupacional funcionários públicos e militares – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

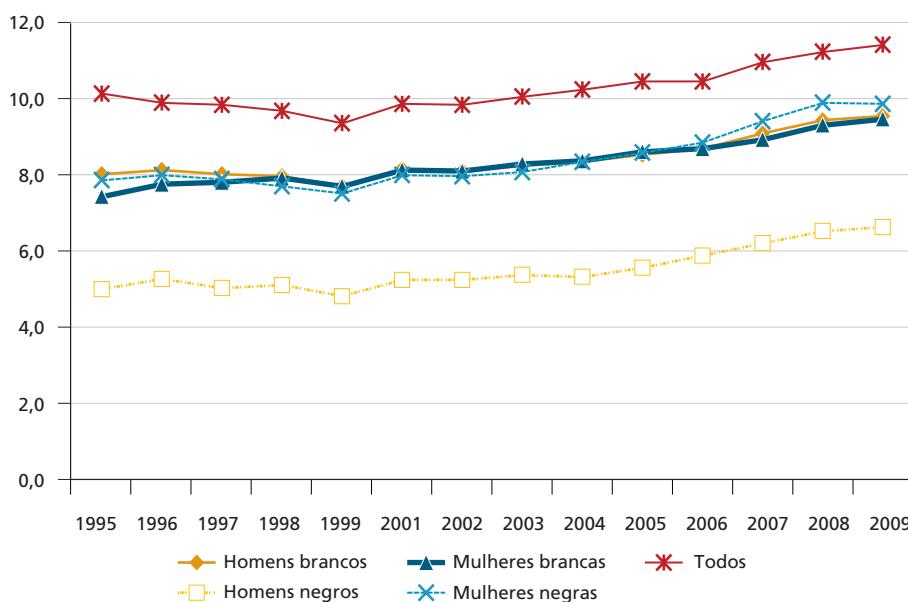
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Embora sejam necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto, não se pode deixar de notar que, na categoria de funcionários públicos e militares, cujo ingresso exige impessoalidade, meritocracia e certo grau de escolarização, dado o caráter do concurso público, percebe-se que, nestes segmentos, de modo geral, as mulheres possuem boa inserção, chegando a superar os homens, situação singular, quando comparadas as demais categorias analisadas. Em que pese a

barreira racial e de gênero na ascensão aos postos de mando e cargos de chefia, o serviço público permanece como a principal porta de mobilidade social dos negros e das mulheres (Beltrão e Teixeira, 2004).

Especialmente a partir de 2003, o emprego com carteira assinada – que apresenta os percentuais de participação mais elevados – teve aumento para os quatro grupos considerados. Cerca de 42,7% dos homens brancos estão nesta categoria, enquanto, no polo oposto, estão as mulheres negras com cerca de 24,8%, considerando o ano de 2009. Nos segmentos intermediários, constam os homens negros com 36,9% e as mulheres brancas com 35,4%. Isto sugere maior acesso ao emprego estável e de maior proteção social ao segmento masculino da população, quando comparado ao segmento feminino, mesmo tendo as mulheres mais credenciais educacionais que os homens. Sugere também que os diferenciais de raça e gênero têm peso expressivo quando combinados. As mulheres brancas, que, em geral, são muito mais escolarizadas, apresentam taxas de participação similares a dos homens negros, que possuem piores taxas de escolarização. Ademais, as mulheres negras, que também são mais educadas em relação ao segmento masculino de seu grupo de cor, têm a menor participação nesta categoria.

GRÁFICO 4
Participação na posição ocupacional empregados com carteira assinada – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

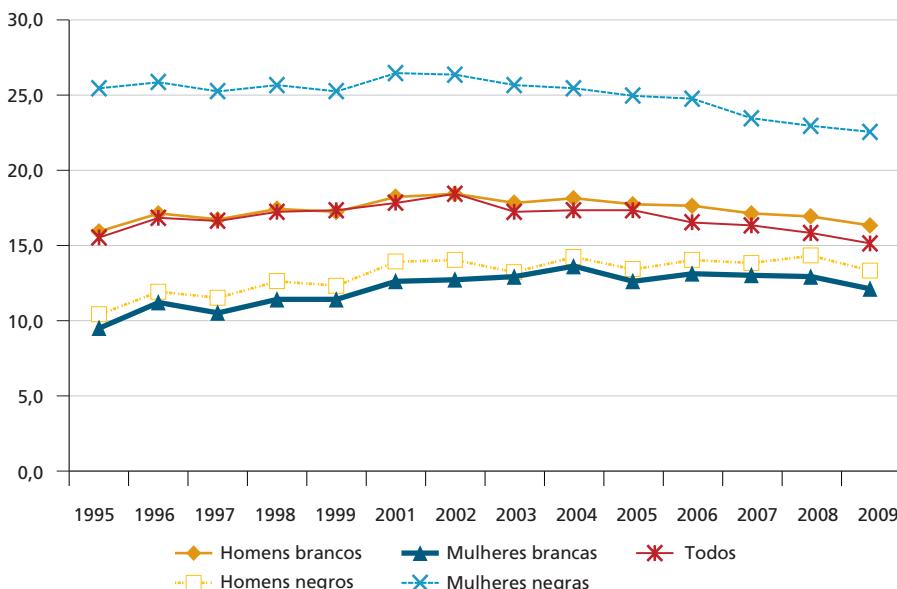
Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A categoria dos empregados sem carteira assinada (gráfico 5) representa uma condição ocupacional bastante precária, uma vez que não há formalização de vínculos e garantia de direitos trabalhistas. O grupo com maior participação proporcional na categoria sem carteira assinada é o dos homens negros, que, no ano de 1995, compunha cerca de 25,4% de trabalhadores informais, sofrendo uma redução para 22,5% em 2009. Em seguida, os homens brancos, que participavam com 15,5% após um pequeno aumento, em 1998, voltam a participar com proporção parecida em 2009. Em terceiro lugar, as mulheres negras saíram de 10,4% e chegaram ao patamar de 13,3%. Apesar de possuir a menor participação proporcional nesta categoria ocupacional, as mulheres brancas também apresentaram um crescimento, saindo de 9,5 % para 12,1%.

O aumento da participação feminina, independentemente da cor, nas ocupações que não oferecem proteção social, flagra as desvantagens de gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho. Ou seja, em contextos de relativo desenvolvimento econômico e maiores oportunidades no mercado, o segmento masculino tende a estabilizar-se primeiro nas ocupações mais protegidas, enquanto as mulheres são alocadas naquelas com maior precariedade social.

GRÁFICO 5
Participação na posição ocupacional empregados sem carteira assinada – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

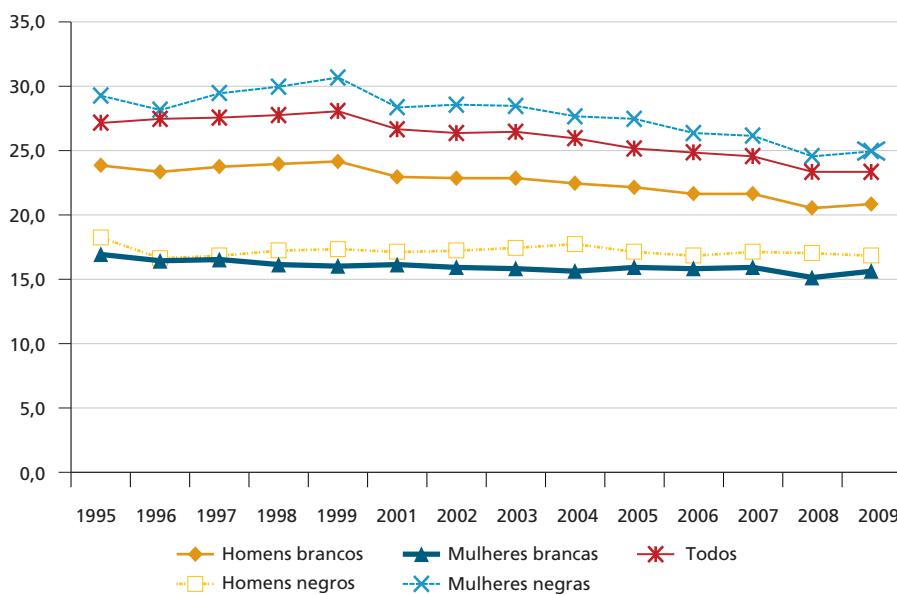
Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que tange ao conjunto da população ocupada, houve um ligeiro aumento na participação de empregados sem carteira assinada, de 15,9% para 16,3%, uma tendência marcante da década de 1990. No que se refere aos rendimentos, nota-se que esta categoria, marcada por menor escolaridade e por salários baixos, não se verificou grande distância entre os grupos analisados; embora isto não signifique ausência de desigualdades nas ocupações com pouca ou nenhuma proteção social, o que ficará mais nítido adiante, em análise sobre a categoria emprego doméstico.

A categoria de trabalhadores por conta própria (gráfico 6), cujo perfil é de grande heterogeneidade, por compreender desde situações precárias até inserção com proteção social (Kon, 2003), apresentou redução no período considerado, para todos os quatro grupos, sendo esta redução maior para os homens; no entanto, eles continuam tendo a maior participação neste segmento. Entre as mulheres, a participação das negras é de 16,8%, um pouco maior que a das brancas.

GRÁFICO 6
Participação na posição ocupacional conta própria – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

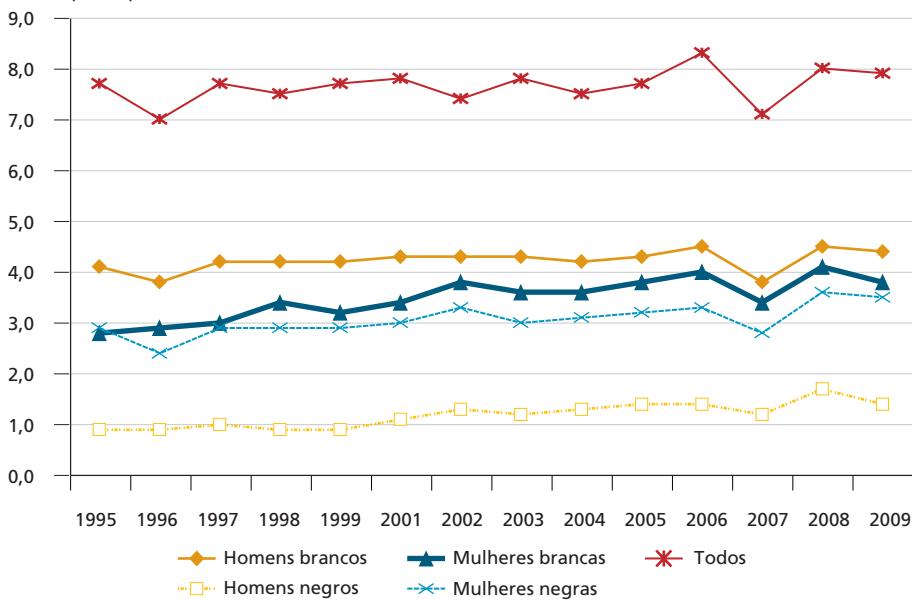
Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na categoria empregador, as hierarquias raciais e de gênero tornam-se mais visíveis, uma vez que envolvem propriedade e posição de comando, características que, historicamente, pertencem aos homens brancos nos mais diferentes

contextos sociais. Em linhas gerais, esta categoria praticamente não cresceu proporcionalmente, mantendo-se na faixa próxima dos 4,4% em quase todo o período analisado, passando por ligeiras flutuações. Conforme já apontado, os homens brancos concentram 7,9% deste grupo, seguidos das mulheres brancas, com 3,8%. No caso dos negros, os homens possuem uma participação próxima à das mulheres brancas, resultando numa taxa de 3,5%. As mulheres negras, no entanto, correspondem apenas a 1,4% na categoria considerada. Registra-se que as mudanças observadas neste período quase não tiveram impacto sobre a hierarquia racial e de gênero verificada nesta categoria.

GRÁFICO 7
Participação na posição ocupacional empregadores – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

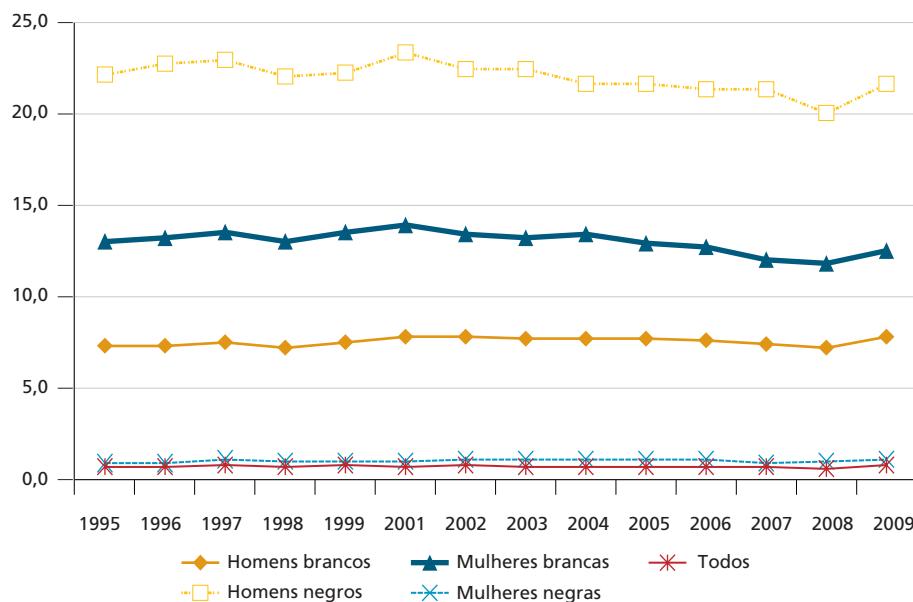
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Segundo os dados da PNAD, havia no Brasil, em 2009, cerca de 7 milhões de pessoas vinculadas ao emprego doméstico, das quais, cerca de 500 mil eram homens. A categoria de empregados domésticos é majoritariamente feminina, com cerca de 7% de homens. Entre as mulheres, a proporção de negras (21,6%) é bem maior que a de brancas (13,5%). A grande concentração de mulheres negras no emprego doméstico chama atenção dos pesquisadores desde meados do século XX.⁵

5. Ver, por exemplo, Pinto (1953), Fernandes (1965); Hasenbalg (2005) e Oliveira, Porcaro e Costa (1981).

Muitos deles veem a presença negra nessa categoria como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença de informalidade, pessoalidade, sem perspectivas de ascensão na carreira e, acima de tudo, por não possuir, até muito recentemente, os direitos trabalhistas equiparados aos dos demais trabalhadores protegidos.⁶ Trata-se, ademais, de uma ocupação bem difundida na cultura brasileira e fortemente marcada pela distância social, muitas vezes ritualizada em contextos de humilhação (Freitas, 2011). Apesar de ser o principal meio de sustento e manutenção de muitas famílias, principalmente aquelas chefiadas por mulheres, o serviço doméstico marca um lugar na estrutura ocupacional por gênero e raça, pela ausência de escolaridade, pela origem regional e pelos baixos rendimentos, mesmo no caso das novas atividades profissionais ligadas ao cuidado do outro (*o care*).⁷

GRÁFICO 8
Participação na posição ocupacional emprego doméstico – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

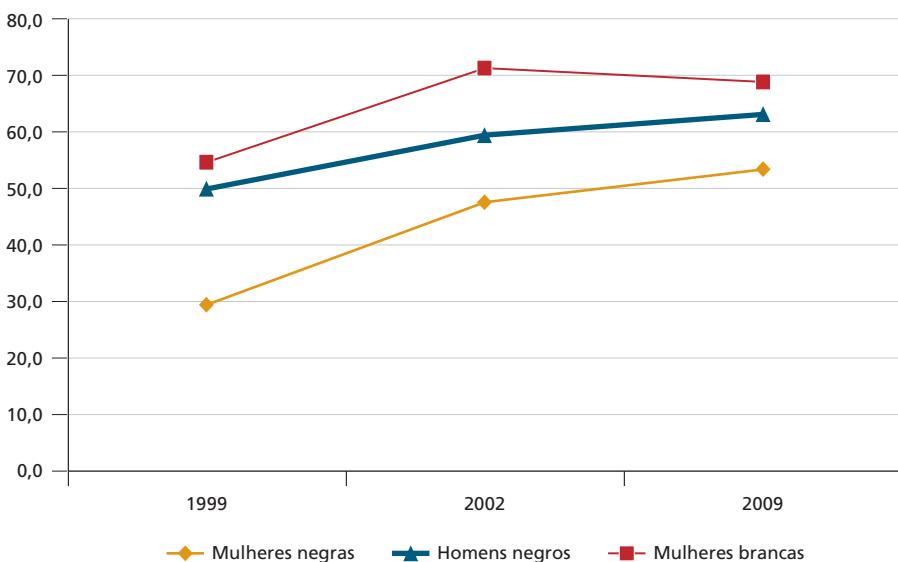
6. A regulamentação e a garantia de direitos das trabalhadoras domésticas foram e ainda são objetos polêmicos na sociedade e política nacionais. Somente no dia 2 de abril de 2013 foi promulgada a Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2013 – conhecida como a PEC das domésticas – que estende os direitos trabalhistas garantidos na CLT às pessoas ocupadas na categoria emprego ou serviço doméstico.

7. Para mais detalhes sobre a persistência das desigualdades de gênero na nova categoria profissional relacionada ao cuidar (ou tomar conta de pessoas), ver Guimarães, Hirata e Sugita (2011).

Uma característica marcante das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho são os diferenciais de rendimento com relação ao homem branco (Soares, 2000). Com efeito, o gráfico 9 e a tabela 3 apresentam a razão, em percentuais, entre as medianas⁸ das rendas das demais categorias e as do homem branco. Ou seja, considerando a mediana da renda do homem branco como 100%, os resultados mostram o quanto a renda de cada categoria restante corresponde, em termos proporcionais à renda de referência, a dos homens brancos. Sendo assim, comparando, por exemplo, um período de menor crescimento econômico (1999-2002) com outro de maior crescimento (2003-2009), notamos que as mulheres negras recebiam, no final da década de 1990, cerca de um terço da renda dos homens brancos e, a partir de 2003, passaram a ganhar pouco mais de 40% da renda da categoria de referência.

GRÁFICO 9

Diferenciais das medianas do rendimento mensal do trabalho principal com relação ao homem branco (população ocupada) – Brasil (1995-2009)
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A categoria de trabalhadores com carteira assinada, assim como a de funcionários públicos, está marcada por maior proteção social e maior qualidade

8. A mediana das rendas é o indicador mais adequado para este caso, pois permite identificar o ponto central de uma dada distribuição de renda. Optou-se pela mediana, em vez da média, uma vez que esta última é muito sensível a valores discrepantes (os *outliers*). Ou seja, valores extremos (rendas muito altas ou muito baixas) têm menor influência sobre a mediana do que sobre a média.

do vínculo empregatício. No entanto, a segurança não encontra correspondente necessário nos rendimentos, o que está diretamente relacionado à diversidade de ocupação, variando das mais prestigiadas até às mais subalternizadas na hierarquia ocupacional. Isto configura tipos diferenciados de inserção, o que pode explicar a forte participação das mulheres negras entre os funcionários públicos, ao mesmo tempo em que se verifica a segunda maior discrepância salarial entre elas e os homens brancos. Para se ter uma ideia, as funcionárias públicas negras em 1999 recebiam cerca de R\$ 624 contra R\$ 1.450 dos homens brancos; dez anos depois, estes valores mudaram para R\$ 830 e R\$ 1.800, respectivamente, mantendo a distância quase inalterada.

TABELA 4
Diferenciais percentuais das medianas do rendimento mensal do trabalho principal com relação aos rendimentos do homem branco – Brasil (1999, 2002 e 2009)
 (Em %)

Posição na ocupação	Sexo / raça	1999	2002	2009
Funcionário público e militar	Mulheres negras	43	45	46
	Mulheres brancas	67	73	67
	Homens negros	67	73	67
Empregado com carteira assinada	Mulheres negras	55	60	65
	Mulheres brancas	75	80	76
	Homens negros	73	76	77
Empregado sem carteira assinada	Mulheres negras	60	69	90
	Mulheres brancas	75	86	97
	Homens negros	68	69	90
Conta própria	Mulheres negras	29	33	38
	Mulheres brancas	57	63	63
	Homens negros	51	55	61
Empregador	Mulheres negras	50	47	56
	Mulheres brancas	83	67	80
	Homens negros	43	53	60
Empregado doméstico	Mulheres negras	65	80	73
	Mulheres brancas	74	80	85
	Homens negros	76	80	85
Total da população ocupada	Mulheres negras	29	48	53
	Mulheres brancas	55	71	69
	Homens negros	50	60	63

Fonte: PNAD/IBGE.
 Elaboração dos autores.

Mesmo no emprego doméstico, em termos de rendimentos, esse descompasso é visível, uma vez que, nesta categoria, as mulheres negras recebem cerca de R\$ 600 contra R\$ 920 dos homens brancos, no ano de 2009. Ou seja, ainda que esta categoria apresente pouca distância entre os grupos, é possível verificar desigualdade, porque as mulheres negras recebem 73% dos rendimentos dos homens brancos, ao passo que homens negros e mulheres brancas empatam com 85%. Neste cenário de baixo *status* e rendimentos, longe de se verificar uma equidade em ocupações negativamente privilegiadas, afirma-se uma desvantagem peculiar às mulheres negras. Talvez aqui se faça cristalizar o amálgama do “lugar da mulher” e “lugar do negro” na cultura e na estratificação social brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procurou-se apontar o cenário das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro, utilizando-se estatísticas descritivas. Considerando a importância da variável educação para a compreensão das desigualdades raciais, o argumento se valeu de um breve cenário educacional, em que se constataram duas mudanças importantes. Em primeiro lugar, há uma melhoria da educação da população como um todo, embora estes avanços sejam tardios para o quadro de desenvolvimento em que se encontra o país. Em segundo lugar, os avanços educacionais da população negra, em especial das mulheres negras, são dignos de nota. Ou seja, observou-se um processo de redução das desigualdades raciais no campo educacional, mas estas ainda são bastante significativas nos níveis mais elevados, principalmente no que diz respeito ao acesso dos homens negros à educação.

Pelo exposto, apesar de sensíveis mudanças em termos de desigualdades educacionais, que redundaram em mudanças no perfil da participação da população economicamente ativa no Brasil, como a redução expressiva do trabalho infantil ou mesmo a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, há que se notar padrões diferenciados de participação considerando atributos adscritos como cor e sexo.

Por exemplo, na categoria de empregadores, nota-se uma segmentação racial inalterada, uma vez que os brancos ainda apresentam maiores proporções neste agrupamento. Não obstante, também é possível observar desigualdades de gênero neste indicador. Por exemplo, as taxas de participação das mulheres brancas não são muito maiores que as dos homens negros.

Num contraste, as categorias de funcionários públicos e de empregados domésticos apresentam maiores proporções de mulheres, com um predomínio das brancas na primeira e das negras nesta última. Cabe realçar que as mulheres negras possuem baixa representação em categorias mais estáveis e de maior *status*.

social, como empregados com carteira e empregadores. Por sua vez, em estratos ocupacionais com baixo prestígio e menor remuneração, elas apresentam maior participação, o que fica nítido no caso dos empregos domésticos.

Por fim, destacam-se os cenários das desigualdades de gênero e raça no que tange aos rendimentos. Neste âmbito, observa-se nitidamente um contraste frente aos dados sobre educação. Mesmo sendo mais escolarizadas que os homens, as mulheres brancas e negras têm salários inferiores aos dos homens de seu grupo de cor. Com isto, conclui-se que houve significativos avanços educacionais para a população negra, mas ainda há fortes desigualdades, em especial para o grupo masculino. Observou-se também que as desigualdades de rendimentos apresentam um forte viés de gênero demonstrando que os avanços educacionais são importantes, mas há fortes segmentações no mercado de trabalho que diminuem significativamente o retorno do investimento em educação para as mulheres, especialmente as negras.

Convém sublinhar, assim, a importância de caracteres adscritos como raça e gênero, tanto para o tipo de inserção no mercado de trabalho como para recompensas na forma de rendimentos. A herança de piores condições socioeconômicas bem como padrões culturais e valorativos que designam determinados papéis aos indivíduos continuam a operar nos processos de estratificação nos quais negros e mulheres são alocados em posições subalternas. Mesmo os avanços educacionais não foram suficientes para eliminar os padrões de desigualdades categoriais que se reproduzem, principalmente no que tange a espaços de poder e posições de alto *status*. O grupo mais desfavorecido nestes processos é o das mulheres negras, as quais, de modo geral, não conseguem reconverter suas aquisições educacionais em melhores rendimentos e posicionamentos no mercado de trabalho, e estão sobrerrepresentadas nas ocupações de menor prestígio.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, K.; TEIXEIRA, M. **O vermelho e o negro:** raça e gênero na universidade brasileira – Uma análise da seletividade das carreiras. Brasília: Ipea, 2004. (Texto para Discussão, n. 1.052).
- BORN, C. Gênero e trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 240-265, 2001.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, p. 67-104, 2000.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 12 anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora USP; Anhembí, 1964. v. 1-2.

FRASER, N. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. **Revista intersecções**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, 2001.

FREITAS, J. **Desigualdades em distâncias**: gênero, classe, humilhação e raça no emprego doméstico. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GRUSKY, D. **Social stratification**: class, race, and gender in sociological perspective. Boulder: Westview Press, 1994.

GUIMARÃES, N. Desafios da equidade: reestruturação de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 237-266, 2002.

GUIMARÃES, N.; HIRATA, H.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras. **Sociologia & antropologia**, v. 1, p. 161-192, 2011.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HASENBALG, C.; SILVA, N. (Orgs.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. (Introdução).

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

KON, A. As trabalhadoras por conta-própria no Brasil: diferenças entre gêneros. **Revista mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 49-66, 2003.

LAVINAS, L. et al. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 12, p. 143-71, 1999.

LIMA, M. **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Novos contornos das desigualdades:** mudanças recentes na relação entre ocupações de nível superior e mercado de trabalho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 28., 2009, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2009.

_____. Desigualdades Raciais e Políticas Públicas. **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p.77- 95, 2010.

LIMA, M.; ABDAL, A. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado de trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, jan./jun. p. 216-238, 2007.

OLIVEIRA, L.; PORCARO, R.; COSTA, T. **O lugar do negro na força de trabalho.** Rio de Janeiro: Secretaria de planejamento da presidência da República; Fundação do IBGE, 1981.

OSÓRIO, R. **A mobilidade social dos negros brasileiros.** Brasília: Ipea, ago. 2004. (Texto para Discussão, n. 1.033).

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasília: Ipea, 2006.

PINTO, L. A. C. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

RIBEIRO, C. A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil.** 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SERNAU, S. The gordian knot of race, class and gender. In: _____. **Worlds apart:** social inequality in the global economy. California: Pine Forge Press, 2000. p. 61-86.

SILVA, N. V. Cor e realização sócio-econômica no Rio de Janeiro. In: URANI, A. (Org.). **Rio 97:** mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, 1997. v. 1, p. 181-192.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – Homens negros, mulheres brancas, mulheres negras.** Brasília: Ipea, 2000. p. 26. (Textos para Discussão, n. 769).

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil.** Brasília: Ipea, 1995. (Texto para Discussão, n. 377).
- CHIES, V. P. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 18 n. 2, maio/ago. 2010.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. **Estrutura social, mobilidade e raça.** São Paulo; Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ, 1988.
- LIMA, M. **Inserção de Graduados no mercado de trabalho por gênero e raça: possibilidades e limites em contexto de mudança.** 2011. Mimeografado.

CAPÍTULO 3

A CONCRETIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES: DISPARIDADES DE RACA E GÊNERO NO ACESSO A BENS E NA EXCLUSÃO DIGITAL

Layla Daniele Pedreira de Carvalho*

A discriminação racial funciona para os brancos como calçados que usam para correr contra negros descalços. Torna a corrida tranquila para os primeiros e extenuante para os últimos. Para que a equalização racial ocorra no Brasil, em um horizonte de tempo aceitável, é preciso, primeiro, tirar os calçados dos brancos. Depois, deixá-los correrem descalços por algum tempo e calçar os negros para que os alcancem (Osório, 2008, p. 91).

1 INTRODUÇÃO

Com base nos conceitos de interseccionalidades e justiça bidimensional, este capítulo discute os dados disponibilizados pelo *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (Ipea et al., 2011) sobre acesso a bens e exclusão digital, com ênfase nos recortes de gênero e raça e nas desigualdades decorrentes. Ressalta-se, ainda, a relação entre sexo, raça e as disparidades regionais e de localização dos domicílios, que tendem a reforçar o processo de exclusão de mulheres e negros.

2 A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A BENS E INCLUSÃO DIGITAL PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE RACA E GÊNERO

As edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) e a quarta edição do *Retrato das desigualdades de gênero e raça*¹ (Ipea et al., 2011) apresentam dados sobre o acesso a bens e exclusão digital. São informações que detalham a estrutura dos domicílios no Brasil e permitem identificar diferenças de renda, facilidades de acesso a determinados bens e serviços, e a relação entre distribuição de renda e capacidade de consumo. O conjunto de bens pesquisados precisaria ser revisto de forma a melhor representar a cesta de consumo das famílias, e poderia incluir bens como, por exemplo, micro-ondas, tablets e smartphones.

* Mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

1. Daqui em diante, *Retrato*.

Em termos de análise de gênero, a posse de bens tem repercuções sobre a evolução da chefia feminina nos domicílios e sobre o uso do tempo das mulheres, ainda principais encarregadas dos trabalhos domésticos e do cuidado com a casa. No que concerne à marginalização vinculada ao gênero, o estudo da evolução do acesso a bens na perspectiva comparada entre mulheres e homens permite localizar o processo de manutenção ou de superação de tendências de hierarquia entre os gêneros, que se revelam também nas dificuldades de acesso a bens pelas populações negras, especialmente pelas mulheres negras.

Na perspectiva racial, as disparidades de acesso a bens e a exclusão digital refletem as desigualdades sociais que dificultam a inserção da população negra e sua participação como cidadã na sociedade brasileira contemporânea.

A análise dos dados do *Retrato* na perspectiva de gênero e de raça coaduna-se com a proposta de Crenshaw (2002) de abordagem das *interseccionalidades* da subordinação das populações marginalizadas e permite o direcionamento de políticas públicas no sentido de *justiça bidimensional* proposta por Fraser (2002).

A noção de *interseccionalidades* remete-se à acumulação, por uma pessoa, de várias marcas de subordinação, a qual leva à deterioração da forma de sua inclusão social. Dessa forma, a inserção social de uma mulher negra perpassa dois conjuntos de condicionantes que subordinam sua posição no espectro social: ser mulher e ser negra. Neste artigo, as *interseccionalidades* serão referências constantes no que diz respeito às questões de raça e de gênero, às disparidades regionais e à relação entre o meio urbano e o meio rural.

Por seu turno, o conceito de *justiça bidimensional* de Fraser (2002) implica a consideração de duas ordens de fatores na formulação de políticas públicas e na composição da agenda política. Os debates contemporâneos sobre a diversidade identitária de grupos levaram à centralidade desta questão para o tratamento dos problemas sociais. Assim, ganha proeminência a luta pela afirmação legítima das várias maneiras de pertencimento em detrimento das questões de distribuição da riqueza. Fraser ressalta que, no entanto, as questões de concentração da renda não foram resolvidas e são ainda elemento estrutural da exclusão social. Para a autora, faz-se mister a adoção de medidas que contemplam tanto a afirmação das identidades de grupo quanto a superação das disparidades materiais que acompanham, historicamente, a subordinação de estratos das sociedades. Trata-se de uma abordagem ampla da exclusão social que discute elementos subjetivos e objetivos do processo de exclusão.

A evolução do acesso a bens é notável ao longo dos últimos anos em todas as camadas da população brasileira. Nos dados disponibilizados pelo *Retrato*, houve melhora significativa em relação a todos os bens pesquisados, tendo aqueles com maior valor agregado – como veículos, motos e computadores – apresentado as

maiores evoluções. Este processo deve-se, em grande parte, à estabilidade econômica. Os efeitos positivos da estabilidade estão relacionados ao relativo enriquecimento da população – com o retorno do poder de compra da moeda e dos salários –, à recuperação do crédito e à ampliação da formalização do mercado de trabalho no Brasil.² Ao mesmo tempo, a abertura da economia brasileira durante a década de 1990 possibilitou o aumento da concorrência em diversos setores do mercado e a disseminação de uma cultura de consumo mais substancial na sociedade brasileira. Esta cultura tem sido incentivada desde a crise financeira de 2008, como forma de minorar os efeitos da redução da demanda externa por produtos nacionais.

Para Soares (2008), existe uma tendência de queda da desigualdade racial nos anos de 1987 a 2007, com aceleração a partir de 2001. A principal base para esta redução foi a diminuição das desigualdades sociais, visto que a base da pirâmide social brasileira é formada, em sua maioria, por pessoas negras. A principal mudança do século XXI é a mobilidade posicional da população negra. Ainda há forte concentração de renda. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), o índice de Gini³ do Brasil entre 2000 e 2010 chegou a 0,55. Soares aponta que a população branca ainda recebe o dobro da renda percebida pela população negra. No entanto, houve melhora não só da renda *per capita* de negros, mas também de sua posição na pirâmide social. Entre 1999 e 2007, “a sobrerepresentação dos negros entre os mais pobres caiu ligeiramente, [e] sua representação entre os mais ricos também aumentou ligeiramente” (Soares, 2008, p. 123). A mobilidade posicional correspondeu à melhoria de 28% das rendas da população negra. As políticas de distribuição de renda, de caráter universal, têm efeito direto sobre a redução das desigualdades raciais e representaram os 72% restantes do ganho de renda da população negra no período.

Os dados do *Retrato*, no entanto, demonstram que as profundas discrepâncias entre homens brancos e mulheres negras subsistem. A persistência das desigualdades reflete o papel subordinado de mulheres negras e brancas e de homens negros na organização da sociedade nacional. No que diz respeito ao acesso a bens e à exclusão digital, é possível afirmar que o peso de raça e de gênero é determinante na evolução da posição ocupada pelos indivíduos. A combinação das subordinações de gênero e de raça leva aos piores resultados possíveis, como é expresso no caso das mulheres negras. No entanto, a presença de um dos

2. Segundo dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período de janeiro de 2003 a outubro de 2011, foram gerados 17.626.016 empregos formais (Brasil, 2011). Segundo dados do IBGE, a taxa de desocupação em dezembro de 2011, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas, foi de 4,7%, a menor taxa desde 2002 (IBGE, 2011).

3. O índice de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 a 1. Os índices mais próximos de 0 indicam menor desigualdade entre os membros de uma população. Zero significa completa igualdade entre as pessoas, a igual divisão da riqueza local. Os índices próximos a 1 indicam elevada desigualdade, sendo 1 o nível de completa desigualdade. Segundo o PNUD, entre 2000 e 2010, a Noruega é o país com o menor nível de desigualdade, apresentando um índice de Gini de 0,258. O Brasil, no mesmo período, apresenta taxa de 0,55. A Namíbia apresentou o mais elevado índice de Gini, 0,743.

elementos de subordinação é suficiente para criar barreiras à igualdade de condições econômicas entre os indivíduos, como é o caso de mulheres brancas e de homens negros. Tais elementos de subordinação, seja a raça, seja o gênero, são materializados no cotidiano das pessoas como limitações a oportunidades de trabalho, à ascensão profissional, à percepção de salários iguais e ao acesso a serviços do Estado – como educação, saúde e justiça – e repercutem permanentemente na forma de inserção social destas cidadãs e cidadãos.

É como se, no caso da epígrafe deste capítulo, a mulher negra estivesse apostando corrida com pessoas brancas calçadas e ela estivesse não só descalça, mas tivesse que usar apenas um dos pés para competir com os demais. A persistência das desigualdades entre os estratos sociais demanda que políticas substanciais de superação da marginalização destas mulheres sejam postas em prática, em favor do princípio republicano da igualdade.

Na próxima seção, passa-se à análise dos dados. As informações sobre fogão e máquina de lavar englobam o período entre 1995 e 2009, e os dados sobre posse de computador e acesso à internet contam com séries entre 2001 e 2009.

3 ACESSO A BENS NA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA DA CHEFIA E LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

As tabelas disponíveis da série estatística da PNAD/IBGE detalham o acesso a sete bens: fogão; geladeira; máquina de lavar; televisão; rádio; telefone fixo e móvel; e veículo ou moto. Nas duas próximas subseções, analisam-se os dados disponíveis sobre dois deles, quais sejam: fogão e máquina de lavar. As razões para este recorte estão vinculadas à importância destes bens na execução das tarefas domésticas e à diferença de valor agregado entre os dois itens, o que implica a universalização do primeiro em contraponto à posse menos disseminada do segundo.

3.1 Fogão

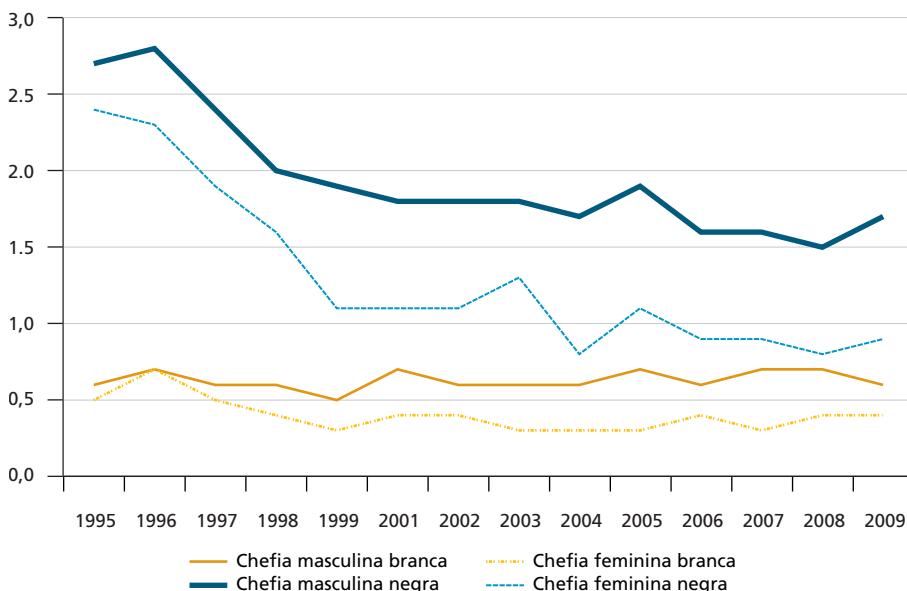
No levantamento dos dados, o fogão considerado pelo IBGE precisa ter uma estrutura mínima constante: “duas ou mais bocas, ainda que construído de alvenaria ou portátil” (IBGE, 2009, p. 21). De acordo com os dados da PNAD, 99% dos lares brasileiros possuem fogão; trata-se, portanto, de um bem de uso universalizado.

Em 1995, entre os domicílios chefiados por homens, 1,5% deles não possuía fogão. Em 2009, este número é de 1,2%, uma evolução pequena, sobretudo em razão da ausência de fogão em famílias chefiadas por homens negros. Em 1995, a proporção de domicílios chefiados por homens negros sem fogão era de 2,7%, enquanto a de homens brancos era de 0,6%. Em 2009, 1,7% dos domicílios chefiados por homens negros não tinha fogão. Para os domicílios chefiados por homens brancos, manteve-se a proporção de 0,6% de domicílios sem fogão.

Entre as mulheres, em 1995, a média nacional de domicílios sem fogão era de 1,3%. Em 2009, o número caiu para 0,6%. O caso dos domicílios chefiados por mulheres negras é bastante significativo: em 1995, 2,4% dos domicílios chefiados por mulheres negras não possuíam fogão. Em 2009, esta proporção é de 0,9%, cifra que está abaixo da média nacional.

Tanto no caso de mulheres quanto no de homens, a evolução substancial no que diz respeito aos domicílios chefiados por pessoas negras remete-se ao maior impacto da redução proporcional entre as populações excluídas, tal como no acesso a políticas públicas. As populações com menor acesso tendem a apresentar maior evolução; no entanto, profundas desigualdades permanecem e esforços qualitativamente diferentes precisam ser feitos em favor de uma evolução no sentido de completa inclusão de brancos e negros, não só no que tange à posse do fogão. Medidas de desoneração dos produtos e a redução das desigualdades de renda criam condições para que seja alcançada menor discrepância entre pessoas de diferentes raças e sexos.

GRÁFICO 1
Domicílios sem fogão, por raça e sexo da chefia (1995-2009)
(Em %)



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça (Ipea et al., 2011).

Elaboração da autora.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que se refere à influência do trabalho das mulheres chefes de domicílio e a posse de fogão, os dados demonstram que a formalização do trabalho doméstico tende a melhorar os dados de acesso a fogão. A carteira assinada permite

o melhor planejamento financeiro, uma vez que implica as garantias e proteções previstas aos trabalhadores e o acesso a crédito, por se tratar de renda comprovada. Os dois elementos tendem a facilitar a aquisição de bens por parte das trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada.

As empregadas domésticas negras com carteira assinada cujo domicílio não tem fogão são apenas 0,2%. A taxa de domicílios sem fogão aumenta para 0,7% entre as empregadas domésticas negras sem carteira assinada. Entre as que trabalham em mais de um domicílio, o número cai para 0,3%. A diferença entre mulheres trabalhadoras domésticas brancas e negras não é relevante.

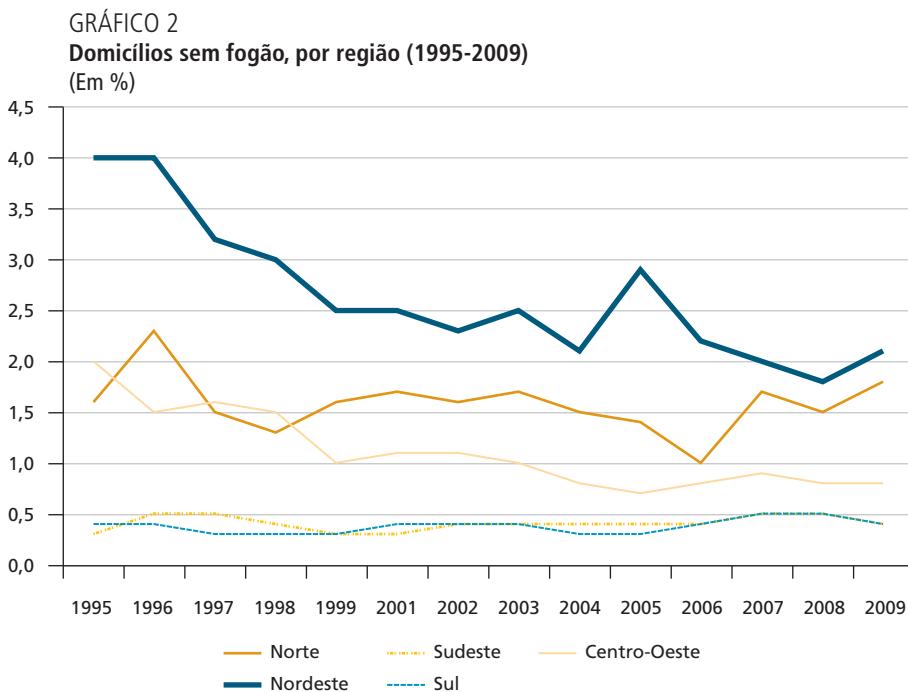
As médias quanto à posse de fogão variam significativamente quanto à localização dos domicílios em regiões urbanas ou rurais. Nessa perspectiva, os domicílios em regiões urbanas tendem a ter médias inferiores às nacionais quanto à inexistência de fogão. Com exceção dos domicílios chefiados por homens, todos os demais recortes em regiões urbanas são inferiores à média nacional, inclusive o de mulheres negras.

Quando a análise recai sobre os domicílios rurais, a tendência geral é que as médias sejam superiores às nacionais. Mesmo os dados das populações brancas, que tendem a ser menores que a média nacional, mostram-se superiores para os habitantes das zonas rurais. Nessa perspectiva, em 1995, 4,3% dos domicílios rurais não possuíam fogão, o que representa quase o triplo da média nacional. Em 2009, este número caiu para 2,6%, mais que o dobro da média nacional, mas significativamente melhor. Estes dados demonstram a concentração de recursos e oportunidades nas zonas urbanas e a incapacidade da sociedade brasileira direcionar investimentos e promover políticas públicas efetivas para as populações no campo. Soma-se à questão da dificuldade de acesso a bens a precariedade da posse da terra e de meios eficazes de financiamento aos pequenos produtores rurais. A melhoria da situação das famílias rurais no Brasil perpassa a questão da reforma agrária e da criação de condições efetivas da participação das pequenas e pequenos produtores rurais no comércio de produtos agrícolas.

Entre a população rural, a população negra tem menor acesso a fogão. Em 1995, os domicílios com chefia negra sem fogão eram 6,6%. Em 2009, o número evoluiu para 3,5%. No que se refere ao gênero dos chefes de família, as famílias rurais chefiadas por mulheres negras partiram de um patamar de 7,6%, em 1995, para chegar a 3,1%, em 2009. Entre os homens negros, o ponto de partida é de 6,4%. Em 2009, eram 3,6% os domicílios sem fogão com chefe homem negro. Mais uma vez, quando partem de situações de profunda desigualdade, as populações negras têm evolução mais substancial, apresentando um ganho significativo do número de domicílios com acesso ao bem.

Quanto à população branca residente em zonas rurais, os domicílios chefiados por homens brancos sem fogão eram 1,7%, em 1995, e 1,4%, em 2009. Para as mulheres brancas, a cifra era de 1,4%, em 1995, e 0,9%, em 2009.

Do ponto de vista regional, o acesso a bens é mais precário nas regiões Nordeste e Norte, nesta ordem. No que diz respeito a domicílios sem fogão, ambas encontram-se acima da média nacional, havendo tendência recente de consolidação da posse deste bem.



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Nordeste é a região que apresenta maior evolução. A média dos domicílios sem fogão caiu de 4%, em 1995, para 2,1%, em 2009. Nesta região, a evolução mais importante foi a redução do número de domicílios chefiados por mulheres negras sem acesso a fogão: de 4,7%, em 1995, para 1,7%, em 2009.

A evolução da posse de fogão na região Centro-Oeste também é relevante. No que se refere à média nacional, o Centro-Oeste evoluiu de uma média superior ao Brasil em 1995 para uma inferior à nacional em 2009, saindo de 2% para 0,8%. Na perspectiva de gênero, a evolução é similar entre os domicílios chefiados por homens e mulheres, sendo a redução dos domicílios sem fogão de 50%. Quando se trata de raça, em razão de iniciar em pior situação, a evolução da situação da população negra é mais significativa. Enquanto nos domicílios de chefia branca houve redução de 0,6% entre 1995 e 2009, este número aumenta para 1,7% para a população negra.

3.2 Máquina de lavar

A máquina de lavar representa um bem cuja posse tem grande impacto no cotidiano dos cuidados com a casa, uma vez que representa a liberação de tempo para outras atividades, que seriam postergadas para a lavagem da roupa.

Para as PNADs e para o *Retrato*, a máquina de lavar considerada é caracterizada como “aparelho que desenvolve, de forma automática, todas as etapas da lavagem de roupa, desde a entrada de água na máquina, passando pelos processos de agitação e enxágue, até o de centrifugação” (IBGE, 2009, p. 22). Por ser um bem mais caro que o fogão, não há universalização de seu uso, uma vez que mais da metade dos domicílios do país não possui este bem.

Assim como outros bens de maior valor agregado, no entanto, houve avanço significativo em relação aos domicílios que passaram a ter máquina de lavar roupa. Em 1995, o número de domicílios sem acesso a máquina de lavar era de 73,5%. Em 2009, este número caiu para 55,8%, havendo um avanço linear no sentido da redução do número de domicílios sem acesso a este bem ao longo da série analisada.

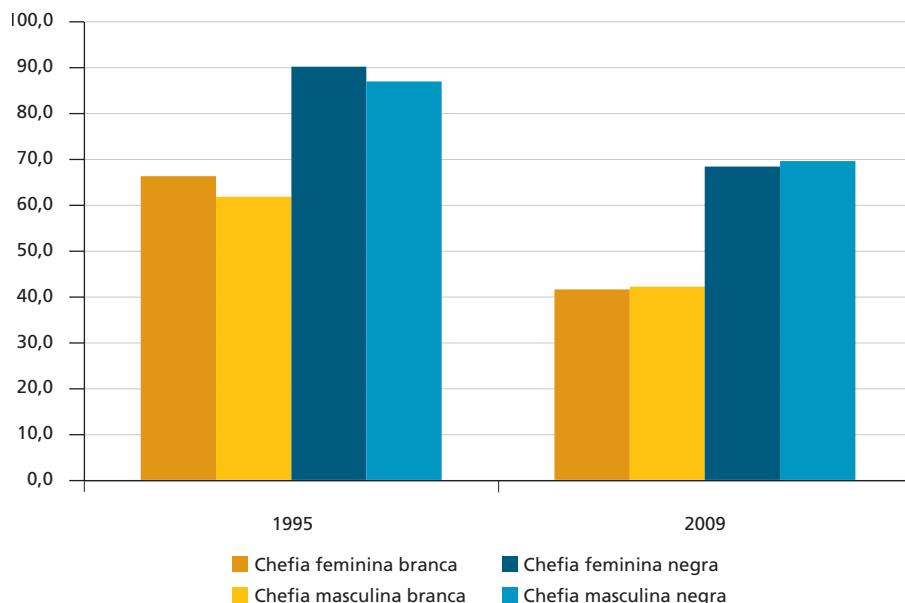
A desagregação para raça demonstra a forte discrepância entre domicílios chefiados por brancos e negros. Mantém-se praticamente inalterada a diferença entre os domicílios chefiados por brancos e negros ao longo da série, por volta de 25 pontos percentuais (p.p.). Em 1995, 87,9% dos domicílios com chefia negra não possuíam máquina. Em 2009, este número caiu para 69,4%. As famílias com chefia branca e sem acesso a máquina de lavar correspondiam a 62,9%, em 1995, e 42,1%, em 2009, valor constantemente abaixo da média nacional. Os domicílios com chefia negra, ao contrário, permanecem ao longo de todo o período acima da média nacional. Esta profunda discrepância racial entre os domicílios para um bem mais caro remete às diferenças de rendimentos percebidos por negros e brancos e reitera a noção de que a desigualdade racial cria efeitos estruturais que tendem a cristalizá-la ao longo do tempo. No caso da ausência de máquina de lavar, pelo menos um membro da família precisará dedicar tempo ao cuidado das roupas, o que implicará menos tempo para outras atividades como educação e formação profissional e, consequentemente, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

A análise da interseccionalidade de gênero e raça aponta que os dados entre domicílios chefiados por pessoas negras tendem a ser similares, havendo uma melhora mais significativa do acesso ao bem nos domicílios chefiados por mulheres negras. Em 1995, 75,8% destes domicílios não possuíam máquina. Em 2009, este número caiu para 68,6%. Em termos absolutos, isto significa que, em 2009, 7,6 milhões de domicílios chefiados por mulheres negras permanecem sem acesso a máquina de lavar, em contraponto a 5,9 milhões de domicílios chefiados por mulheres brancas. No caso dos homens negros, a evolução é similar

à das mulheres negras. Entre os domicílios chefiados por homens negros em 1995, 87,2% não possuíam máquina de lavar. Em 2009, este número é de 69,8%. Em termos absolutos, são 14,2 milhões de domicílios chefiados por homens negros sem acesso a máquina em 2009. Os domicílios sem máquina de lavar chefiados por homens brancos são 8,3 milhões.

Os dados permitem concluir que existe maior dependência no acesso a esse bem específico quando se analisam as variáveis raciais, que tendem a ter maior influência que a questão de gênero. Isto reitera a tese de que as desigualdades de rendimentos entre brancos e negros tendem a dificultar o acesso a bens de mais alto valor agregado. Dessa forma, domicílios chefiados por pessoas negras, independentemente de serem mulheres ou homens, apresentaram piores condições de acesso à máquina de lavar. De maneira geral, não há fortes discrepâncias em relação a gênero dentro da mesma categoria racial. As diferenças surgem mais agudamente na comparação entre raça. Para bens como o fogão e a máquina de lavar, diretamente relacionados às tarefas domésticas, em geral, os domicílios chefiados por mulheres tendem a apresentar números melhores que os chefiados por homens.

GRÁFICO 3
Domicílios sem máquina de lavar, por sexo e raça da chefia (1995 e 2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

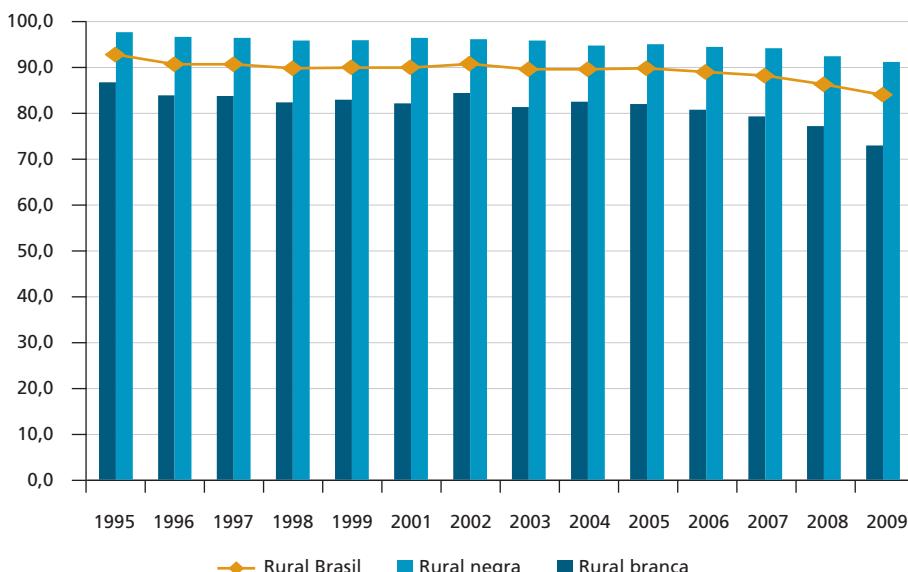
2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na comparação entre o meio rural e o urbano, os domicílios situados em áreas urbanas, tal como na relação com o fogão, possuem melhores condições. Em 1995, 92,8% dos domicílios em áreas rurais não tinham acesso a máquina de lavar. Em 2009, este número caiu para 84%. Para domicílios urbanos, estes números eram de 69% e de 50,8%, respectivamente, para 1995 e 2009.

Mesmo nas áreas rurais, a proporção dos domicílios chefiados por mulheres sem máquina de lavar tende a ser menor que a dos domicílios chefiados por homens. Em 1995, enquanto 95,3% dos domicílios rurais chefiados por mulheres não tinham acesso a máquina, 92,4% dos domicílios rurais chefiados por homens não a tinham. Em 2009, o número de domicílios rurais chefiados por mulheres com acesso a máquina de lavar superou em 0,8% o número de domicílios chefiados por homens. Para os domicílios rurais, mantém-se a mesma lógica na questão racial e de gênero. As discrepâncias mais significativas estão mais relacionadas ao pertencimento a uma ou outra raça que a um ou outro gênero. No campo, além das disparidades de renda entre brancos e negros, há ainda as dificuldades de acesso a crédito das famílias de pequenos produtores rurais e a maior precarização do mercado de trabalho.

GRÁFICO 4

Domicílios rurais sem máquina de lavar, por raça da chefia (1995-2009)
(Em %)



Fonte: Ipea et al. (2011).

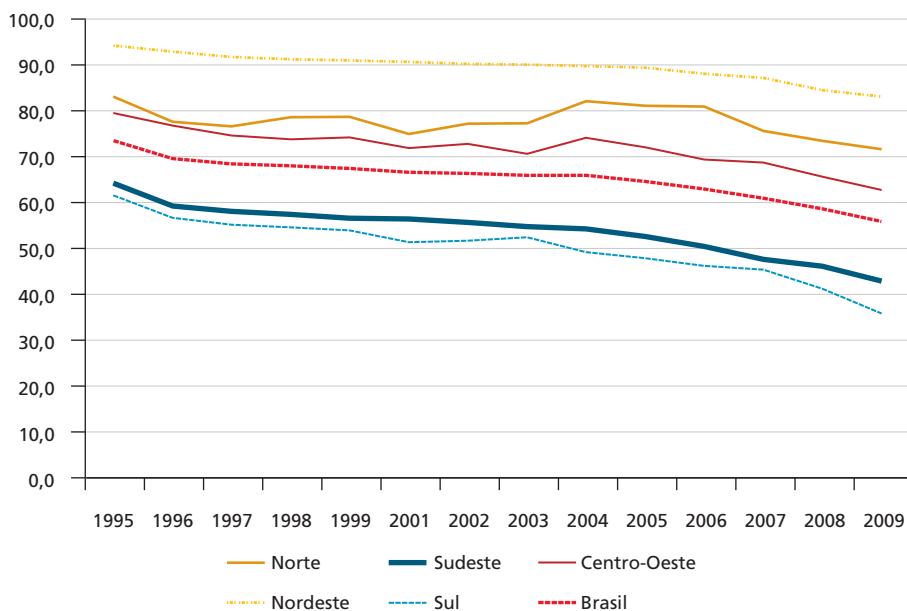
Elaboração da autora.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na perspectiva regional, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam os piores números. Em 1995, enquanto a proporção nacional de domicílios sem acesso era de 73,5%, na região Nordeste era de 94,3%. Em 2009, a média nordestina é de 83,1%. No Norte a evolução foi de 83,1%, em 1995, para 71,6%, em 2009. No Centro-Oeste, a queda foi de 79,5%, em 1995, para 62,7%, em 2009. As regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores números. A proporção de domicílios sem máquina de lavar na região Sul em 1995 era de 61,5%; em 2009, era de 35,7%. No período, a diferença entre as regiões Sul e Nordeste aumentou de 32,8 p.p. para 47,4 p.p.

GRÁFICO 5
Domicílios sem máquina de lavar, por região (1995-2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

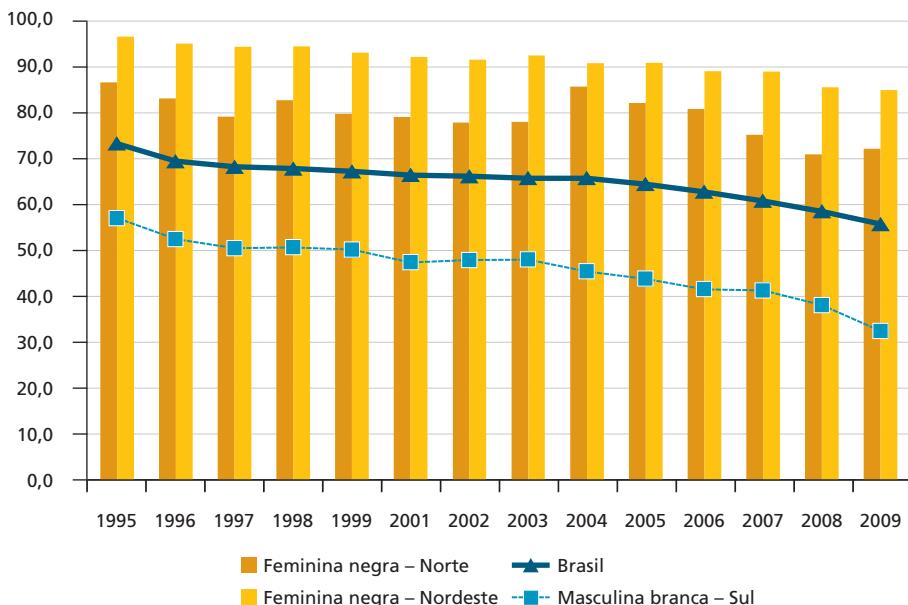
Elaboração da autora.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Ao se cruzar a questão regional com a de gênero e raça, as discrepâncias são notáveis. Enquanto a proporção de domicílios sem máquina de lavar chefiados por homens brancos na região Sul era de 41,2% em 2009, nos domicílios chefiados por mulheres negras na região Nordeste, este número chegou a 85,5%.

GRÁFICO 6
Domicílios sem máquina de lavar, por grupos selecionados de raça e sexo da chefia e região do domicílio (1995 -2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3.3 Exclusão digital

Os dados sobre exclusão digital passaram a ser pesquisados pela PNAD/IBGE a partir de 2001, contemplando a ampliação do uso e a difusão da propriedade das tecnologias de informação na sociedade brasileira. Neste quesito, em uma perspectiva material, analisa-se a posse de computador e o acesso à internet. Um dado interessante a ser analisado no futuro é a proporção de domicílios com acesso à internet por banda larga e por conexão discada, o acesso à internet por meio de celulares e o tempo de acesso.

Castells (1999) aponta que, nos últimos 25 anos do século XX, a *economia informacional, global e em rede* se estabeleceu, como uma nova quebra de paradigma das sociedades capitalistas. Nesta economia, a capacidade dos indivíduos e das empresas de interagir com pontos distantes e produzir conteúdo informacional é a principal forma de gerar valor. O impacto do valor da informação ultrapassa a questão econômica e afeta diretamente as identidades culturais e a forma de

inserção social. O efeito da importância da comunicação em rede e do uso dos computadores e da internet é a necessidade de promover a inclusão digital das populações, uma vez que o acesso a informações e a produção de conteúdo digital por parte dos indivíduos estão diretamente relacionados às oportunidades de inserção social mais ampla. As oportunidades de trabalho e formação educacional e profissional estão vinculadas ao acesso a computadores e ao uso da internet. Para Freire (2006), há de se combinar a educação formal com o uso das mídias digitais, de forma a possibilitar que haja constante troca de papéis entre consumidores e produtores de informação e um processo substantivo de inclusão digital. A rápida evolução desta forma de economia demanda a necessidade de acelerados mecanismos para superar a exclusão digital, que se expressa pelas dificuldades de acesso ao computador e à internet; pelo analfabetismo digital, que em geral se combina com a limitação do universo cultural das pessoas; e pela cristalização do *status* de consumidor ou produtor de conteúdo digital. No caso da população negra, a exclusão digital reforça e perpetua as desigualdades enfrentadas e torna ainda mais difícil o acesso à educação de qualidade, a um emprego formal e às diversas formas de sociabilidade disponibilizadas pela internet.

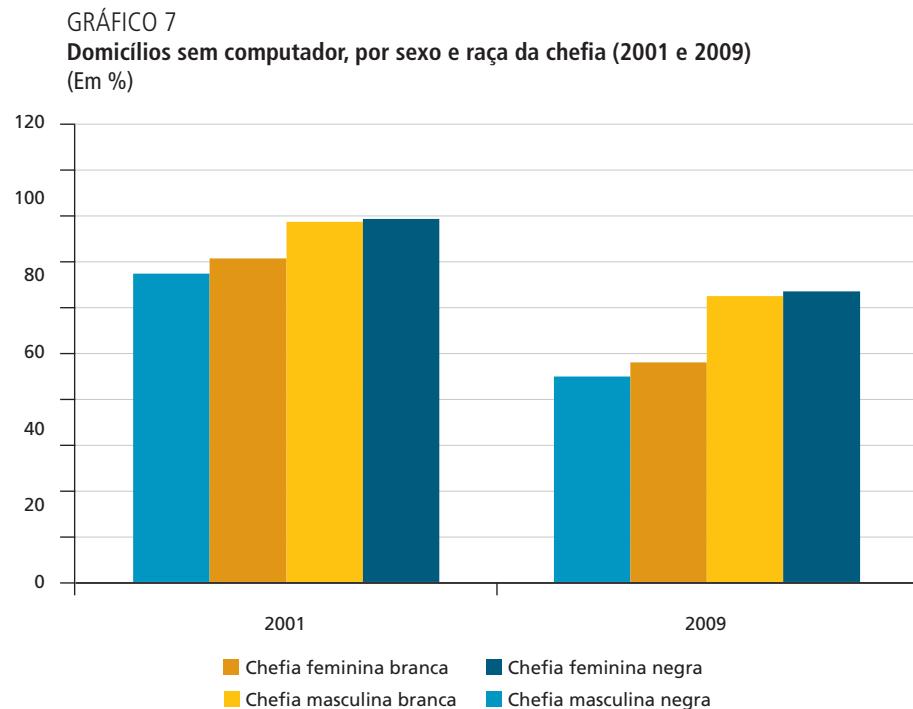
No Brasil, o uso de computador e internet ainda é restrito. Na proporção da população total brasileira, entre 2001 e 2009, há um decréscimo linear do número de domicílios sem computador. Em 2001, 87,6% dos domicílios no Brasil não possuíam computador. Em 2009, este número era de 65,4%.

Na perspectiva de gênero, os dados de domicílios sem acesso a computador apresentam a mesma tendência dos demais bens. O número de domicílios sem computador chefiados por mulheres é superior ao de domicílios chefiados por homens dentro da mesma raça. Em 2001, os domicílios sem computador chefiados por mulheres correspondiam a 89,5%, contra 87% dos chefiados por homens.

Os domicílios sem computador chefiados por homens brancos eram 81% em 2001. No mesmo ano, os domicílios sem computador chefiados por homens negros eram 94,6%. Em 2009, os números evoluíram para 54% e 75,1%, para chefias masculinas brancas e negras, respectivamente.

Entre os domicílios sem computador chefiados por mulheres, em 2001, 85% dos domicílios chefiados por mulheres brancas não tinham computador. No mesmo ano, 95,3% dos lares chefiados por mulheres negras não tinham acesso a este bem. Em 2009, a evolução da posse do bem para os lares com chefes brancas foi de 27,3 p.p., o que implica 57,7% de casas sem computador. Para mulheres negras, a queda foi de 19 p.p. em relação a 2001, implicando um número de 76,3% de domicílios sem computador. Nos domicílios chefiados por mulheres negras, há não só uma maior dificuldade de acesso ao computador, mas também uma tendência mais lenta de mudança da situação da posse do bem.

Na comparação entre os dados de homens e mulheres, os dados dos domicílios chefiados por mulheres brancas são piores que os de domicílios chefiados por homens brancos. No entanto, o número é melhor quando se comparam os dados dos domicílios chefiados por mulheres brancas com os chefiados por mulheres e homens negros. No que se refere à exclusão digital, o peso das desigualdades baseadas na raça tem maior impacto sobre o acesso. Portanto, mais uma vez, o acúmulo das desigualdades de etnia e gênero torna ainda mais precário o acesso a estes bens, remetendo ao conceito de interseccionalidade das subordinações, de Crenshaw (2002).



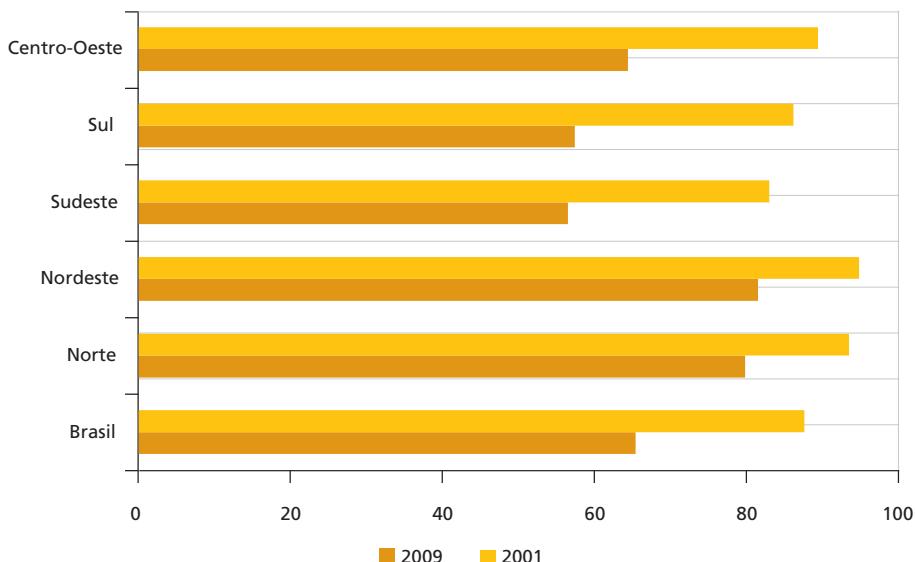
Fonte: Ipea *et al.* (2011).
 Elaboração da autora.

Do ponto de vista regional, assim como nos dados de acesso a bens, o Nordeste é a região de maior exclusão digital. Em 2001, 94,8% dos domicílios nordestinos não tinham computador. Em 2009, esta cifra caiu para 81,55%, ainda o maior índice entre as regiões. Como contraste, a região que apresenta maior acesso a computadores é o Sudeste, na qual 83% dos domicílios não tinham computador em 2001, número que caiu para 56,5% em 2008.

Ao se combinarem os dados de região com os dados de raça, mantém-se a mesma lógica de acesso que prevalece na média nacional. No Nordeste, os domicílios chefiados por pessoas brancas sem computador era de 90,2% em 2001. No mesmo período, no Sudeste, para o mesmo estrato populacional, a cifra era de 78,1%. Em 2009, no Nordeste, o número caiu para 73,7% e, no Sudeste, para 49,5%.

Com relação à população negra, fica evidente o impacto racial sobre a posse de computador. Em 2001, 94,8% dos domicílios chefiados por pessoas negras não tinham computadores. As cifras regionais para domicílios sem computador com chefia negra eram superiores a 90% em 2001. No Nordeste, 96,8% dos domicílios chefiados por negros não tinham computador. No Sudeste, 92,5% dos domicílios não tinham acesso a este bem. Em 2009, no Brasil, 75,5% dos domicílios chefiados por negros não tinham computador. No Nordeste, 84,5% dos domicílios chefiados por pessoas negras permaneceram sem computador; no Sudeste, 66,2%.

GRÁFICO 8
Domicílios sem computador, por região (2001 e 2009)
(Em%)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Continuando-se a comparação, tendo como base a perspectiva regional, as mulheres negras nordestinas chefes de família são as que apresentam os menores índices de posse de microcomputador em 2009.

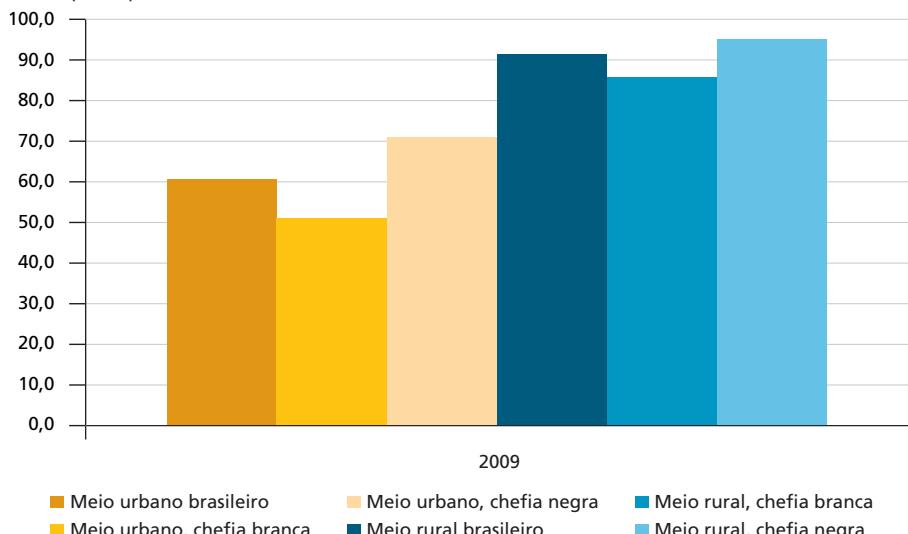
Na perspectiva combinada de gênero, raça e região, os homens brancos chefes de domicílio na região Sudeste são os que apresentam os melhores números. Os domicílios sem computador chefiados por este grupo saem de 76,9% em 2001 – uma diferença de quase 11 p.p. em relação à média nacional naquele ano e inferior à média nacional de 2006 – para 47,5% em 2009 – inferior à média nacional em 17,9 pp. Ou seja, a rapidez de melhoria das condições dos domicílios com chefia masculina branca, localizados no Sudeste, é superior à da média nacional.

Para as mulheres brancas da região Sudeste, os números são similares aos dos homens brancos, sendo o índice de domicílios sem acesso a computador um pouco superior – cerca de 6 p.p. – no caso da chefia feminina: 81,6%, em 2001, e 53,4%, em 2009. As mulheres negras do Sudeste apresentam a maior evolução em termos de acesso a computador. Em 2001, 93,7% dos domicílios chefiados por elas não tinham computador. Em 2009, o número caiu para 68,9%, o menor em relação a todas as regiões. A maior dinamicidade do mercado de trabalho da região, em razão de sua importância na produção de valor para a economia brasileira, combinada com um momento de crescimento da economia e ampliação do número de empregos formais, além da consolidação dos programas de assistência social das três esferas de governo, são as razões materiais para o aumento do número de domicílios com computador. A percepção da importância deste bem como mediador da inserção dos membros da família, em especial dos filhos, na economia da era informacional é a razão subjetiva para a aquisição de computadores nos domicílios chefiados por mulheres negras.

No que diz respeito às áreas rural e urbana, a evolução da posse de computador foi mais acelerada em regiões urbanas que nas rurais. Em 2001, no Brasil, enquanto 85,6% dos domicílios urbanos não tinham computador, em 98,8% dos domicílios rurais faltava este bem. Em 2009, após decréscimo constante, o número de domicílios urbanos sem computador caiu para 60,8%. Nas regiões rurais, a queda foi para 91,8%.

GRÁFICO 9

Domicílios sem computador, por raça da chefia e localização do domicílio (2009)
(Em %)



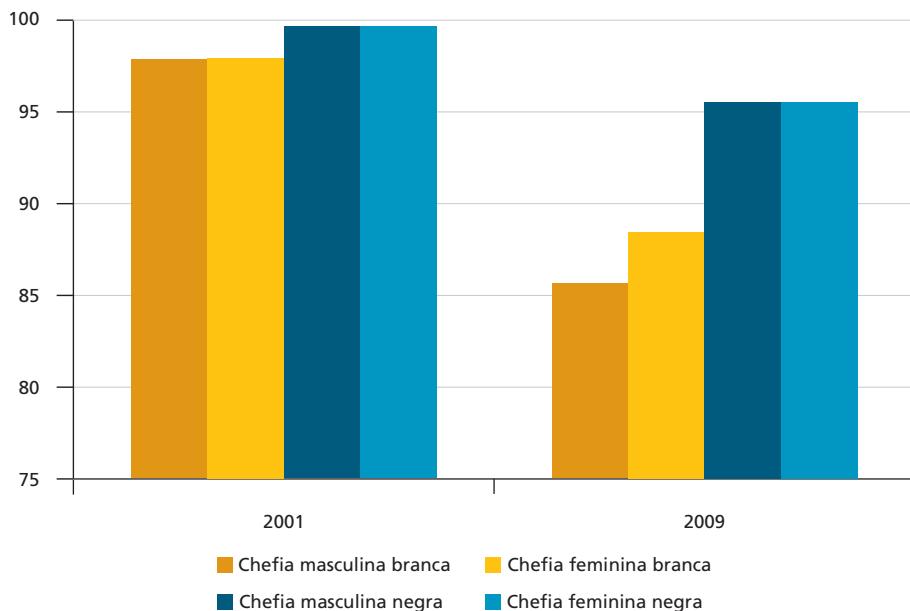
Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autora.

A intersecção entre ruralidade e raça traz à tona agravantes dados de exclusão da população negra no campo. Em 2001, enquanto 97,9% dos domicílios com chefia branca não tinham acesso a computador, 99,6% dos domicílios com chefia negra tampouco o tinham. Em 2009, o número entre domicílios com chefia branca caiu para 86%, enquanto, para domicílios com chefia negra, caiu para 95,5%. Percebe-se que mesmo o nível do ritmo de diminuição é diferente, sendo mais rápido e favorecendo os domicílios com chefia branca, tal qual o extenuante exercício de corrida proposto no início do capítulo para os domicílios chefiados por negros. Faz-se necessária a adoção de políticas voltadas à inclusão digital das populações rurais, principalmente das populações rurais negras, de forma a evitar que as atuais disparidades baseadas na raça, produzidas por anos de não atenção à questão racial no campo, tornem-se perenes nas novas tecnologias da era da informação.

Cruzando-se ruralidade, raça e gênero, a tendência é que a proporção de domicílios sem computador com homens e mulheres brancos como chefes seja similar ou inferior à de mulheres e homens negros. Entre homens e mulheres negros no campo, a proporção de domicílios sem computador é igual para 2009.

GRÁFICO 10

Domicílios rurais sem acesso a microcomputador, por sexo e raça da chefia (2001 e 2009)
(Em %)



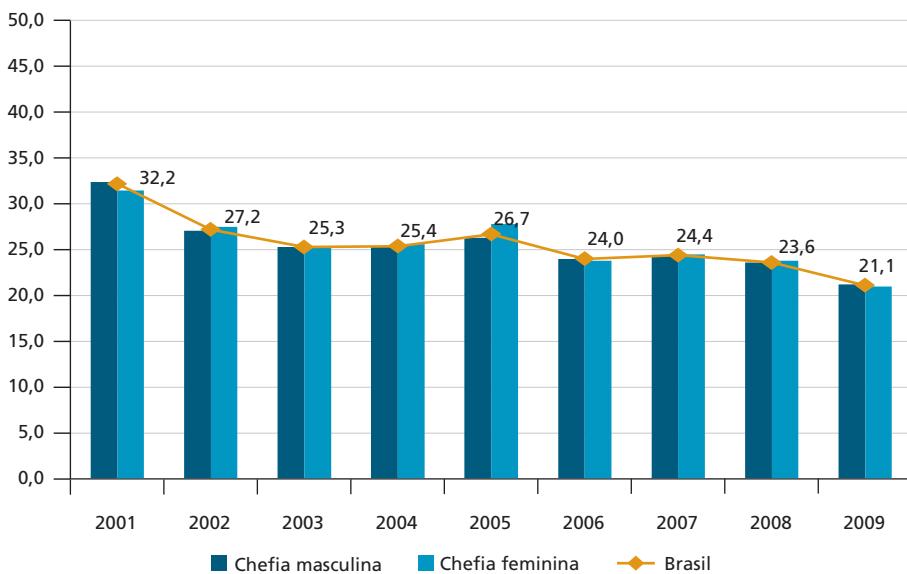
Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autora.

3.4 Acesso à internet

Dentro da proporção dos domicílios que possuem computador, a maior parte possui acesso à internet. Para o total da população brasileira, em 2001, 32,2% dos domicílios com computador não tinham acesso à internet. Em 2009, houve uma melhora, chegando este número a 21,1%.

Assim como o acesso ao computador, a desigualdade de gênero não se mostra relevante para as desigualdades de acesso à internet. Em 2001, 32,4% dos domicílios com computador chefiados por homens não tinham acesso à internet. No mesmo ano, quando considerada a chefia feminina, este número é de 31,5%, número inferior à média nacional. Em 2009, o número dos domicílios chefiados por homens com computador e sem internet evoluiu para 21,2%, e a porcentagem de domicílios nesta situação chefiados por mulheres era de 21%.

GRÁFICO 11
Domicílios com computador sem acesso à internet, por sexo da chefia (2001-2009)
(Em %)

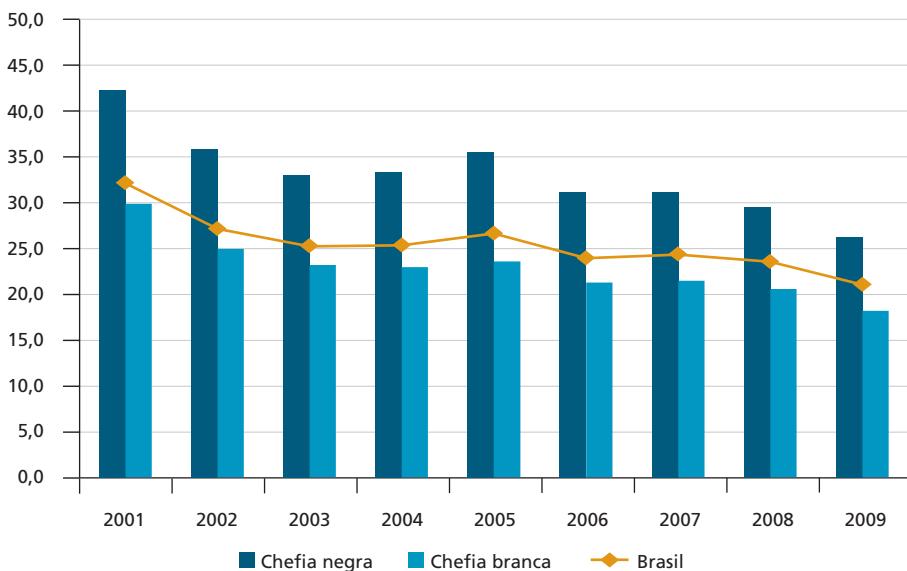


Fonte: Ipea et al. (2011).
Elaboração da autora.

No entanto, a desigualdade racial é marcante nos dados de acesso à internet. Em 2001, 29,9% dos domicílios chefiados por brancos não possuíam acesso à internet, número melhor que o nacional. Nos domicílios com chefia negra este número subia para 42,4%, 10% acima da média nacional. Em 2009, estas cifras foram de 18,2% e 26,3% para domicílios chefiados por brancos e negros,

respectivamente. Apesar de a média dos domicílios com chefia negra persistir acima da média nacional, entre 2001 e 2009, houve redução da desigualdade de acesso entre brancos e negros. Em 2001, a diferença entre o acesso à internet nos domicílios chefiados por brancos e negros era de 12,5 pp. Em 2009, esta diferença diminuiu para 8,1 p.p. Há duas explicações para esta redução: por um lado, é importante lembrar da tendência de que categorias que partem de situação inicial mais precária, quando há inclusão, tendem a evoluir de forma mais rápida que as que estão em melhores condições; por outro lado, pode-se remeter à percepção da vinculação entre a superação das desigualdades e a inclusão digital, influenciando a evolução mais rápida da busca por acesso a este serviço.

GRÁFICO 12
Domicílios com computador, sem acesso à internet, por raça da chefia (2001-2009)
(Em %)

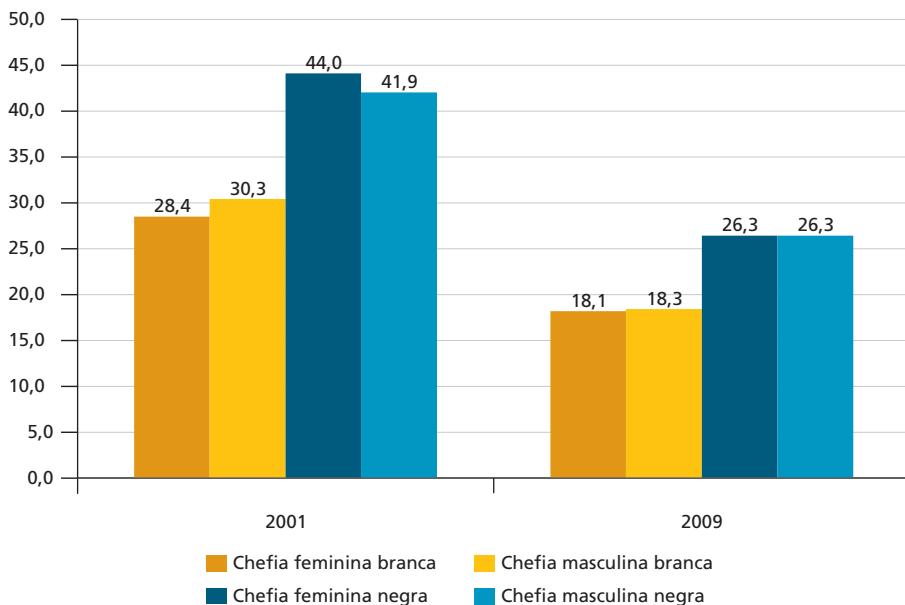


Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autora.

Na perspectiva de raça e gênero, existe uma trajetória similar entre os domicílios chefiados por pessoas negras. Enquanto 30,3% dos domicílios com chefia masculina branca não tinham acesso à internet em 2001, este número é de 28,4% para os domicílios de chefia feminina branca. Para os domicílios chefiados por homens negros, em 2001, 41,9% dos domicílios não tinham acesso à internet. Para as mulheres negras, este número era de 44%. Em 2009, o número de domicílios com chefia negra é coincidente para homens e mulheres: são 26,3% dos domicílios sem acesso à internet.

GRÁFICO 13

Domicílios com computador, sem acesso à internet, por raça e sexo da chefia (2001 e 2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autora.

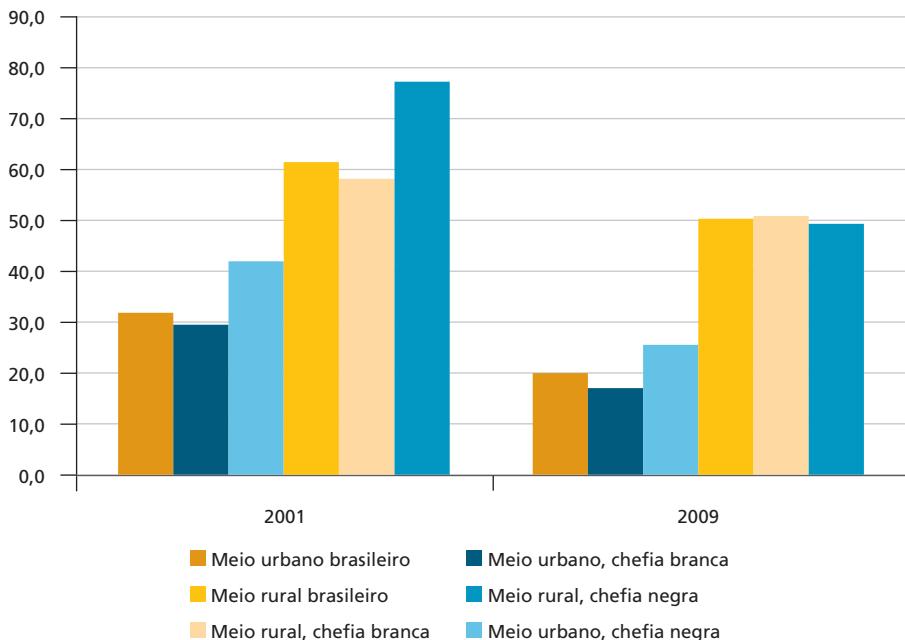
Do ponto de vista regional, com exceção da região Norte, há homogeneidade do acesso à internet. A região Sul, em 2001, mostrava-se discrepante do conjunto dos dados nacionais. Em 2009, a evolução significativa da região aproximou-a das demais. A média nacional de computadores sem acesso à internet, em 2001, era de 32,2%. Este número era de 39% na região Norte, 32% na região Nordeste, 30,6% na região Sudeste, 37,2% na região Sul e 31,1% na região Centro-Oeste. No entanto, é importante ressaltar que, em termos de posse de microcomputador, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam médias inferiores às de Sul e Sudeste, o que leva a uma desigualdade relevante em termos de acesso à internet.

Repetem-se as desigualdades em relação a acesso à internet de populações urbanas e rurais. Em 2001, 61,4% dos domicílios situados em meio rural não tinham acesso à internet. Em 2009, 50,3% não tinham. Em 2001, 31,8% dos domicílios urbanos não tinham acesso à internet. Em 2009, este número caiu para 20%. O elemento racial tem impacto mais relevante nas áreas urbanas, em que a média dos domicílios com chefia negra é sempre pior que a média nacional. Nas áreas rurais, há uma tendência mais homogênea em termos raciais. Pode-se atribuir este fenômeno ao avanço mais rápido do acesso à internet entre os

domicílios chefiados por pessoas negras que entre as famílias chefiadas por pessoas brancas no período 2001-2009, como é possível perceber pelo gráfico 14.

GRÁFICO 14

Domicílios com computador sem acesso à internet, por raça da chefia e localização do domicílio (2001 e 2009)



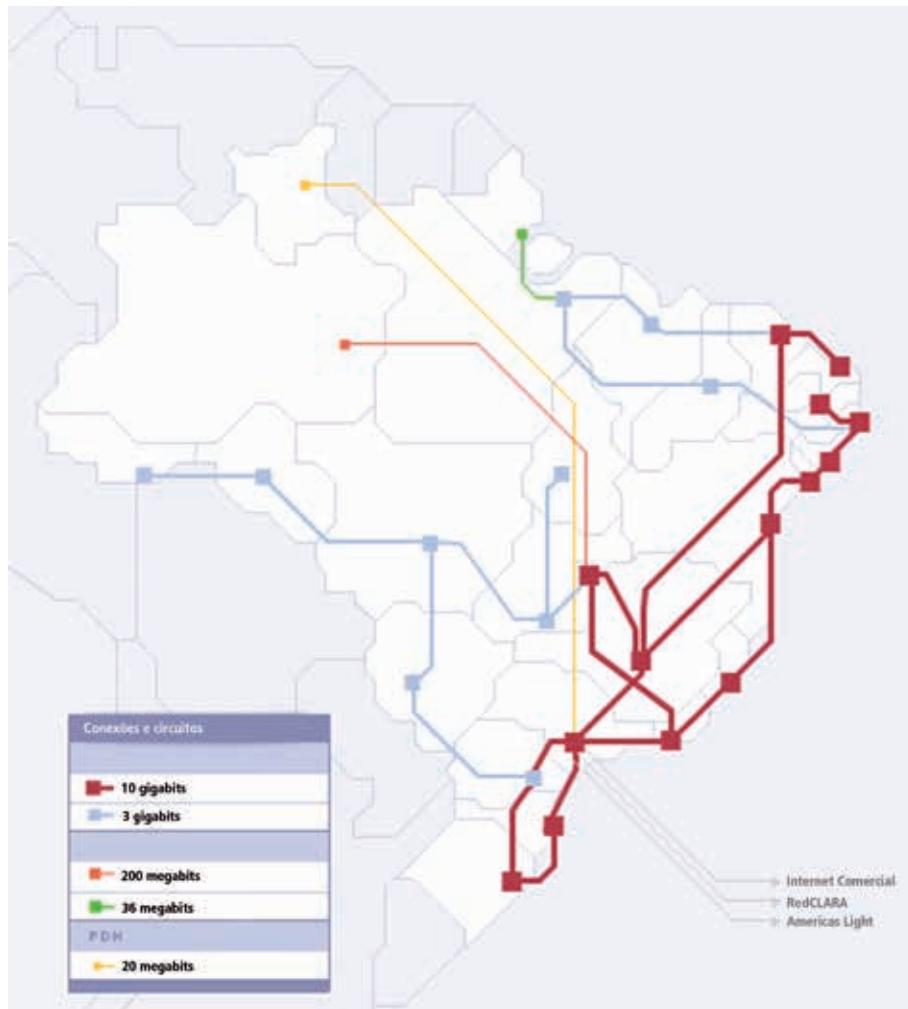
Fonte: Ipea *et al.* (2011).
Elaboração da autora.

Do ponto de vista de gênero, os domicílios rurais chefiados por mulheres tendem a ter números melhores que os domicílios chefiados por homens. Em 2001, 46,4% dos domicílios rurais chefiados por mulheres não tinham acesso à internet. Este número era de 63,6% para os domicílios chefiados por homens. Em 2009, houve queda para 44,7% e 51,4%, respectivamente. Do ponto de vista de raça e de gênero, as mulheres negras saem de um patamar de 84,9% dos domicílios rurais com computador sem acesso à internet, em 2001, para 47,7%, em 2009. É entre os domicílios chefiados por mulheres negras nas áreas rurais que há, entre 2001 e 2009, o avanço mais significativo.

Com relação ao acesso à internet, a partir de 2005 a PNAD passou também a pesquisar o acesso à internet não vinculado ao domicílio. Para esta medida, consideram-se as pessoas acima de 10 anos que tenham acessado a internet de algum local. Esta medida indica a importância que o meio digital tem na vida cotidiana, bem como a relevância da formação de locais públicos de acesso à

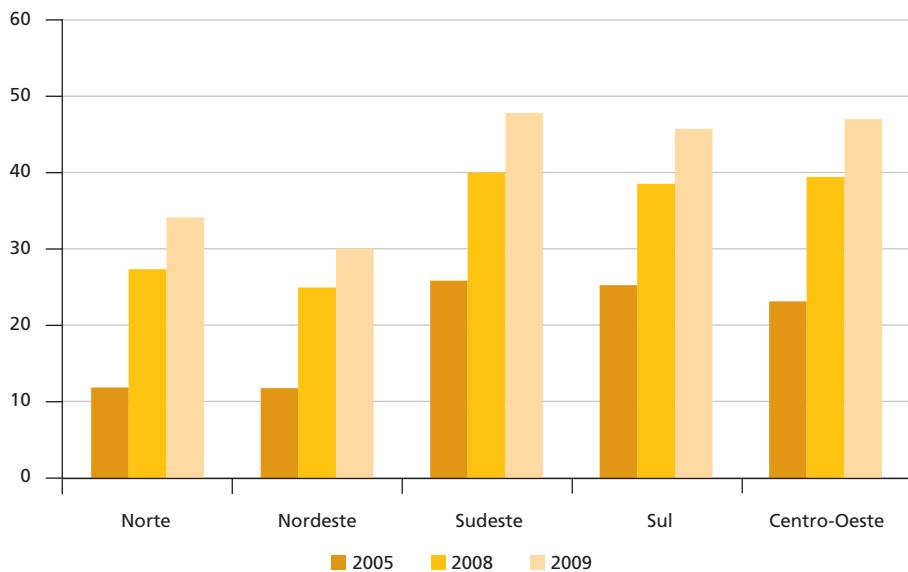
internet, seja por meio de iniciativas privadas – com as *lan houses* –, seja por meio de pontos públicos de acesso à internet. Em 2005, 20,8% da população brasileira acima de 10 anos tinha acessado a internet. Em 2009, o número aumentou para 41,6%, o que deve ser considerado insatisfatório para um país que figura como a sexta maior economia no mundo. Aproximadamente 60% da população acima de 10 anos, considerada como parte da população economicamente ativa do país, não tiveram meios de participar das trocas de informação e da geração de conteúdo possibilitadas pela internet. Estes 60% da população podem ter suas chances de inserção mais igualitária na economia prejudicadas por sua exclusão dos meios digitais de comunicação.

MAPA 1



Fonte: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Disponível em: <<http://www.rnp.br/backbone/>>.

GRÁFICO 15
Evolução do acesso à internet, por região (2005, 2008 e 2009)
 (Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).
 Elaboração da autora.

Do ponto de vista regional, as regiões Norte e Nordeste possuem os piores índices de acesso. No período analisado, houve uma ampliação da distância entre os números destas duas regiões em relação às demais, o que denota o recrudescimento das desigualdades regionais neste indicador. Nesse sentido, a inexistência ou a precariedade de infraestrutura para a conexão à internet torna-se fator decisivo, sobretudo em relação à região Norte, que não apresenta opções mesmo a altos custos devido à falta de *backbones* que sirvam à região e permitam a capilaridade mínima da rede de computadores, como é possível identificar no mapa 1. Além da falta de infraestrutura de redes de internet, há de se destacarem as deficiências em elementos básicos para o uso de computadores e para a conexão à rede mundial de computadores: a incipiente rede de distribuição de energia elétrica e sua instabilidade; e a falta de redes telefônicas. No entanto, é imprescindível que se estabeleça não apenas a infraestrutura física para a cobertura de áreas não atendidas por empresas de telecomunicação, mas também regras que evitem que as escolhas para a oferta de serviços de internet sejam feitas em razão dos custos que a distância entre os municípios possam agregar ou da perspectiva de pequenos ganhos. É papel do Estado brasileiro e dos órgãos reguladores evitar a exclusão geográfica do acesso à internet.

No que se refere a gênero e raça, existem diferenças também no acesso à internet. A tendência da população negra é manter-se em níveis inferiores

à média nacional, enquanto a população branca mantém-se em níveis superiores, no que diz respeito ao acesso à internet. Também neste indicador, a disparidade de gênero fica subsumida quando comparada às desigualdades raciais, mas a população masculina apresenta números melhores que a feminina em ambas as raças.

TABELA 1

População de 10 anos de idade ou mais que acessou a internet de algum local,**por sexo e raça (2005 e 2009)**

(Em %)

	Masculina		Feminina	
	2005	2009	2005	2009
Branca	29,9	50,3	26,7	48,0
Negra	13,7	35,0	12,8	33,9

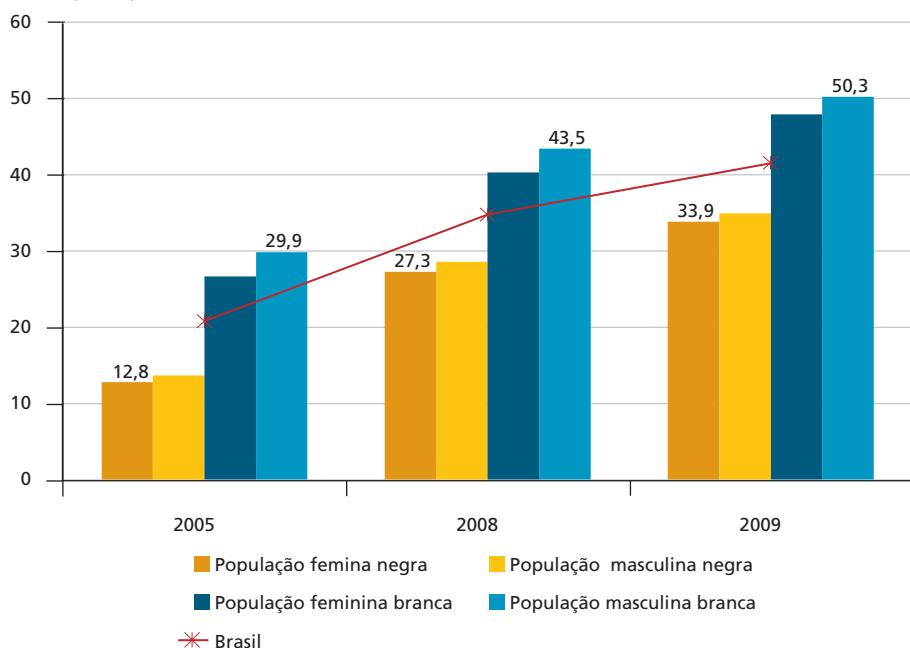
Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

GRÁFICO 16

População de 10 anos de idade ou mais que acessou a internet de algum local, por sexo e raça (2005, 2008 e 2009)

(Em %)

Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

4 CONCLUSÃO

A análise dos dados de acesso a bens e exclusão digital permite perceber alguns dos efeitos materiais do processo de subordinação das populações femininas, negras, rurais e nordestinas. Estes quatro elementos de subordinação impactam negativamente a inclusão social e o empoderamento de grande número de brasileiras e brasileiros, tornando suas condições de acesso a bens extremamente precárias em comparação ao resto da população.

As medidas para superar a situação de profunda desigualdade que separa homens de mulheres, negros de brancos, moradores de cidades e de zonas rurais, e domicílios espalhados pelas diversas regiões do país envolvem a continuidade das iniciativas em curso de melhor redistribuição da renda e de afirmação e fortalecimento de identidades das minorias políticas. Além disso, novas medidas para a superação do sexism e do racismo institucional são prementes para que se torne possível a superação das disparidades que afetam a estrutura da sociedade brasileira e a torna extremamente seletiva na sua distribuição de oportunidades e riqueza.

Em razão da importância que a inclusão digital tem na economia contemporânea, é necessário que medidas de inclusão das populações negras, femininas e rurais sejam tomadas com celeridade, para evitar que uma nova forma de exclusão se estabeleça sobre estes grupos e invabilize a superação de sua fragilidade social histórica.

Retomando-se a imagem delineada na epígrafe do capítulo, a avaliação sobre a concentração de elementos de exclusão social dá subsídios para que se instalem “lojas de calçados” em mais lugares, de forma a permitir que novas consumidoras e consumidores tenham acesso a elas. A simples presença física das lojas, no entanto, não é suficiente para que a situação desigual da corrida seja corrigida. O acesso à loja precisa vir acompanhado de condições materiais para a aquisição de sapatos de boa qualidade, que permitam aos pés machucados correr, e de medidas que permitam anular a vantagem dos corredores à frente, uma vez que ela foi conseguida na situação de desigualdade. Requer-se devolver às mulheres negras a capacidade de correr com as duas pernas e a liberdade de trilhar caminhos menos duros e excludentes.

Os avanços recentes nas condições de acesso a bens não podem obscurecer a situação de privação que prevalece para a maioria da população. É necessário não somente manter as melhorias, mas desenvolver mecanismos para reduzir substancialmente a distância entre os estratos da população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Nível de Emprego Formal Celetista – CAGED – Comportamento do Emprego no mês de outubro de 2011 (apresentação). Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3374524E0133B29F3C5C7FB2/CAGED%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Outubro_2011.pdf>.
- CASTELLS, M. Prólogo: a rede e o ser. In: _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 1999. p. 39-66.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de estudos feministas**, ano 10, 1. sem. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>.
- FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 63, p. 7-20, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>>.
- FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Notas Técnicas). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/sintese_notas_tecnicas.pdf>.
- _____. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME)**. Dez. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201112tmcomentarios.pdf>.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPPIR, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf>.
- OSÓRIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>.
- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de desenvolvimento humano 2010**: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Nova Iorque: PNUD, 2010. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/chapters/pt/>>.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil:** evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 807).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população:** um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtml>.

_____. **Pesquisa mensal de comércio.** Nov. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/pmc_201111comentarios.pdf>.

JACCOUD, L. B. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>.

THEODORO, M. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: _____. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>.

CAPÍTULO 4

MULHERES NEGRAS, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

Tatiana Dias Silva*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, na última década, tem testemunhado tanto a redução da pobreza como a diminuição das assimetrias na distribuição da renda. No entanto, em que pese os avanços – mais consistentes e sustentáveis nesse período –, é inquestionável a imensa desigualdade vivenciada no país, que tem no racismo e no sexism alguns de seus elementos estruturantes.

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, consequentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

A distribuição de recursos na sociedade é profundamente marcada pela condição de raça e gênero dos indivíduos. O debate tradicional sobre as desigualdades de gênero não raro obscurecia a heterogeneidade dos grupos de mulheres, dando centralidade às questões enfrentadas pelas mulheres das classes dominantes. O reconhecimento da diversidade das experiências, especialmente a partir da introdução da variável étnica e racial, permitiu aproximações para incorporar, à perspectiva feminista, a complexidade da realidade das mulheres, dos papéis que assumem e das expectativas a elas direcionadas.

Kimberlé Crenshaw (2002) alerta para o risco de ignorar a variável racial, ao introduzir o debate em torno da superinclusão e subinclusão da perspectiva de gênero. No primeiro caso, a perspectiva de gênero é totalitária e não permite identificar outras dimensões da discriminação. No segundo, os problemas vivenciados por mulheres de um determinado grupo racial não são considerados, tanto porque não são identificados como problemas das mulheres, ao não serem compartilhados com mulheres do grupo dominante, como também não são percebidos como relevantes para seu grupo racial, por não serem compartilhados pelos homens daquela população.

* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Se para as mulheres brancas das classes médias, um ponto importante para autonomia é sua inserção no trabalho remunerado, demandando políticas de ativação; para as mulheres negras das classes mais pobres, a participação no mundo do trabalho é, em geral, precoce, precarizada e as inscreve, de partida, em patamares desvantajosos. As demandas são, por conseguinte, diferenciadas.

O reconhecimento dessa invisibilidade, bem como o questionamento e embate promovido pelo feminismo negro, permitiu perseguir uma visão mais plural do debate de gênero e das perspectivas de subordinação a que estavam submetidas mulheres negras. Neste contexto, a percepção da vivência de uma “dupla discriminação” experimentada por estas mulheres se tornou bastante discutida, respaldada pela expressiva desigualdade que estrutura o espaço social destes sujeitos e pelas denúncias do movimento negro.

No entanto, estudos que revelaram relações de gênero diferenciadas em um mesmo grupo racial impuseram questionamentos sobre a hipótese de mera adição de experiências de discriminação como camadas sobrepostas de desvantagem social. Embora as relações sexistas e racistas advenham de trajetórias distintas e proporcionem desdobramentos diferenciados em termos de discriminação de acesso, de tratamento (Santos, 2009) e de legitimação – o que justifica a necessidade de serem consideradas, cada uma, em sua complexidade –, os resultados para os sujeitos afetados é efeito da relação de imbricação entre elas.

Para dar conta de um referencial de análise que comporte essas inter-relações, Crenshaw (2002, p. 177) introduziu a noção de interseccionalidade, que se trata de

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Na avaliação de Danièle Kergoat (2010), a noção de interseccionalidade de Crenshaw, expressa na obra *Mapping the margins*, seria inadequada ao contemplar a ideia de diferentes posições dos grupos, como se fossem fixas. Em sua opinião, esta proposta negligencia o caráter dinâmico, ambíguo e ambivalente das relações sociais – limitação que, no entanto, parece estar menos presente no conceito mais recente, delineado na citação anterior.

Assim, Kergoat (2010, p. 100) apresenta noções alternativas para compreensão das múltiplas discriminações. A principal seria a consubstancialidade, entendida como “o entrecruzamento dinâmico e complexo de conjunto de

relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca”, que tem como propriedade essencial a coextensividade, fundada da produção mútua das diversas relações sociais – de gênero, classe e raça.

Seriam, então, as ocupações do cuidado (*care*), a melhor síntese da coextensividade das relações de gênero, raça e classe, à medida que explicitam conflito de classe entre mulheres, sem mediações masculinas, a partir dos papéis de gênero delineados e assumidos – execução e controle do cuidado. Trata-se de relações de trabalho e de ativação das mulheres em pontos diferentes da hierarquia social, em que a condição precária de trabalho das empregadas domésticas é naturalizada em decorrência de seu pertencimento racial, que, por sua vez, inscreve seu papel junto a mulheres de outra classe (Kergoat, 2010).

Com efeito, essas múltiplas relações e eixos de subordinação se afetam e assumem diferentes níveis – por vezes contingentes – na construção da identidade dos indivíduos e no imaginário social a seu respeito.

Neste capítulo, tomando-se assim especificamente as dimensões de raça e gênero como relações que, entre outras, estruturam as desigualdades, especialmente no contexto brasileiro, objetiva-se discutir a condição de pobreza e a participação na renda vivenciada pelas mulheres negras na última década. Para tanto, utilizam-se informações disponíveis na publicação *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, em sua quarta edição (Ipea *et al.*, 2011), produzidas por meio dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Buscar um arcabouço teórico-metodológico que contribua na explicação destes processos de subordinação, bem como compreendê-los como “pano de fundo” para desigualdades, é uma tentativa de se aproximar do real e de suas complexidades. Para se apreender o lugar ocupado pelas mulheres negras, antes de reafirmar um “estado de coisas”, deve-se propor a compreensão dos processos estruturantes e interseccionais que confluíram para a vulnerabilização desta população.

Evidentemente, a análise a ser empreendida, pelo seu caráter limitado, extensivo e baseado em dados secundários, não abrange toda a complexidade do referencial exposto. Antes, esta reflexão visa problematizar a situação vivenciada por mulheres negras, que, para além da carência –, de renda e/ou de diversos elementos sobrepostos –, está alicerçada em relações de subordinação interseccionais ou, ainda, coextensivas – que, além de tornar peculiar a experiência da pobreza, marcam os processos de empobrecimento e as eventuais estratégias de superação.

2 MULHERES NEGRAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

2.1 Compreendendo a pobreza

Os temas da pobreza e da definição de linhas de pobreza são permeados de controvérsias. A noção de pobreza pode ser defendida desde um enfoque subjetivo, em que cada indivíduo apresenta percepção própria sobre sua condição social, até enfoques bastante pragmáticos, com vinculação do nível de renda adequada à possibilidade de ingestão de níveis básicos de nutrientes.

Nesse campo, podem-se mapear diferentes abordagens. A pobreza pode ser compreendida apenas como insuficiência de renda ou como um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões. No entanto, nos dois polos do debate resta ainda a questão de como mensurar quer o componente renda, quer as diversas dimensões que comporiam o fenômeno.

Há correntes que, não obstante considerem a renda como indicador adequado para a pobreza, avaliam que esta não é bem captada pelas pesquisas; por esta razão, propõem um índice que consiga apurar mais completamente a renda dos indivíduos. A solução dos índices também é compartilhada pelas abordagens que entendem a pobreza como “falta de oportunidades para viver uma vida plena” (Soares, 2009, p. 10). Nestes casos, a fim de dar conta da multidimensionalidade do conceito, são recomendados índices compostos de diversas variáveis.

Mesmo assim, dimensões importantes para uma avaliação multidimensional da pobreza, como inserção social ou participação política, por exemplo, não são captadas pelas pesquisas domiciliares regulares, o que acaba também impondo limites a este tipo de solução. Além disso, índices de pobreza pecam pela falta de praticidade, tanto no cálculo como na compreensão, o que é vantagem das linhas estritamente focadas na insuficiência de renda.

Ainda que se consiga mensurar uma ou mais dimensões da pobreza, com relativa dificuldade e de acordo com a disponibilidade de dados das pesquisas domiciliares, há que se delimitar até que patamar o indivíduo deve ser considerado como pobre.

Nesse sentido, definir quem são os pobres não é menos controverso do que definir o que é pobreza. Linhas absolutas, por exemplo, com base na dimensão renda, pressupõem condições de acesso uniformes a bens e serviços. Por sua vez, linhas relativas medem antes desigualdade do que pobreza e, por meio delas, podem-se considerar pobres mesmo grupos que não sofrem privações significativas (Soares, 2009).

Na síntese de Antonio Crespo e Elaine Gurovitz (2002): os conceitos de pobreza se relacionam desde a noção subjetiva, baseada no juízo de valor; ao enfoque relativo – a pobreza vista como uma variável dependente da riqueza geral,

diretamente relacionada com a noção de desigualdade; até o enfoque absoluto, que define o que seria a pobreza a partir de noções biológicas, das necessidades básicas, dos salários mínimos (que não deixa de estar relacionado às duas antecessoras) ou privações.

Ao asseverar que não há critério que não seja arbitrário, pois todos vão reunir decisões sobre linhas de pobreza, pesos e critérios, Soares (2009) defende a adoção de linhas administrativas, que, apesar de condicionar sua demarcação a contingências políticas e orçamentárias, incorporam a inescapável e necessária abordagem política do problema.¹

Ademais, definir, geralmente com base na renda, uma linha de pobreza contribui para formulação e gestão de políticas públicas direcionadas a este problema. A proposta da linha baseada em renda é mais transparente e inteligível que índices complexos, ainda que comporte limitações como as previamente descritas. Todavia, considerar a renda como indicador de pobreza não significa negligenciar uma visão mais abrangente do fenômeno. Como defendem Osorio *et al.* (2011, p. 8),

esta multidimensionalidade da pobreza é mais bem apreendida pela elaboração de um perfil da pobreza, um conjunto de indicadores de várias dimensões do bem-estar calculados para as pessoas em distintas faixas de renda, do que por um indicador multidimensional que achate a diversidade de situações em um único número.

Isso posto, a abordagem a ser utilizada neste texto baseia-se nesta proposta conciliatória: delimitar a concepção de pobreza inicialmente pela via da insuficiência de renda para, em seguida, analisar as múltiplas dimensões que caracterizam os indivíduos que vivem nesta situação e como se diferenciam em termos de raça e gênero.

Para tanto, parte-se das linhas administrativas do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003 – R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Desta forma, o corte inferior, a linha da extrema pobreza, em valores atualizados e aproximados, é estipulado em R\$ 70,00 em 2010, medida adotada pelo recente programa de combate à pobreza do governo federal – o Brasil Sem Miséria (BSM).

Tomando-se esses limites com valores atualizados até 2009, ano que conclui a série histórica a ser analisada, e incluindo como linha adicional o valor do salário mínimo (SM) à época, definem-se quatro grupos segundo a condição de pobreza,² de acordo com a renda domiciliar *per capita* (RDPC): *i*) extremamente pobres – RDPC inferior à R\$ 67,00; *ii*) pobres – RDPC entre R\$ 67,00 e R\$ 134,00; *iii*) vulneráveis – RDPC superior a R\$ 134,00 e menor que R\$ 465,00 (um SM em 2009); e *iv*) não pobres – RDPC maior ou igual a um SM em 2009.

1. Comungam, no limite, da mesma arbitrariedade do que as propostas mais complexas, ainda que não alheias a referencial técnico.

2. Categorização formulada pela Coordenação de Desigualdade e Pobreza da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea (Osorio *et al.*, 2011).

2.2 Cor, sexo e pobreza

O Censo Demográfico de 2010³ confirmou as estimativas que vinham sendo apresentadas pela PNAD desde 2006: a mudança demográfica que resultou na majoritária participação dos negros na população total do Brasil. Em outros termos, pode-se falar na recuperação da participação da população negra, maioria no século XIX⁴ e que, no início do século passado, especialmente com o grande fluxo de imigração europeia, perdeu representatividade no contexto demográfico nacional.

Além disso, o racismo, efetivamente, contribuiu sobremaneira para constranger a identificação da população negra, que tem, desde a segunda metade do século XX, participação crescente, especialmente nos anos 2000. Este movimento mais recente é atribuído notadamente ao aumento da autodeclaração, em que os indivíduos passam a ser reconhecer como pardos e pretos com maior frequência. Este fenômeno, por sua vez, tem sido relacionado ao crescente debate sobre a questão racial, à influência dos movimentos de combate ao racismo e valorização da matriz africana e aos avanços das políticas de ação afirmativa (Ipea, 2011a; 2010).

No tocante à distribuição da população entre os sexos, há pouca diferenciação. As mulheres, com ligeira maioria, correspondem a 51,3% da população; mulheres brancas e negras representam 52,5% e 50,2% de seus respectivos grupos raciais (IBGE, 2009).

Dado o contexto demográfico dos dois grupos em análise, a tabela 1 apresenta a distribuição da população de acordo com a condição de pobreza, conforme os critérios apresentados na subseção 2.1. Pode-se verificar que a proporção de pobres e extremamente pobres foi reduzida, na última década, em todos os estratos apresentados. Paralelamente, o segmento que aufera RDPC igual ou superior a um salário mínimo aumenta em todos os recortes.

TABELA 1
Distribuição da população por sexo e cor/raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1999 e 2009)
(Em %)

População	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	10,4	5,2	16,4	9,5	44,9	45,9	28,3	39,4
Mulheres	10,3	5,3	16,3	9,5	45,0	46,0	28,5	39,2
Homens	10,5	5,1	16,5	9,5	44,8	45,8	28,2	39,6
Negros	16,0	7,2	22,9	13,1	46,3	52,6	14,7	27,1

(Continua)

3. Conforme o Censo Demográfico de 2010, a população brasileira, com 190.755.799 habitantes, é composta por 50,74% de pretos e pardos.

4. Cinquenta e seis por cento da população, conforme Soares (2008).

(Continuação)

População	Extremamente pobres		Pobres		Vulneráveis		Não pobres	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Brancos	5,7	3,0	10,8	5,6	43,8	38,8	39,7	52,6
Mulheres negras	16,0	7,4	22,9	13,4	46,6	53,0	14,5	26,3
Mulheres brancas	5,7	3,1	10,9	5,5	43,8	38,9	39,6	52,5
Homens negros	16,1	7,0	23,0	12,9	46,1	52,2	14,9	27,9
Homens brancos	5,6	2,9	10,8	5,6	43,8	38,7	39,8	52,8

Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Pode-se conferir que a grande desigualdade entre os grupos está relacionada ao pertencimento racial, considerando-se apenas as variáveis em destaque, gênero e raça.⁵ A participação dos negros nos estratos inferiores da distribuição (pobre e extremamente pobres) é sempre maior que o dobro da participação da população branca, o que não sofreu alterações significativas na última década analisada.

No entanto, cabe destacar que a participação da população negra também sofre variação entre aqueles com renda igual ou superior a um SM *per capita*. Nesta faixa (não pobre), a participação dos negros passa a corresponder a 52% da participação da população branca (37% há dez anos). Embora tenha quase dobrado a proporção de negros vivendo com mais de um SM *per capita*,⁶ ainda não se conseguiu alcançar a mesma posição que a população branca usufruía há dez anos, quando cerca de 40% já experimentava este patamar de rendimentos.

Entre o contingente que vivenciava, em 2009, a extrema pobreza, 48% eram homens, 52%, mulheres, e aproximadamente, 74% deste contingente era constituído por pretos, pardos e indígenas. Entre os pobres, a divisão entre os sexos e grupos raciais não apresenta variação relevante em relação ao estrato inferior,⁷ o que vai determinar o perfil dos 14% da população situada entre estes dois grupos (Osorio *et al.*, 2011). Por sua vez, como ilustra o gráfico 1, a pobreza, nas duas camadas em análise, é experimentada por 21% das mulheres negras.

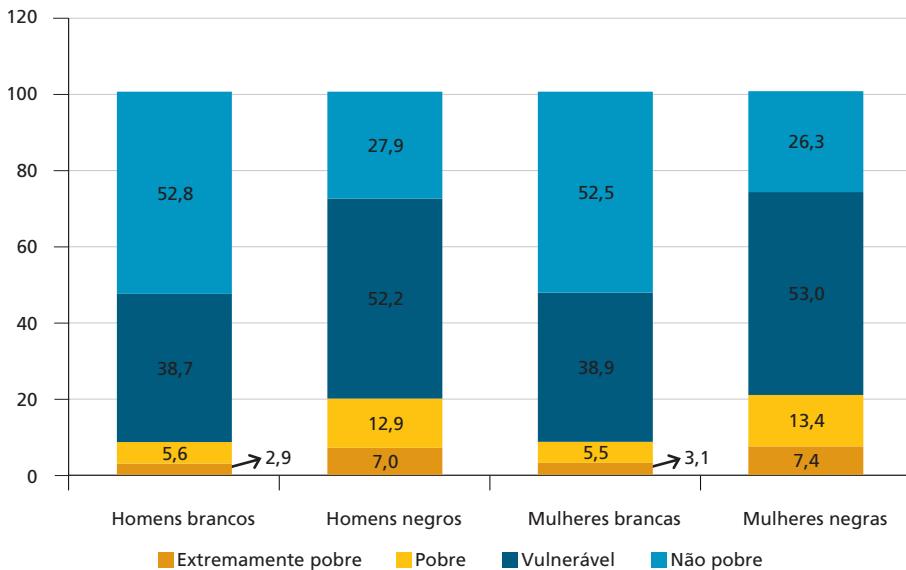
5. Ao se considerar a localização do domicílio, verifica-se uma desigualdade bastante significativa. Enquanto a pobreza e a extrema pobreza urbana são estimadas, respectivamente, em 7,6% e 3,7% da população, no meio rural, estes números saltam para 19,3% e 12,6%. Outras desagregações, como a situação de homens e mulheres, por cor ou raça e localização do domicílio, podem ser verificadas na tabela 10.10 de Ipea *et al.* (2011).

6. Incremento superior ao verificado no aumento da participação dos negros no total da população.

7. Entre os pobres, 48,63% são homens e 51,36% são mulheres; 71,7% são pretos, pardos e indígenas.

GRÁFICO 1

Distribuição da população por sexo e cor/raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Como pode ser observado, a classificação das condições de pobreza, por meio dos dados de renda *per capita*, invisibiliza a desigual distribuição de renda entre as mulheres, uma vez que os rendimentos são divididos entre os membros do domicílio. Por conseguinte, como ressaltado, o que fica evidente é a desigualdade racial. Mesmo na hipótese do uso de índices com base em diversas dimensões, o problema se repete, pois o foco é o bem-estar do núcleo doméstico.

Como salientam Carloto e Gomes (2011, p. 136), “numericamente, portanto, a pobreza entre as mulheres não tem maior expressão que a pobreza entre os homens. Entretanto, as retrações da pobreza são sentidas de maneiras diferentes pelos sexos”. Além disso, a forma como as desigualdades de raça e gênero consolidaram-se na história de vida dos indivíduos, somada a eventuais constrangimentos diretos, restringe, de diferentes formas, as possibilidades de superar os riscos sociais advindos da situação de pobreza.

3 DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DESIGUALDADES

Para compreender melhor os resultados das discriminações de gênero na distribuição de renda, pode-se decompor a renda total e identificar os principais espaços de reprodução das desigualdades. Por sua vez, a análise sobre desigualdade racial,

que se pronuncia com clareza nos dados sobre pobreza, igualmente se beneficia de exames desta natureza.

A PNAD capta as informações de renda em categorias que podem ser agrupadas em: rendimento do trabalho, rendimento de aposentadoria, rendimento de pensão, rendimento de aluguel, rendimento de transferências, rendimento de abono de permanência e doações. A participação de cada elemento da renda pode ser considerada conforme a tabela 2. Em média, os rendimentos do trabalho respondem a pouco mais de 75% da renda das pessoas.

TABELA 2
Participação das fontes na renda total – Brasil (2009)
(Em %)

Composição da renda total das pessoas ¹	100,00
Rendimento do trabalho principal	73,05
Rendimento de outros trabalhos	3,16
Rendimento de aposentadoria	14,72
Rendimento de pensão	5,35
Rendimento de aluguel	1,55
Rendimento de transferências ²	1,72
Rendimento de abono de permanência e doações	0,45

Fonte: microdados da PNAD 2009.

Nota: ¹ Renda média de todas as fontes.

² Incluem rendimento de programas sociais e outros, como juros de caderneta de poupança ou de outras aplicações, dividendos, ou outros rendimentos.

Osorio *et al.* (2011) oferecem decomposição da RDPC para os diferentes grupos de acordo com a situação de pobreza, com tratamento de dados que permite identificar a participação das transferências de renda – Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁸ e Programa Bolsa Família –, as quais, ainda que geralmente subdimensionadas em relação aos registros administrativos, correspondem respectivamente a 0,6% e 0,7% da renda média. Entre os indivíduos em situação de pobreza ou pobreza extrema, além da renda do trabalho, em geral menor ou igual a um SM,⁹ o outro elemento que assume maior relevância é o PBF – corresponde a cerca de 40% da renda dos extremamente pobres e a 12% da renda dos pobres.

8. “O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a transferência de um salário mínimo a pessoa portadora de deficiência (PPD) e/ou a pessoa com 65 anos ou mais (idoso), que tenha renda familiar *per capita* menor do que um quarto de salário mínimo. A partir de 1996, o BPC substitui a renda mensal vitalícia (RMV), que foi concedida a pessoas idosas ou inválidas que apresentassem doze meses de contribuição” (Ipea, 2011b).

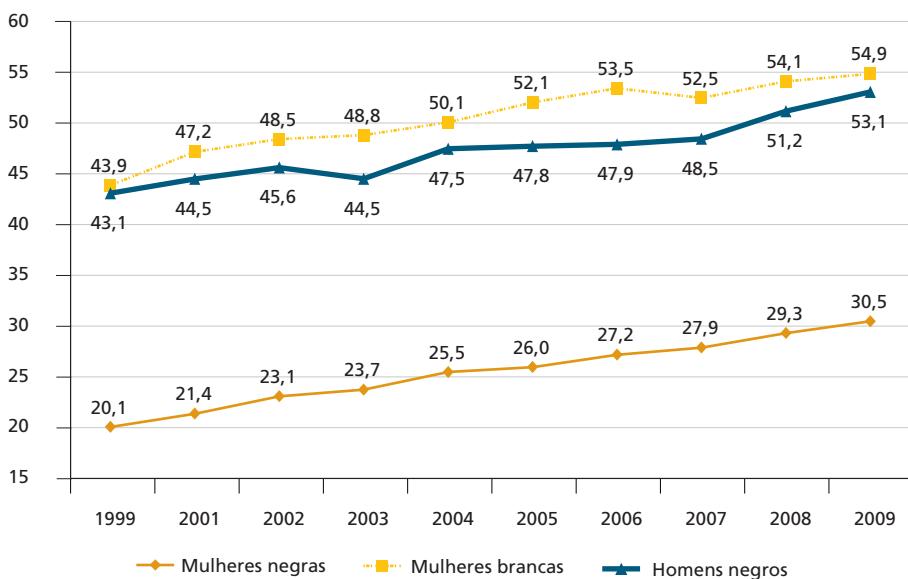
9. Entre os pobres, a renda do trabalho superior a um SM chega a corresponder a 18% da RDPC deste grupo, enquanto a renda igual ou inferior a um SM responde por 53% do total dos rendimentos.

A participação das mulheres na renda do domicílio é, via de regra, inferior a do homem e provém majoritariamente do trabalho. Neste campo, além de as mulheres apresentarem menores taxas de participação,¹⁰ a desigualdade na distribuição dos rendimentos traz, de forma acentuada, a marca da desigualdade de gênero, como será analisado adiante. Ainda assim, entre as mulheres ocupadas, sua renda corresponde, em média, a quase 45% da renda do domicílio.¹¹

O gráfico 2 apresenta uma comparação da renda mensal de todas as fontes para homens e mulheres, segundo a cor, tomando-se como referência a média dos indivíduos brancos do sexo masculino.

GRÁFICO 2

Rendimento médio mensal de todas as fontes da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça, em relação ao homem branco – Brasil (1999-2009)
(Em %)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Obs.: 1. A PNAF não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3. A população negra é composta por pretos e pardos.

Comparando-se o total das rendas das pessoas, as desigualdades se pronunciam. Ainda que as disparidades tenham sofrido redução nos últimos anos, a renda das mulheres negras não chega nem à metade daquela auferida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas.

10. Para homens 81,6% e para mulheres 58,9% de 16 anos ou mais de idade (IBGE, 2009).

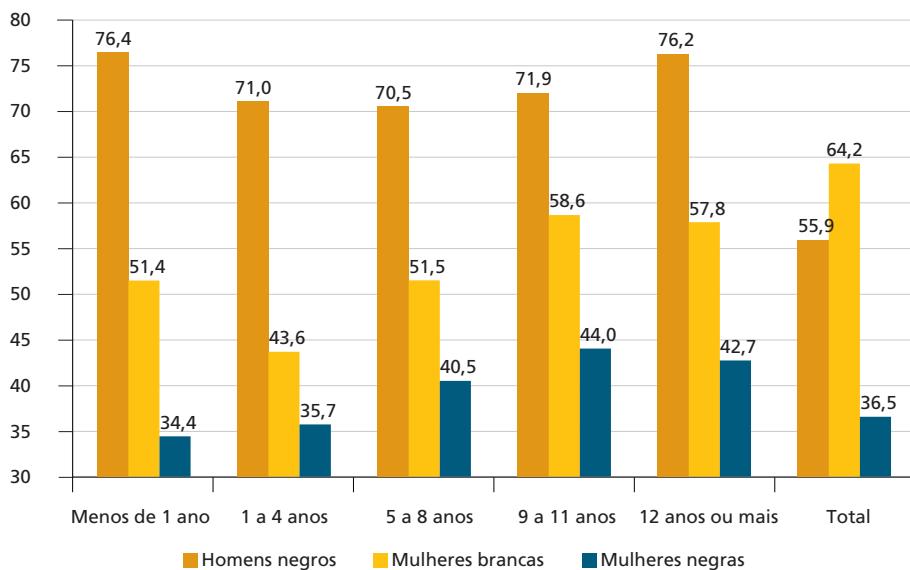
11. Da renda mensal familiar 44,8% é composto pela renda das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais.

Analizando-se apenas os rendimentos do trabalho, a renda das mulheres brancas, no agregado, é maior que a dos homens negros, em parte devido ao maior nível de escolaridade deste grupo, superior até mesmo aos homens brancos.¹² No entanto, a maior escolaridade das mulheres em geral não se converte necessariamente em vantagem na remuneração do trabalho, o que é especialmente demonstrado quando os dados sobre rendimentos são controlados por escolaridade.

GRÁFICO 3

Rendimento médio mensal no trabalho principal de trabalhadores de 16 anos ou mais de idade em relação ao trabalhador branco, segundo sexo, cor/raça e anos de estudo – Brasil (2009)

(Em %)



Fonte: microdados da PNAD 2009.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Nesse caso, o que parece se pronunciar mais nas diferenças de rendimento no trabalho são as desigualdades de gênero. Note-se que os homens negros recebem mais que as mulheres brancas com a mesma escolaridade. No entanto, como há mais mulheres brancas com maior escolaridade, na população geral, elas ganham mais.

Com efeito, as desigualdades raciais e de gênero moldam uma hierarquia do mercado de trabalho que se mantém mesmo entre grupos com mesma escolaridade, em tese, fator primordial para melhor posicionamento no mundo do trabalho.

12. Média de anos de escolaridade das pessoas de 15 anos ou mais: mulheres brancas (8,5); mulheres negras (6,9); homens brancos (8,3); e homens negros (6,5) (IBGE, 2009).

De fato, antes mesmo do lugar alcançado no mercado de trabalho, as relações de raça, gênero e classe se impuseram em algum nível sobre o acesso à escolaridade e sobre as escolhas e opções “acessíveis” de educação e ocupação.¹³

A tabela 3 apresenta alguns indicadores que refletem a desigualdade na distribuição de recursos e acesso a espaços sociais.

**TABELA 3
População ocupada, segundo categorias selecionadas, por sexo e cor ou raça – Brasil (2009)**

	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
Taxa de participação ¹ (%)	80,6	82,5	58,5	59,2
Taxa de desocupação ¹ (%)	5,3	6,6	9,2	12,5
Distribuição da população ocupada ¹	27,6	29,6	22,1	20,7
Posição na ocupação	100,0	100,0	100,0	100,0
Funcionário público/militar	6,0	5,1	10,9	8,5
Empregado com carteira assinada	42,7	36,9	35,4	24,8
Empregado sem carteira assinada	15,1	22,5	12,1	13,3
Conta própria	23,3	24,9	15,6	16,8
Empregador	7,9	3,5	3,8	1,4
Empregado doméstico	0,8	1,1	12,5	21,6
Outros ²	4,2	6,0	9,7	13,5
Distribuição da população ocupada ¹ por setor de atividade	100,0	100,0	100,0	100,0
Administração pública	5,8	5,3	5,3	4,3
Agrícola	15,4	23,8	9,3	14,8
Comércio	19,8	17,1	17,8	15,7
Indústria	18,4	14,5	14,2	11,1
Construção civil	10,4	15,1	0,6	0,4
Serviços auxiliares ³	11,1	9,9	6,3	6,4
Serviços sociais ⁴	5,6	4,3	31,8	36,0
Outras atividades ⁵	13,5	10,1	14,7	11,2
Distribuição da população em situação de trabalho infantil (%)	18,6	48,6	9,6	23,2
Distribuição da população ocupada ¹ por faixa de anos de estudo ⁶				
Menos de 1 ano	5,3	12,5	3,6	9,3
1 a 4 anos	17,1	23,4	13,4	19,4
5 a 8 anos	22,1	25,9	17,5	22,7

(Continua)

13. Outra variável que explica a desigualdade, embora não descaracterize a discriminação racial, é a influência da maior participação relativa da população negra em regiões com menor renda média (Ipea, 2009).

(Continuação)

	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
9 a 11 anos	35,0	30,6	36,7	35,6
12 anos ou mais	20,6	7,6	28,9	13,0
Rendimento médio mensal no trabalho principal ¹	1.491,0	957,0	833,5	544,4

Fonte: microdados da PNAD 2009.

Notas: ¹ Pessoas de 16 anos ou mais.² Outros: trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados.³ Serviços auxiliares: alojamento, alimentação, transporte, comunicação e armazenagem.⁴ Serviços sociais: serviços sociais, domésticos, educação e saúde.⁵ Outras atividades: prestação de serviços (1995 a 2001), outras atividades, outros serviços coletivos, sociais e pessoais e atividades mal definidas.⁶ "A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em um ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental (com duração de oito anos), de primeiro grau ou elementar; em cinco anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em nove anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em doze anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação" (IBGE, 2009).

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Conforme ilustrado, as mulheres têm menos participação no mercado de trabalho e são mais acometidas pelo desemprego. No entanto, enquanto a taxa de desocupação das mulheres brancas é mais de 70% superior a dos homens brancos, a desocupação das mulheres negras excede em mais de 130% este parâmetro. O desenvolvimento de vínculos mais frágeis com o mercado de trabalho afasta, destes segmentos populacionais, possibilidades mais eficazes para saída da pobreza. Como asseveram Osorio *et al.* (2011, p.46-47), ao analisarem o perfil da pobreza entre 2004 e 2009, as famílias que não tinham conexão, mesmo que precária com o mercado de trabalho e que não dispunham de benefícios previdenciários ou do BPC, acabavam compondo os dois estratos de pobreza.

No período 2004-2009, a extrema pobreza, principalmente, e a pobreza se tornaram cada vez menos determinadas pelo baixo valor dos rendimentos dos membros da família (do trabalho, da previdência ou do BPC) e cada vez mais devidas à desconexão com o mercado de trabalho (daí a elevação da porcentagem de desocupados e inativos) ou ao não recebimento de transferências da previdência social ou BPC. Muitas famílias dos dois estratos pobres têm renda do PBF, mas os baixos valores médios transferidos impedem que o PBF promova a ascensão da família sem que haja conexão com o mercado de trabalho ou outras transferências. Famílias que recebem o PBF, mas não contam com outras rendas, permanecem na extrema pobreza.

Além do acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. As mulheres negras estão sobrerepresentadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada. Importa destacar que, embora na administração pública

sua participação seja maior que a dos homens brancos, a sua presença, neste setor, se concentra nos serviços sociais – educação e saúde – e na esfera municipal, posições, em geral, com menor remuneração (Ipea, 2012).

Mulheres negras mais uma vez estão sobrerepresentadas nos serviços sociais de forma geral, incluindo as funções doméstica, de saúde e de educação, que reforçam a função do cuidado e os papéis de mulheres e de negras. Além disso, cerca de 13% das mulheres negras consideradas como ocupadas exercem atividades para o próprio consumo ou sem remuneração.

Na composição da renda média, os benefícios oriundos da previdência social, de forma direta – auferidos pelo próprio contribuinte – ou indireta – auferidos por seus dependentes – representam um quinto da renda total.

Os benefícios previdenciários estão diretamente relacionados com a participação e qualidade dos vínculos no mercado de trabalho, reproduzindo, sobretudo, o mesmo padrão de desigualdade. Por esta razão, não surpreende o fato de que 73% dos rendimentos de aposentadoria e pensão pagos a pretos e pardos corresponda a um SM, enquanto o mesmo patamar é compartilhado por aproximadamente 48% dos beneficiários brancos. Da mesma forma, enquanto 5,7% dos beneficiários brancos recebiam mais de dez SM, apenas 2% dos negros compartilhavam deste montante em 2008 (Paixão *et al.*, 2010).

Considerando-se a população protegida por rendimentos pagos pela previdência social oficial (de 16 a 59 anos), na forma de aposentadorias e pensões, constata-se prevalência da população branca.¹⁴

No que tange à cobertura direta e indireta, verifica-se que seu usufruto é distribuído com poucas variações entre homens e mulheres (65,6% e 61,4%)¹⁵ e, mais uma vez, com maior desigualdade entre negros e brancos (58,2% e 68,8%).

14. Correspondendo a 5,2% de homens brancos, 3,6% de homens negros, 7,0% de mulheres brancas e 5,9% de mulheres negras. Praticamente metade das beneficiárias tem seus rendimentos oriundos de pensão (16 a 59 anos). No caso dos rendimentos (aposentadoria e pensão) auferidos pela população idosa (acima de 60 anos), 81,4% dos homens brancos, 76,7% dos homens negros; e 75,7 das mulheres brancas e negras são beneficiados (dados de 2008). Pode-se verificar que as diferenças raciais parecem ser menos agudas entre a população idosa, especialmente no caso das mulheres, entre as quais os percentuais de beneficiárias na população se igualam. No entanto, este fato parece contraditório, uma vez que os benefícios de hoje referem-se a contribuições pretéritas, cenário no qual as desigualdades no mundo do trabalho eram ainda mais agudas. Uma hipótese vai ao encontro de um dos problemas de captação de renda na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em que o BPC, embora benefício da assistência social, seja declarado pela população como aposentadoria. O fato de as desigualdades raciais serem menores na faixa elegível do benefício colabora com esta possibilidade.

15. Cobertura direta e indireta da previdência pública na população em idade ativa, 2009 (Brasil). "São considerados cobertos diretamente pela previdência pública aqueles que contribuem diretamente, os funcionários públicos, militares e empregados com carteira de trabalho assinada em qualquer trabalho na semana de referência e os segurados especiais da previdência rural; são considerados cobertos indiretamente pela previdência pública os cônjuges e filhos até 21 anos de idade daqueles que são cobertos diretamente" (Ipea, 2011b).

Por fim, a tabela 4, a seguir, condensa alguns elementos, disponibilizados em Ipea *et al.* (2011), que caracterizam a situação vivenciada pelas mulheres negras pobres e permitem identificar outras dimensões que ilustram esta condição.

TABELA 4
Mulheres negras em situação de pobreza e extrema pobreza

	Extremamente pobres	Pobres
Educação		
Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade		
Mulheres negras – 2009	5,0	5,4
População geral ¹	5,0	5,1
Crianças de 0 a 6 anos de idade que frequentam escola ou creche (%)		
Crianças negras (sexo feminino) – 2009	41,4	43,6
População geral ¹	40,9	41,0
Trabalho (16 anos ou mais de idade)		
Taxa de participação		
Mulheres negras – 2009	50,1	51,2
População geral ¹	61,1	65,9
Taxa de desocupação		
Mulheres negras – 2009	30,9	21,4
População geral ¹	30,4	15,1
Jornada média semanal na ocupação principal		
Mulheres negras – 2009	24,2	28,1
População geral ¹	31,8	36,0

Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Nota: ¹ População geral – pessoas de ambos os sexos, independentemente de cor ou raça.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

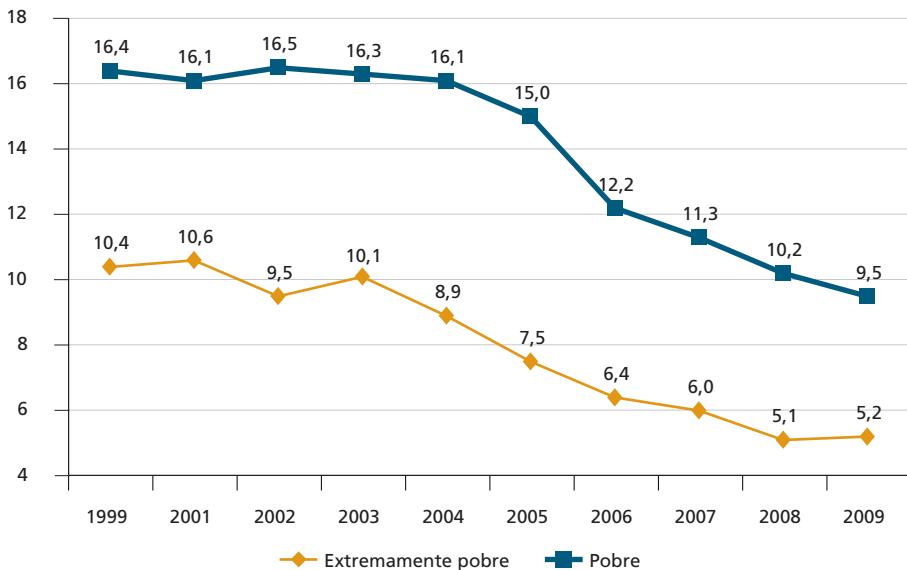
4 REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE

Por meio do *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (Ipea, *et al.*, 2011), a análise da última década evidencia a redução dos índices de pobreza e desigualdade no país, inclusive aqueles relativos à desigualdade racial na distribuição da renda.¹⁶ A participação da população extremamente pobre se reduziu 50% na década, com diminuição também do percentual de pobres na população.

16. A queda da desigualdade racial ocorreu, sobretudo, a partir de 2001 (Soares, 2008).

GRÁFICO 4

Distribuição da população, segundo situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (1999-2009)
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD.

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

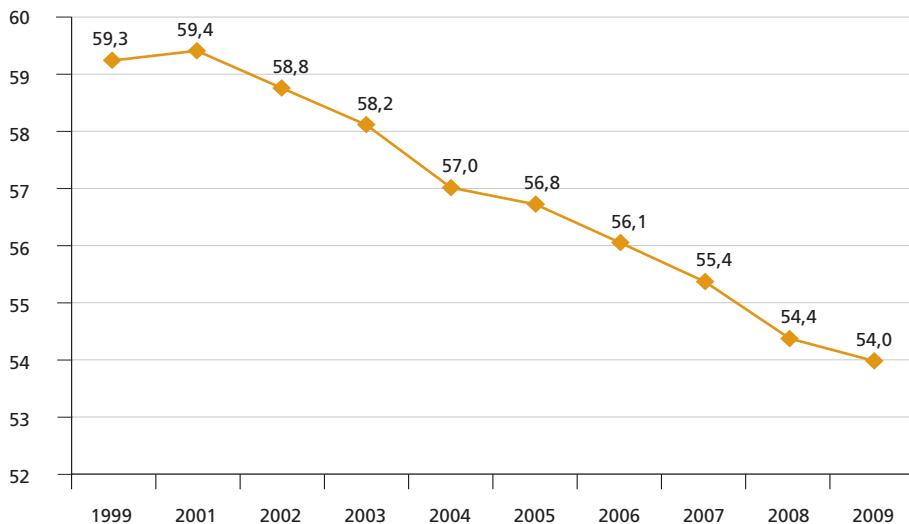
2. Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3. A população negra é composta por pretos e pardos.

4. Situação de pobreza calculada com base no rendimento mensal domiciliar *per capita* deflacionado pelo INPC – período de referência: set./2009.

5. Extremamente pobres – renda domiciliar *per capita* de até R\$ 67; pobres – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 67 e menor que R\$ 134; vulneráveis – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 134 e menor que R\$ 465; não pobres – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 465 (um salário mínimo de 2009)

GRÁFICO 5
Índice de Gini (x 100) – Brasil (1999 a 2009)



Fonte: IBGE/PNAD

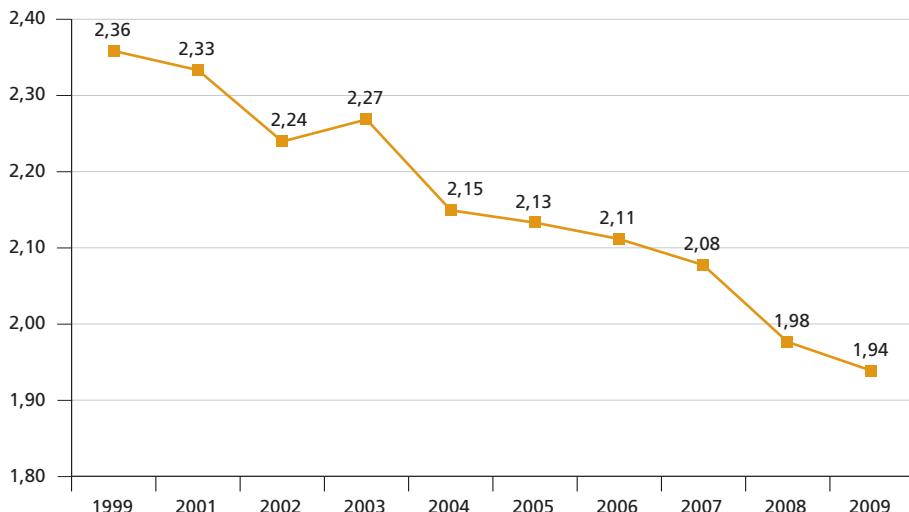
Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3. A população negra é composta por pretos e pardos.

GRÁFICO 6
Razão de renda entre brancos e negros¹ – Brasil (1999-2009)



Fonte: Ipea et al. (2011).

Elaboração da autora.

Nota: ¹ Rendimento mensal domiciliar *per capita* médio.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Um dos indicadores mais utilizados para mensurar desigualdade é o índice de Gini, que varia de 0 a 1, de acordo com o nível de concentração de renda. No período analisado, houve queda de cerca de 10% no índice, após longo período de estabilidade.

Fatores como o aumento do emprego, a política de valorização do salário mínimo e a ampliação das políticas de transferência de renda são indicados como os principais promotores da mudança.¹⁷

A expansão do emprego, nesse período, ocorreu concomitantemente com o aumento da formalização no mercado de trabalho. Por conseguinte, amplia-se a base de contribuintes para a previdência.¹⁸ Deste modo, a política de valorização do salário mínimo encontra ainda maior base de incidência, aliada com o impacto promovido pela maior cobertura dos benefícios sociais, especialmente do BPC, indexado ao salário mínimo.¹⁹

Decerto, os ganhos reais advindos dessa política, aliados à nova configuração do mercado de trabalho, influenciaram a remuneração do trabalhador, o que foi expressivo motor de redução da pobreza.

Embora o progresso na renda do trabalho pudesse decorrer de expansões balanceadas na taxa de ocupação e na remuneração por trabalhador, tanto o progresso desde 2001 como o do último ano [2008] decorreram fundamentalmente do crescimento na remuneração por trabalhador ocupado. De todos os determinantes imediatos, o crescimento na renda dos trabalhadores ocupados foi o mais importante, tendo contribuído com 43% do crescimento da renda dos 10% mais pobres desde 2001 e 57% no último ano (Barros *et al.*, 2011, p. 55).

Além disso, o crescimento da renda foi diferenciado: “[entre 2001-2008] a taxa de crescimento na renda dos 10% mais pobres foi mais de quatro vezes maior que a dos 10% mais ricos.”, o que contribuiu, sobremaneira, tanto para a redução expressiva da pobreza como para a queda da desigualdade (Barros *et al.*, 2011, p. 43).

Uma vez que os resultados das políticas citadas foram mais intensos para os mais pobres, também foram mais percebidos na população negra (tabela 5), ainda que não dispusessem, necessariamente, de recorte racial. Esta constatação demonstra o espaço que políticas robustas de promoção da igualdade racial ainda têm a ocupar.

17. Barros *et al.* (2011, p. 60) ressaltam que o componente demográfico também pode ser considerado na redução verificada na pobreza, por meio da diminuição do número de dependentes das famílias mais pobres. Todavia, este aspecto contribuiu “com apenas um décimo do crescimento na renda do grupo enquanto a renda por adulto contribuiu com nove décimos”.

18. Durante a década analisada, a proporção de contribuintes na população economicamente ativa, população-alvo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de regimes próprios do funcionalismo público e militar, ampliou-se de 35,8% para 45,8%; a participação dos trabalhos com carteira assinada – sem considerar trabalhadores domésticos – subiu de 28,7% para 35,7% (Ipea, 2011b).

19. Em dezembro de 1999, foram emitidos 1,9 milhões de benefícios (BPC e renda mensal vitalícia – RMV); no mesmo período, em 2009, o número de benefícios era de cerca de 3,3 milhões (Ipea, 2011b).

TABELA 5
Participação dos ocupados por sexo e cor/raça, segundo distribuição da população ocupada, posição formal na ocupação e rendimentos do trabalho – Brasil (1999 e 2009)

População ocupada de 16 anos ou mais		Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras	Brancos e negros
Participação entre os ocupados (%)	1999	32,7	26,7	23,3	17,3	100
	2009	27,6	29,6	22,1	20,7	100
Variação (%)		-15,6	10,8	-4,9	19,3	0,0
Participação dos ocupados no trabalho formal (%) ¹	1999	48,6	35,6	42,5	26,7	40
	2009	56,6	45,5	50,1	34,7	47,4
Variação (%)		16,5	27,8	17,9	30,0	18,5
Rendimento médio mensal no trabalho principal (R\$) ²	1999	1.402	660	819	388	891
	2009	1.491	834	957	544	981
Variação (%)		6,4	26,3	16,8	40,2	10,1

Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autora.

Notas: ¹ Consideram-se ocupados no trabalho formal os funcionários público/militar; os empregados com carteira assinada; os empregadores, exclusive empregados domésticos.

² Rendimento do trabalho principal deflacionado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O período de referência é setembro de 2009.

Obs.: a população negra é composta por pretos e pardos.

Pode-se verificar que os efeitos positivos no mercado de trabalho incidiram com mais ênfase entre os negros, especialmente as mulheres negras. Contudo, há que se considerar que a maior variação decorre da base comparativa muito inferior.

Paixão (2012) destaca que a redução da desigualdade foi promovida também pelo achatamento dos ganhos dos postos mais elevados, especialmente com a maior exposição da economia nacional à competição estrangeira a partir de 1995.

Por sua vez, Soares *et al.* (2010) avaliam o impacto do Programa Bolsa Família sobre a redução da pobreza e da desigualdade na última década. Embora o programa representasse apenas 0,4% do produto interno bruto (PIB) e 0,7% da renda das famílias – por meio de um benefício cuja média *per capita* era de R\$ 21, em 2009 –, ele foi responsável por 15% da queda da desigualdade e por 16% da redução da pobreza na última década. No caso da extrema pobreza, a redução é ainda mais relevante. Este impacto está relacionado tanto à progressividade da transferência como à eficiência de sua focalização. No entanto, alertam os autores que, com a ampliação da cobertura do programa, o potencial de contribuição para estes processos está chegando a seu limite. Nesse caso, destacam, estratégias como a expansão da base de beneficiários e aumentos dos recursos transferidos são imprescindíveis para manutenção desta contribuição.

Por fim, convém destacar críticas dirigidas aos programas de geração e transferência de renda, que, em que pese direcionarem-se para a redução da pobreza, reforçam papéis de gênero e de subordinação. Um exemplo seriam cursos destinados a mulheres pobres, voltados para qualificação e formação de empreendimentos do campo do cuidado e dos trabalhos manuais, com pouca perspectiva de superação da pobreza (Carloto e Gomes, 2011).

Na mesma perspectiva, Mariano e Carloto (2009) chamam a atenção para como políticas de combate à pobreza, no caso o PBF, instrumentalizam os papéis de gênero, reforçando a atuação da mulher como cuidadora, tanto por assumir a titularidade do benefício, como por ser responsável pelas condicionalidades a este vinculadas. Tais encaminhamentos, na avaliação das autoras, acabam por reforçar um papel específico para a mulher na reprodução social, afastando-a de possibilidades mais consistentes de saída da pobreza, por meio da inserção qualificada no mundo do trabalho remunerado.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: FEMINIZAÇÃO E NEGRITUDE DA POBREZA, ENTRE CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Como pode ser observado, a pobreza apresenta-se de forma muito mais presente entre a população negra. Por sua vez, como a apuração do nível de renda, para fins de análise da pobreza, ocorre por meio da renda domiciliar, a variação entre sexos não se mostra relevante. No entanto, quando se analisam as rendas desagregadas, pode-se verificar que as mulheres, em especial as mulheres negras, acessam, de forma diferenciada, tanto os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los.

Não raro afirma-se a feminização e a negritude da pobreza, especialmente no cenário brasileiro. Paula Aguilar (2011) e Márcia Macêdo (2008) chamam a atenção, ao discutirem o conceito da feminização, sobre o risco de se tomar este fenômeno como um fato e não um processo, atribuindo especialmente aos lares chefiados por mulheres um estereótipo a partir de uma situação tão menos privilegiada quanto se distancie de um estabelecido “padrão” familiar.

O discurso sobre a feminização reificada como um fato e vinculada diretamente com a focalização na chefia feminina dos lares reforça os diagnósticos acerca da pobreza (como fenômeno) como um problema social isolado de suas causas estruturais e desvinculado do mercado de trabalho (Aguilar, 2011, p. 130, tradução nossa).²⁰

Antes, esse reconhecimento deve conduzir ao questionamento sobre os processos sexistas e racistas que favorecem o quadro de vulnerabilização deste grupo social e sobre os quais as políticas públicas devem se concentrar.

20. No original: "El discurso sobre la feminización reificada como un hecho y vinculada directamente con la focalización en la jefatura femenina de los hogares refuerza los diagnósticos acerca de la pobreza (en tanto fenómeno) como un problema social aislado de sus causas estructurales y desvinculado del mercado de trabajo."

Decerto, é imprescindível concentrar estratégias de superação em um grupo social reconhecidamente mais afetado pela pobreza e atuar sobre as dimensões que mais precarizam as condições de vida desta população. Contudo, é igualmente demandado que o foco das políticas públicas direcione-se para a análise dos processos que contribuíram para este estado de coisas, remetendo à necessidade de inserir a perspectiva de raça e gênero nas políticas públicas, promovendo a realização da proposta da transversalidade, como ressignificação das políticas públicas.

Desse modo, a incorporação da perspectiva racial e de gênero nas políticas públicas deve perpassar desde sua formulação até os mecanismos de avaliação, de maneira a contemplar meios de empoderamento destes grupos e de superação das desigualdades, bem como avaliar como estratégias pretensamente neutras atuam sobre estes aspectos. Ademais, neste contexto, propõe-se aprofundamento da adoção de ações afirmativas e o essencial desenvolvimento de instrumentos de gestão que possam dar o devido suporte a estas iniciativas (Silva, 2011).

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, P. L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.
- BARROS, R. P. *et al.* Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil. In: CASTRO, J.; VAZ, F. M. (Orgs.). **Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida 1**. Brasília: Ipea, 2011.
- CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 105, jan./mar., 2011.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, v. 172, 2002.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167656482002000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. IBGE, 2009. (Nota Técnica).
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PNAD 2008: primeiras análises – juventude, desigualdade racial. **Comunicado da Presidência**, Brasília, n. 36, 2009.

_____. Ipea 46 anos: uma breve retrospectiva sobre as políticas sociais no Brasil. In: **O Brasil em 4 décadas**. Brasília: Ipea, 2010. (Texto para Discussão, n. 1.500).

_____. Dinâmica demográfica da população negra brasileira. **Comunicado do Ipea**, Brasília, n. 91, maio de 2011a.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2011b. (Anexo Estatístico, n. 19). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8586&Itemid=9>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Igualdade racial. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, n. 20, 2012. No prelo.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, 2011.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, n. 86, 2010.

MACÊDO, M. S. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2008. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.ppgsc.ufba.br/site/dB/trabalhos/25112009153142.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 312. 2009.

OSORIO, R. G. *et al.* **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, ago. 2011. (Texto para Discussão, n.1647).

PAIXÃO, M. O sexo e a cor da desigualdade. 2012. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suaslutas/12614-marcelo-paixao-o-sexo-e-a-cor-da-desigualdade>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

PAIXÃO, M. *et al.*(Orgs.) **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Laeser; Instituto de Economia, 2010.

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **RBCS**, v. 24, n. 70, jun. 2009.

SILVA, T. D. Gestão da transversalidade em políticas públicas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD). Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, S. S. D. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza:** objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1381).

_____. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

SOARES, S. *et al.* Os impactos do benefício do Programa Bolsa família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010:** avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

CAPÍTULO 5

A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES POR AGRESSÃO FÍSICA, SEGUNDO RAÇA/COR NO BRASIL

Jackeline Aparecida Ferreira Romio*

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a violência contra as mulheres é uma questão transnacional e multifacetada a ser tratada devidamente pela academia e pelo Estado, e também prevenida na sociedade, porém, ainda hoje, conta-se com possibilidades reduzidas de análise deste fenômeno. Isto se deve às dificuldades de se encontrar fontes de informações sistematizadas e nacionais sobre as ocorrências, sobretudo, que sejam passíveis de desagregação por sexo, raça/cor e informem os contextos desta violência – tipo de agressor, local, meio e motivo.

Propõe-se neste capítulo o estudo dos dados disponíveis no suplemento *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil* da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹ 2009, o qual perguntou para homens e mulheres maiores de 10 anos sobre suas experiências com o tema da agressão física, assim como a frequência em que esta ocorreu, a natureza da relação com o(a) agressor(a), local onde se perpetuou a agressão, além de perguntas sobre denúncias e queixas. O objetivo final foi produzir um entendimento atual da violência contra a mulher segundo raça/cor por meio destas informações.

O tema da vitimização já havia sido tema do suplemento da PNAD em 1988, como destaca Soares (2006, p. 1).

Em 1988, o IBGE realizou a primeira pesquisa com dados sobre vitimização, em âmbito nacional, a qual representou, durante muito tempo, a única referência disponível para os(as) estudiosos(as) da violência, ao lado dos dados de mortalidade do Sistema de Saúde. Além de visar os atos delituosos que teriam vitimado a população, essa pesquisa

* Doutoranda em demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP).

1. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral, até o primeiro trimestre e 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. Esta pesquisa por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, família, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema, de acordo com as necessidades de informação para o país.

trouxe alguma luz sobre a violência interpessoal e permitiu, ainda, que se vislumbrassem certos aspectos da violência contra a mulher. Ela mostrou que 63% das vítimas de violência no espaço doméstico eram mulheres e em mais de 70% dos casos, o agressor era seu próprio marido ou companheiro. A veiculação desses dados foi fundamental, naquele momento, para revelar uma outra dimensão da violência e para desmistificar a imagem da família, como um nicho de paz e harmonia. Porém, a pesquisa tinha um caráter genérico e não se propunha a distinguir os tipos de agressão experimentados na intimidade, além de não dispor de instrumental próprio para isso.

Uma ressalva que deve ser feita nos estudos sobre vitimização diz respeito à sensibilidade de capturar respostas sobre experiências de violência, pois como assinala Zaluar (2009, p. 10): “mesmo que realizado por questionários aplicados nos locais de residência das vítimas, com todos os cuidados sobre confidencialidade e a independência de quem o faz, livre de pressões de outros moradores do mesmo local, depende da percepção que a vítima tem do que seja a agressão”.

Soares (2010), em seu texto *O monstro mora em casa*, argumenta sobre a dificuldade de denunciar e pronunciar a violência quando esta se dá no ambiente doméstico. E ainda existe toda a questão subjetiva de entendimento das vítimas sobre a própria violência que elas sofreram. Segundo o autor, quando a violência se origina na própria família, a primeira rede de socorro, a vítima fica sem alternativa, o que é frequente nos casos de abuso sexual. Uma das mulheres entrevistadas por ele relata que foi vítima de violência sexual do pai e da mãe na infância e adolescência e agora aos “trinta anos e seriamente traumatizada, não consegue se lembrar das primeiras vezes em que o abuso aconteceu” (Soares, 2010).

Essa vítima depois da separação dos pais tentava fugir das visitas, mas ela era levada contra a vontade, os demais membros da rede familiar não entendiam a resistência dela a visitar o pai, nem suas constantes fugas quando o pai a visitava. “Atribuíam o problema à criança, que consideravam difícil e agressiva”. O abuso durou até a morte do pai, quando ela tinha doze anos, somente depois de cerca de 16 anos é que ela conseguiu falar a respeito. “[Ela] pensou e planejou suicídio, e desejou a morte dos pais, mas não a planejou. Tem sérios problemas psicológicos, que atribui aos muitos anos de abuso sexual – no mínimo quatro” (Soares, 2010).

Segundo estudos de Saffioti (1999) sobre a violência doméstica,

no grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência. Há, entretanto, uma ideologia de defesa da família, que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus (suas) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si próprias.

Nesse contexto, a sociedade e o Estado, por meio de suas políticas públicas, acabam, muitas vezes, considerando normal e natural a violência exercida por homens contra mulheres e crianças (Saffioti, 1999, p. 3).

Não é fácil admitir nem a si própria a violência sofrida, seja ela de qual tipo for. No caso das mulheres negras, esta história se complica, pois são muitas as situações de violência às quais elas são expostas, multiplicando-se os riscos de vitimização na experiência das violências originárias tanto da estrutura patriarcal quanto do racismo brasileiro, localizando a mulher negra na dicotómica situação de sofredoras e guerreiras nas suas representações essencializadas atualmente.

Segundo White (2002, p. 148), entre as várias representações sociais acerca das mulheres negras, a representação como vítimas sofredoras “serve para mantê-las passivas e confusas em relação à violência. Este estereótipo não influencia apenas nossas relações íntimas, mas também nosso dia a dia”.

É o que pode ser averiguado na análise do caso de Sirlei,² uma carioca, trabalhadora doméstica, que em 2007 foi agredida às 5h da manhã por um grupo de cinco jovens brancos de classe média alta no momento em que esperava o ônibus para ir ao trabalho. Os jovens alegaram que a confundiram com uma prostituta, o que justificaria a agressão na percepção deles. Após a agressão e o roubo, ela se dirigiu ao trabalho em vez de chamar a polícia. Chegando ao trabalho, foi socorrida pelo empregador, que a encaminhou ao hospital e à delegacia. Apenas por meio da unificação das categorias analíticas de raça, gênero e classe social é possível interpretar este caso. Para compreender como, além de ser identificada como vítima em uma agressão, ela também teve de se identificar como possuidora de direitos à denúncia, ao socorro e à dignidade como qualquer mulher. Outra forma de desigualdade embutida neste exemplo é a colagem do estereótipo de prostituta à mulher negra, que, no caso, a expôs a violência.

Segundo White (2002), mulheres que sofrem violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras em virtude de sua condição histórica. A autora revela ainda que estas mulheres são geralmente conservadoras em relação ao amor e às relações românticas. Quando investem tudo em uma relação, esperam ser protegidas e apoiadas por seus parceiros, não medindo esforços para manter a relação. Estas mulheres tendem a se autoculpar pela agressão que sofreram, levando-as a proteger o seu agressor. Segundo a autora, um desafio para esta mulher negra agredida é, por exemplo, reconhecer que seu companheiro está sendo violento e que nenhuma mulher merece e precisa ser vítima de violência, seja ela de que tipo for ou de quem venha (White, 2002). Esta percepção é bem discutida nos termos da teoria *Blame-victims* da criminologia, especialmente sobre a violência sexual em que padrões morais e comportamentais da vítima são colocados em cheque na hora da interpretação do ato pela justiça e sociedade (Karmen, 2010).

2. Para mais informações, ver reportagem de Loureiro (2007). Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL57819-5606,00.html>>.

Vale assinalar que a culpabilização da mulher pela violação a qual ela é submetida não é exclusividade das mulheres negras, mas também é amplificada pelos alicerces raciais que fundam sua condição de mulher na sociedade.

Nesse sentido, a pesquisa sobre a vitimização da PNAD de 2009 é bastante proveitosa para a análise empírica da violência contra a mulher, apesar de tratar apenas de informações que dependem dos entendimentos das vítimas sobre as próprias experiências de violências e sua disposição e interpretação ao declarar o fato para a(o) entrevistador, tem a possibilidade de desagregação dos dados por raça/cor e sexo das vítimas além de outras variáveis correlacionáveis ao fenômeno, como o tipo de relação com o agressor e o local da ocorrência.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL NA DEMANDA PELA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS E NOVAS ABORDAGENS

Para analisar a interação das opressões e sua ação sobre as violências, as análises dos dados neste texto seguirão as definições de interseccionalidade de gênero e raça elaboradas pelas teorias dos feminismos negros. Este artigo é especialmente influenciado pelas reflexões de Patrícia Hill Collins³ e Deborah King,⁴ ao definirem os alicerces do pensamento feminista negro nos Estados Unidos e o que significa uma abordagem de gênero apropriada para analisar a condição das mulheres negras. Para elas, o desenvolvimento adequado da definição do pensamento feminista negro envolve enfrentar o complexo *nexus* de relações entre as classificações biológicas, a construção social de raça e o gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham as mudanças nas construções sociais, e a consciência das mulheres negras sobre as diversas realidades vivenciadas (Collins, 2000; King, 1988).

Collins (2000) traz a ideia de matriz da dominação – conceito em que raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão inter-relacional. Esta autora propõe que as mulheres negras e outros grupos marginalizados sejam

3. A professora Collins é uma teórica social que, em suas pesquisas, tem examinado as questões de raça, gênero, classe social, sexualidade e nação. Seu primeiro livro, *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, foi publicado em 1990, com uma revisão publicada por ocasião do décimo aniversário da publicação em 2000. Collins recebeu o prêmio Jessie Bernard Award of the American Sociological Association (ASA) pela significância de seus estudos de gênero, e o prêmio C. Wright Mills Award of the Society por seus estudos sobre os problemas sociais. Seu segundo livro foi *Race, class, and gender: an anthology*, com a sexta edição publicada em 2007, editado com Margaret Andersen, ele é utilizado em mais de duzentas instituições de ensino superior nos Estados Unidos. *Black sexual politics: african americans, gender, and the new racism* recebeu o ASA 2007 Distinguished publication award. Entre outras publicações da autora, esta é uma referência para os estudos acadêmicos de gênero, raça e classe social nos Estados Unidos.

4. A professora Deborah K. King é socióloga e também publicou diversos trabalhos na área de gênero, raça e classe social nos Estados Unidos. Seus principais trabalhos foram: *Mom-in-chief: othermothering and Michelle Obama, the first lady of the people's house in race in the age of Obama*, editado por Donald Cunningham e Marino Bruce em 2010; *Missing the beat, unraveling the threads: class and gender in afro-american social issues. The black scholar, special issue: afro-american studies in the twenty-first century; The wisconsin conference on afro american studies*. E *Multiple jeopardy, multiple consciousness: the context of black feminist ideology; Signs: journal of women in culture and society*. Este último está entre os dez artigos mais citados e publicados na Signs, e foi reimpresso em mais de vinte antologias devido à tamanha importância que teve para os estudos de gênero e raça nos Estados Unidos.

colocados no centro das análises, abrindo a possibilidade de diálogo na instância conceitual, invertendo o foco das pesquisas para a observação de outros fatores que possam elucidar melhor cada contexto específico da interação entre as opressões.

Collins (2000) argumenta também que o tema central do pensamento feminista negro é o *legado da luta*, visto que todas as mulheres negras compartilham a comum experiência de comporem uma sociedade que as desprivilegia. Esta experiência sugere que certos temas característicos sejam proeminentes do ponto de vista destas mulheres. A autora aborda, ainda, a forma como os estereótipos vinculados à representação social são fontes inesgotáveis de violência contra as mulheres negras e também confinadores sociais. Collins escreveu sobre os quatro principais estereótipos ou imagens de controle sobre as mulheres negras: *i*) a *mammy*⁵ (mãe preta); *ii*) a matriarca;⁶ *iii*) a *welfare mother*⁷ (mãe dependente da assistência social); e *iv*) a *jezebel*⁸ ou a prostituta (tradução livre).

Deborah King também é muito contundente em seus estudos sobre o tipo de abordagem mais apropriada para o caso das mulheres negras. Em uma revisão crítica das teorias de gênero para a análise da condição da mulher negra, esta autora pontua as falhas de abordagens universais, duais e de recortes, e explica como o feminismo negro é diferenciado para as mulheres negras nos Estados Unidos. Observações aplicáveis para o caso brasileiro, guardadas as devidas proporções.

Ao longo do século XX, foram desenvolvidas várias teorias para compreender o lugar da mulher negra, principalmente nos Estados Unidos. Entre as primeiras abordagens, está a analogia entre raça e sexo, modelo que traça um paralelismo entre os sistemas de dominação e experiências dos negros e das mulheres. O resultado é a supressão da experiência das mulheres negras.

5. Tradicionalmente é retratada como a figura da mãe preta em casas brancas do período da escravidão. Adjetivada como uma servente fiel e obediente, a trabalhadora doméstica representa o critério normativo utilizado para avaliar o comportamento de todas as mulheres negras. A mulher que ama e cuida dos filhos brancos do senhor melhor do que a si própria, simboliza a percepção do grupo dominante da relação ideal de feminilidade negra frente ao poder masculino da elite branca. O filme *The help* representa bem esta relação – ele fala sobre uma jovem mulher branca e o seu relacionamento com duas domésticas negras durante a era americana dos direitos civis nos anos 1960. Este estereótipo é comumente utilizado nos filmes e nas novelas.

6. Essa figura representa a mãe negra dentro da família negra, a mãe que não cumpre seus papéis de mãe adequadamente. Por passar muito tempo longe de casa, estas mães que trabalham muito para sustentar seus lares não podem supervisionar adequadamente seus filhos, gerando portanto um importante fator contribuinte ao fracasso escolar dos filhos. São adjetivadas como mulheres excessivamente agressivas, sem feminilidade, masculinizadas, que roubam a autoridade dos seus companheiros. Ao olhos da elite masculina branca, é a mulher que falhou, por sua incapacidade para se modelar a um comportamento apropriado do gênero – branco.

7. Retrata a mulher negra como preguiçosa por conta de receberem assistência social do governo devido a seus muitos filhos e “por isto” não trabalham, com isso não passam a ética do trabalho aos seus filhos. Na representação da mãe dependente da assistência social não há qualquer figura de autoridade masculina para ajudá-la. Normalmente, é retratada como uma mãe solteira. A imagem das mulheres solteiras negras preguiçosas e que recebem assistência social não é incomum no cinema, na TV e em outras mídias. Um bom exemplo é o filme *Preciosa*, que descreve muito bem este modelo.

8. Mulher prostituta, promíscua, sexualmente agressiva. Elo central entre a elite masculina branca e as imagens da mulher negra. Os brancos utilizavam a imagem da mulher negra sexual como justificativa aos ataques sexuais generalizados realizados por eles, fato tipicamente reportado nos livros de Gilberto Freire. No Brasil, esta figura é bem representada pelo estereótipo da “mulata”.

Segundo King (1992, p. 43), aprende-se muito pouco sobre as mulheres negras a partir do paralelismo existente entre racismo e sexism, pois nele a experiência destas mulheres é assumida aparentemente, mas nunca explicitamente. Ao se tornar um mero sinônimo para o grupo de homens negros ou de mulheres brancas e na medida em que em ambos os grupos são equivalentes, a discussão sobre as mulheres negras se torna desnecessária.

Esse tipo de abordagem é bem conhecido e recorrente no Brasil, principalmente na área de informações estatísticas sobre violência e saúde. Nelas, encontram-se dados sobre mulheres em geral, mas que revelam a experiência de vida das mulheres brancas ou dos negros no geral, demonstrando apenas a experiência de vida dos homens negros, acarretando com isso a invisibilidade e negligência no caso das análises sobre a mulher negra.

Outro tipo de abordagem questionado por King (1988) são os modelos aditivos de interpretação, pois a maioria das aplicações dos conceitos do risco duplo – racismo e sexism – e triplo – racismo, sexism e classismo – acaba sendo excessivamente simplista ao assumir que as relações entre as várias discriminações são meramente aditivas, ou seja, o que deveria ser uma análise interseccionada acaba por ser uma análise estratificada e hierarquizada, em que dependendo do elemento ao qual se dá mais destaque se obtém um tipo de resposta diferente. Na análise estatística, isto fica bem nítido, pois na análise baseada na soma – modelo aditivo –, o produto final muda de acordo com a ordem dos componentes da equação, e na análise baseada na multiplicação – modelo múltipla –, independentemente da ordem dos produtos, o resultado final se mantém o mesmo.

King (1988, p. 16) explica ainda que

essas relações são interpretadas como equivalentes à equação matemática: o racismo + o sexism + o classismo é igual ao risco triplo. Neste exemplo, cada discriminação tem um único efeito direto e independente sobre o estado em que a contribuição relativa de cada um é prontamente aparente. Este processo simples incremental não representa a natureza da opressão das mulheres negras, eleva as afirmações não produtivas que um fator pode e deve suplantar o outro [...]. Um modelo interativo, que eu tenho chamado risco múltiplo,⁹ capta melhor os processos.

Para a leitura das informações do suplemento *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil* da PNAD 2009, será aplicada uma leitura múltipla dos riscos de exposição à vitimização, cruzando sempre que possível as variáveis raça, gênero e classe social para cada ocorrência, como esforço inicial para entender a experiência da violência na vida das mulheres negras brasileiras.

9. *Multiple jeopardy* é o nome da teoria em inglês.

3 AS PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO PARA A ANÁLISE DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER

Analisar a violência contra as mulheres é um desafio por seu caráter multivariado. Diversos são os *motivos estopins*,¹⁰ ou seja, as situações imediatas que precedem os atos de violência e as formas de sua manifestação, entre elas: conflitos na família, intolerância religiosa, perigos urbanos, racismo, desigualdades socioeconômicas, violências sexuais, conflitos nas relações conjugais-afetivas-sexuais, situações de guerra, conflitos por terras e falta de segurança na sociedade em geral. A incidência e a intensidade destas situações estão diretamente ligadas ao *status* da mulher em cada sociedade. Muitos estudos têm discutido que a violência é marcante nas relações desiguais de gênero¹¹ entre homens e mulheres, relacionando-se intimamente com as opressões de raça, classe social, orientação sexual e outras formas de discriminação e preconceito.

No mundo inteiro, casos de agressões contra mulheres, letais ou não, são bastante frequentes e em cada lugar seguem diferentes justificativas e contextos, assim como possuem suas legislações e percepções específicas que acabam ligando-se intrinsecamente ao *status* da mulher em cada sociedade. Como o assunto na maioria dos países ainda se constitui um tema de entrelinhas tanto para a sociedade civil, quanto para o Estado brasileiro, torna-se difícil conseguir informações sobre os casos, devido ao silêncio que envolve as ocorrências, a denúncia e o tratamento. Por sua vez, devem-se acompanhar os esforços nacionais e internacionais originários das demandas sociais para a modificação deste quadro, além de conceber a violência contra a mulher como um processo que não é estático e sim metamorfozado no tempo e espaço.

Segundo Bandeira e Melo (2010, p. 26):

A efervescência do movimento de mulheres a partir da segunda metade dos anos 1970 foi marcada pela diversidade das agendas feministas, e a violência contra as mulheres ganhou espaço na mídia, sobretudo depois dos assassinatos cometidos por esposos e companheiros. Repercucitaram nacionalmente as mortes de Ângela Diniz (RJ), Maria Regina Rocha e Eloísa Balesteros (MG) e de Eliane de Gramont (SP). Em outubro de 1980, foi criado em São Paulo o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, o SOS Mulher. A consigna do movimento de mulheres mineiras *Quem ama não mata* consagrada pela minissérie da TV Globo ganhou o Brasil, com a recomendação da criação de centro de autodefesa. Esta experiência de ação política dos movimentos sociais intitulados SOS multiplicou-se pelo país, e se constituiu em uma iniciativa pioneira de acolhimento das mulheres em situação de violência. A ação dos SOS estimulou as feministas a demandarem uma atuação do Estado, que respondeu com a

10. O fato de utilizar o termo “motivo” não implica que a autora considere que existam motivos autorizadores da violência. Pelo contrário, ela tenta desconstruir a ideia da existência de motivos que possam justificar uma agressão e questiona a argumentação inerente a eles.

11. Segundo Scott (1995), gênero é uma categoria de análise social e histórica que permite compreender as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual, isto é, saberes que dão significados às diferenças corporais e implicam uma organização social a partir delas. Estes saberes não são absolutos, mas sim relativos para cada cultura.

criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM), tendo, a primeira DEAMs, sido inaugurada em São Paulo, em 1985.

A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) foi a primeira grande inovação na área de segurança pública para as mulheres no Brasil, como um marco para o entendimento das práticas que envolvem a prevenção e atenção à violência contra a mulher. Uma década mais tarde, o Estado brasileiro ratifica a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, de 1994, assumindo o compromisso de adotar as medidas necessárias para o enfrentamento e a erradicação da violência contra a mulher. A Convenção de Belém do Pará define o conceito de violência a ser adotado pelos países como:

qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. [...] Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Agende, 2004, Artigos 1º e 2º, grifos nossos).

Desse ponto em diante, cria-se um parâmetro para que os movimentos sociais e as políticas públicas possam se apoiar para reivindicar, monitorar e implementar medidas. É importante destacar que tanto o uso dos conceitos quanto o maior volume de políticas efetivas para as mulheres se intensificam a partir da condenação do Estado brasileiro por violações contra as mulheres pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2001.¹²

Outra iniciativa de mudanças no quadro judicial e constitucional bastante positiva e mais eficiente até o momento foi a sanção da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), em agosto de 2006. Esta lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela dialoga com a própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988), com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw, 1979, foi assinada pelo

12. Em maio de 1983, Maria da Penha dormia quando o então marido, Viveros, deu um tiro em suas costas, ele simulou que o caso se tratava de um assalto e ela ficou paraplégica. Após quatro meses no hospital, ao voltar para casa, em Recife, sofreu novamente tentativa de assassinato. Desta vez, ele tentou eletrocutá-la, quando a farsa foi descoberta. Em 1998, passados quinze anos do crime, o agressor de Maria da Penha foi julgado e condenado duas vezes e em ambas saiu livre do fórum devido a recursos. Por este motivo, deu-se entrada em denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos via Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) sobre o caso, em que em 2001, o órgão internacional condenou o Brasil pela omissão, tolerância e impunidade com que tratava os casos de violência doméstica e recomendou ações para mudar a legislação para coibir a violência contra a mulher e pagar reparação a Maria da Penha.

Brasil em 31 de março de 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, em 1º de fevereiro de 1984, com reservas), e a Convenção de Belém do Pará, de 1994.

A Lei Maria da Penha prevê, no âmbito jurídico, a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A lei, no sentido de sanar a deficiência de informações sobre violência contra a mulher, prevê no título III, cap. I, no Artigo 8º, § II:

a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, *com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia*, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas (Brasil, 2006).

Existem também demandas de informações sobre a violência contra a mulher no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que em seu capítulo XI – Gestão e monitoramento do plano (Brasil, 2008), prevê, entre suas prioridades: *i*) produzir, organizar e disseminar dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero, raça e/ou etnia, violência contra as mulheres, orientação sexual e direitos humanos; e *ii*) implantar o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre violência contra as mulheres. Como pode ser visto, todas estas iniciativas clamam por informações e ressaltam a importância da raça/cor e etnia.

Os dados disponíveis no Brasil resultam de iniciativas governamentais e da sociedade civil organizadas no campo das ações e políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, mas não configuraram uma sistematização de dados estatísticos sobre o assunto e desenho de diagnósticos das dimensões do problema, como tratado anteriormente. As pesquisas existentes se guiam por uma série de bases de informações elaboradas com diversas outras finalidades, cada uma com seus limites e potencialidades. É possível mencionar duas fontes clássicas do estudo da violência: a Declaração de Óbito¹³ (DO) e os boletins de ocorrência policial¹⁴ (BOs).

13. As Declarações de Óbitos (DOs) são documentos de saúde pública e recolhidas periodicamente por órgãos estaduais. Estes órgãos são responsáveis pela digitalização e análise das informações. A DO é preenchida pelo médico – ou perito-legista, no caso de morte por causas não naturais – e deve ser levada ao cartório de registro civil. As informações são, depois, transferidas para os órgãos de estatística estaduais e, em seguida, para o Ministério da Saúde (MS), que administra desde 1975 o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/MS). O SIM funciona em nível nacional e foi responsável pela implantação do modelo padronizado de DO. As DOs são as bases de informação para as taxas de mortalidade e também possibilitam análises analíticas, por isso são de grande valor. O grande limite para o estudo sobre a violência contra a mulher é a impossibilidade de saber informações sobre o agressor, o grau de envolvimento com a vítima e o tipo de motivações para a agressão (Romio, 2009).

14. O Boletim de Ocorrência (BO) é um documento de segurança pública, utilizado pela Polícia Civil para o registro da notícia do crime, isto é, para transcrever a comunicação oral do notificador processual na unidade policial – Distrito Policial (DP) – e registrar as providências preliminares adotadas. O BO é o primeiro documento oficial a registrar o fato e será peça fundamental para o prosseguimento ou não de inquérito policial. É um documento que sintetiza os fatos, as personagens e as circunstâncias do evento, por isso, é de grande valor para a pesquisa. Sua maior limitação é a deficiência no preenchimento e na disponibilidade dos dados e a “polissemia” na narrativa que compõe o documento (Romio, 2009).

A DO traz em seu corpo apenas informações sobre as vítimas, dificultando o entendimento do contexto e do cenário da violência; e o BO, embora tenha informações sobre a ocorrência e o agressor, e seja possível de verificação das relações entre vítima e agressor apenas por meio da análise do histórico registrado no documento, depende de discursos e interpretações legais, jurídicas e de prática policial, que muitas vezes também não privilegiam e até invisibilizam aspectos de gênero e raça. De qualquer forma, são fontes valiosas de dados para estudos longitudinais, ao contrário dos suplementos da PNAD sobre vitimização que, por não serem dotados de periodicidade definida, não se prestam a este tipo de análise.

Empiricamente, a violência e seus impactos na sociedade têm sido analisados apenas por meio de casos extremos de violência, como as agressões que levaram a morte ou geraram entrada no sistema de saúde e/ou na segurança pública – acidentes, agressões físicas e sexuais que geraram morte ou não, mas que foram efetuadas intencionalmente por terceiro ou autoprovocados, como no caso dos suicídios. Estes estudos são frequentemente conhecidos na epidemiologia, demografia e saúde pública, como estudos das causas externas de morbimortalidade; e na sociologia, antropologia e criminologia, como estudos de violência urbana e padrões de criminalidade. Eles sugerem análises que geralmente não levam em consideração a participação feminina na violência, seja como agressora, seja como vítima, preferindo abordagens “neutras”, mas que geralmente apontam para a experiência masculina da violência. Nem ao menos a abordagem sobre estas mortes sob a teoria dos feminicídios foi devidamente traduzida para o contexto brasileiro.

Segundo Soares (2006), foram poucas as pesquisas de caráter estatístico feitas no Brasil sobre a questão da violência, o que dificulta qualquer diagnóstico cientificamente embasado sobre esta questão. Concorda-se com a afirmação da autora ao dizer que “Não dispomos, portanto, até o presente momento, de uma pesquisa brasileira, que contenha informações consistentes sobre os padrões, a magnitude, as conexões e os impactos das violências a que estão submetidos, tanto homens quanto mulheres, em diferentes contextos” (Soares, 2006, p. 2).

Dessa forma, a utilização das informações da PNAD pode contribuir para gerar informações sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Entre as perguntas do suplemento, a questão 18, “No período de 27 de setembro de 2008 a 26 de setembro de 2009, foi vítima de agressão física?”, analisada em conjunto com outros itens que informam sobre o tipo de relação com o agressor e local de ocorrência, pode atender em parte as propostas de diagnósticos da violência contra as mulheres. As desagregações por raça/cor, região e idade, tradicionalmente coletadas pelo questionário principal da PNAD, por sua vez, podem responder a esta demanda pela leitura interseccionalizada dos dados.

Por seu turno, uma pesquisa concebida para investigar o fenômeno da vitimização, como o suplemento da PNAD, consiste em uma série de perguntas, feitas a pessoas escolhidas para representarem a população, sobre terem ou não sido vítimas de algum tipo de violência. Este tipo de dado pode ser empregado para diagnósticos sobre a criminalidade e a violência e para orientar políticas públicas de segurança. Além disso, são pesquisas que revelam a percepção da violência da população exposta ao risco (Soares, 1999; 2006).¹⁵

Considerando que as agressões físicas são apenas uma das formas de manifestação da violência contra a mulher, conforme expresso no texto da Convenção de Belém do Pará, e aceitando as limitações desta metodologia, a potencialidade desta base para gerar informações em um cenário no qual não existem dados nacionais de qualquer natureza é de grande valor. Vale assinalar que o estudo destes dados traz contribuições tanto para as ciências sociais quanto para o aprimoramento das políticas públicas e do monitoramento da violência contra a mulher no geral e, especialmente, para o caso das mulheres negras.

Os microdados das PNADs são de livre acesso na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como as tabelas de variáveis descritivas do perfil das vítimas, porém estas tabelas não relacionam sexo e raça/cor simultaneamente. Desta maneira, os dados dispostos na publicação *Retratos da desigualdade de gênero e raça* utilizados neste artigo são especiais, porque contêm as categorias descritivas: mulher negra, mulher branca, homem negro, homem branco, contribuindo assim para as identificações dos diferenciais para as análises da violência segundo a metodologia da intersecção.¹⁶ Considerando todo o exposto, seguem os dados.

4 ENCRUZILHADA ESTATÍSTICA: ANALISANDO OS DADOS DE VITIMIZAÇÃO DA PNAD 2009¹⁷

O objetivo desta análise é, primeiro, avaliar se há diferença quanto a incidência da vitimização por agressão entre as mulheres segundo sua raça/cor e, depois, detectar se há diferença entre os perfis das vítimas negras e brancas segundo escolaridade, estado conjugal, grande região e idade. Feito isto, serão abordados os

15. Segundo Soares (2006), no nível municipal, foram realizadas, até 2006, 23 pesquisas sobre vitimização em diferentes cidades brasileiras, com diversificadas metodologias e processos de coleta que tornaram difíceis os estudos comparativos. Além disso, a maior parte destas pesquisas se limitou ao estudo do tema em capitais, principalmente na região Sudeste (Soares, Borges e Campagnac, 2007).

16. Vale a pena observar o que é efetivamente entendido como raça/cor na PNAD. A categoria “negra” utilizada na publicação *Retratos da desigualdade de gênero e raça* foi construída a partir da agregação das categorias de cor preta e parda do sistema de classificação da cor e/ou raça das pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Podem ser atribuídos vários motivos para a implementação deste procedimento. A autora considera que os autodeclarados de cor preta e parda compõem o grupo racial negro.

17. Os dados utilizados são originários das tabulações disponibilizadas na publicação *Retratos da desigualdade de gênero e raça*, sendo que, para fins deste estudo, as informações foram reorganizadas e recortadas para os casos específicos estudados neste artigo e transformados em gráficos quando pertinente à análise proposta.

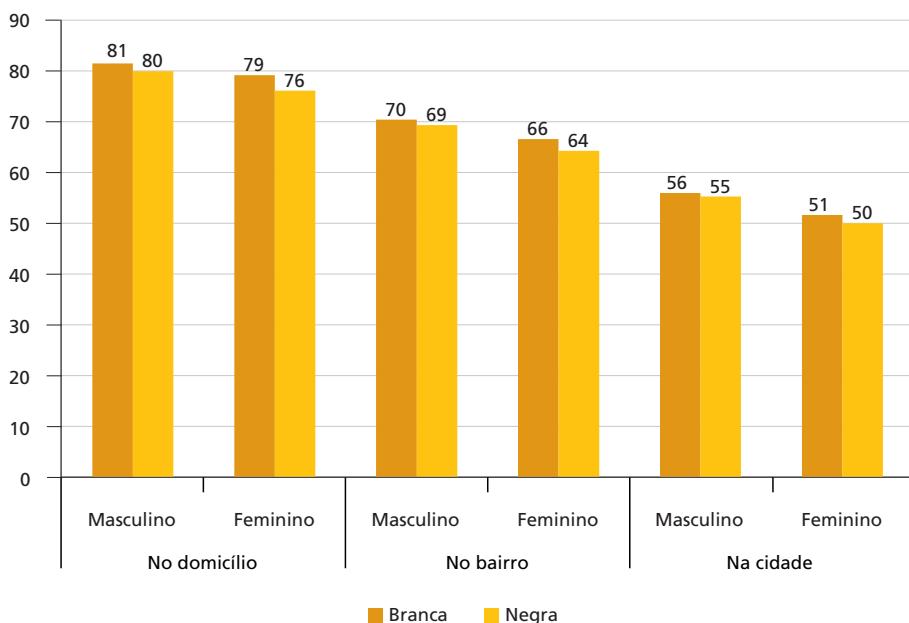
diferentes contextos de agressão física das mulheres negras e brancas, ou seja, a relação com os agressores e locais de ocorrência. Por último, será avaliada a questão da denúncia e queixa observando se há diferenças segundo raça/cor das vítimas. Esta é uma proposta simples, mas acredita-se que possa trazer alguns indícios para a compreensão da vitimização de mulheres segundo raça/cor no Brasil.

Antes de apresentar os dados sobre a agressão física, é interessante observar a questão da sensação de segurança que homens e mulheres brasileiras declararam sentir em relação ao domicílio, ao bairro e à cidade. Esta foi a pergunta que abriu o suplemento da PNAD. Como pode ser acompanhado no gráfico 1, as mulheres se sentem menos seguras no lar que os homens: 77,2% das mulheres e 80,2% dos homens declararam se sentir protegidos no domicílio, uma diferença de 3 pontos percentuais (p.p.). Esta diferença pode ser interpretada tanto pelo fato dos ambientes externos ao domicílio serem mais agressivos para os homens e, por isto, a sensação de maior segurança no lar, quanto por traduzir o domínio masculino no lar, transformando, assim, o ambiente doméstico menos seguro para as mulheres.

GRÁFICO 1

Proporção da sensação de segurança na população de 10 anos ou mais de idade, segundo local, sexo e cor/raça – Brasil (2009)

(Em %)



Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Vale observar que, embora exista esta diferença na sensação de segurança no domicílio para homens e mulheres, é neste ambiente, em relação ao bairro e à cidade, o local em que homens e mulheres se sentem mais seguros. Ou seja, quanto mais distante do domicílio, maior a sensação de insegurança experimentada pelos indivíduos. Nos ambientes externos à residência, 69,4% dos homens e 65,0% das mulheres se sentiam seguros no bairro, e 55,2% e 50,5%, respectivamente, na cidade. Veja que a cidade é o ambiente mais inseguro para ambos os sexos, sendo que, para as mulheres, a diferença chega a 5 p.p., o que pode significar que as mulheres estejam também sentindo os perigos da violência urbana impactando os seus cotidianos, como homicídios, assaltos, estupros entre outros crimes que vêm se intensificando contra as mulheres na última década. É especialmente importante notar o componente sexual desta violência urbana que atinge a mulher, demonstrando que inclusive no espaço urbano e aparentemente como um gênero neutro, existe a vitimização feminina baseada em gênero.

Interessante essa inversão representada pelos dados das mulheres e dos homens no domicílio e na cidade, pois é sabido da literatura que explora o impacto da violência e a sua relação com o gênero que homens são as maiores vítimas da violência na cidade e as mulheres as maiores vítimas da violência no domicílio. Então, o que levou mulheres a identificarem o lar como o ambiente mais seguro em relação ao bairro e à cidade, e ao mesmo tempo se sentirem mais inseguras que os homens na cidade, no bairro e na residência? Acredita-se que apenas o entendimento multifacetário do fenômeno da violência contra a mulher possa dar boas respostas a esta pergunta, ou seja, racismo, sexism e classe social se manifestam na percepção de segurança de mulheres e homens em relação aos seus ambientes geopolíticos.

Observando os mesmos dados e detendo atenção aos diferenciais de raça/cor para as mulheres, verifica-se diferença na sensação de segurança para mulheres negras e brancas, em que mulheres negras se sentem 3 p.p. menos seguras no domicílio que mulheres brancas no mesmo ambiente – respectivamente, 78,7% das mulheres brancas e 75,7% das mulheres negras declararam sentirem-se seguras no domicílio. Esta diferença, embora seja percentualmente pequena, pode sugerir que as mulheres negras se sentem menos seguras em seus lares que as mulheres brancas.

O segundo lugar mais seguro segundo a percepção das mulheres é o bairro, onde diminui a diferença percentual entre mulheres negras e brancas para 2 p.p. – respectivamente, 64% e 66%. E o local de menor sensação de segurança é a cidade, onde a diferença racial entre as vítimas – homens e mulheres – diminui para 1 p.p.

Como exposto no início do texto, a agressão física constitui apenas um tipo de violência entre as múltiplas formas pelas quais ela se manifesta, outra ressalva centraliza-se no fato de o questionário não ter sido concebido para a averigução da violência contra a mulher baseada em gênero, porém no quadro de deficiência

do campo das pesquisas sobre o tema, pode se tornar um bom parâmetro para o entendimento do fenômeno.

Abordando propriamente os dados de agressão física, pode-se observar que há pequena proporção de mulheres e homens que declararam terem sofrido agressão física, apenas 1,8% dos homens e 1,3% das mulheres. Entende-se que isto ocorra porque ser agredido, ainda nos dias de hoje, constitui em causa individualizada, em que a “culpa” é colada a própria vítima, causando estigmatização das(os) agredidas(os). Além disso, outros elementos merecem ser destacados, como o medo de denunciar, as ameaças, a preocupação com a família, o atendimento recebido pelo Estado e a pouca confiança nas instituições públicas, entre outras questões.

Pode-se notar na tabela 1, que existe uma concentração das taxas de vitimização na população negra, tanto em relação às vítimas do sexo masculino, quanto às do sexo feminino: homens e mulheres negras são mais vitimizados que homens e mulheres brancas por agressão física, respectivamente na diferença de 0,6 p.p. a mais entre homens e 0,3 p.p. de diferença a mais na proporção de vítimas mulheres quando negras. Esta diferença acompanha outros índices de violência, como os índices de homicídio e incidência de feminicídios, que atingem mais a população negra jovem brasileira.

TABELA 1

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão,

segundo sexo e cor/raça – Brasil (2009)

(Em %)

Sexo	Masculino		Feminino	
	Branca	Negra	Branca	Negra
	1,5	2,1	1,1	1,4

Fonte: IBGE (2010).

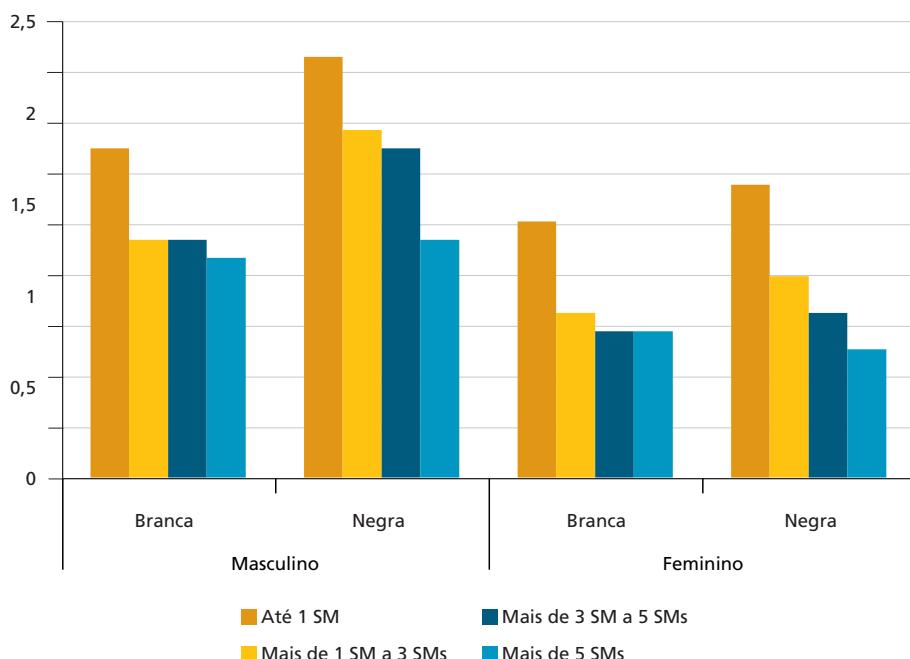
Elaboração: Disoc/Ipea.

Uma temática muito debatida é a associação entre a violência e pobreza, tanto no que diz respeito ao perfil das(os) agredidos(as), quanto dos agressores(as). Pode-se verificar nos dados do gráfico 2 que a maior incidência de agressão se dá nas camadas de menor renda, independentemente do sexo e da raça/cor das vítimas. É possível notar, porém, que existem mais relatos de agressões nos grupos de baixa renda; ainda que exista uma relação mais forte entre violência e pobreza, expressa nos dados, ela não é absoluta, sendo possível notar situações de agressão independentemente do nível socioeconômico e da potencial autonomia financeira que a mulher e o homem vítimas da violência possam vivenciar.

Como pode ser observado no gráfico 2, os(as) agredidos(as) se concentram majoritariamente no grupo de renda de até um salário mínimo (SM) e de um a três SMs, o que sugere que a violência mais alta incide nas classes econômicas de menor renda. As diferenças de renda são pequenas ao considerar a raça/cor dos(as) agredidos(das), o que dificulta analisar, por meio deste dado, a relação entre raça/cor e renda na vitimização por agressão física. Observa-se então que a distribuição de renda é mais escalonária para a população negra que para a população branca.

GRÁFICO 2

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo, cor/raça, e faixa de rendimentos – Brasil (2009)
(Em SM)



Fonte: IBGE (2010)

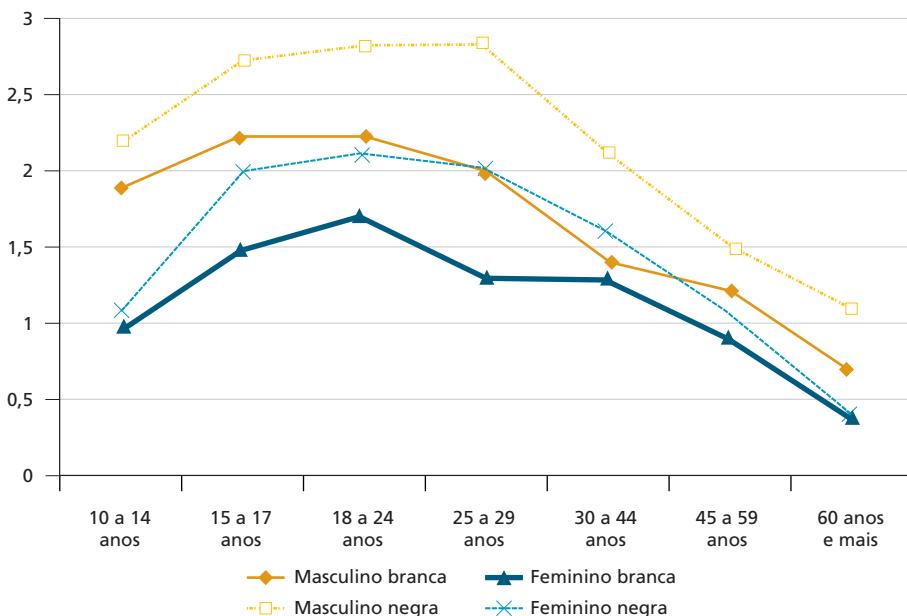
Elaboração: Disoc/ipea.

O gráfico 3 informa o padrão etário das pessoas que declararam terem sido vítimas de agressão física. Nele observa-se que o grupo das mulheres negras concentra-se nas faixas etárias das mais jovens. Este padrão de comportamento das agressões tem forte relação com o padrão da vitimização feminina segundo raça/cor por homicídios: as mulheres negras também superam as brancas tanto em número de ocorrências – tendo taxas superiores às das mulheres brancas –, quanto em

seu comportamento por idade, que também tem padrão mais rejuvenescido e mais concentrado nas faixas mais jovens em comparação ao grupo de mulheres brancas. Fato que chama atenção para a manutenção dos diferenciais de raça/cor para todos os grupos etários, independentemente do sexo da vítima – dado também constatado nos dados de vitimização (Romio, 2009). Outra observação a ser realizada refere-se ao fato da manutenção de altas taxas de diferenciais de raça/cor no intervalo do grupo de 18 a 24 anos e do grupo de 25 a 29 anos para homens e mulheres negras, o que não ocorre para a raça/cor branca – neste grupo, o número cai.

GRÁFICO 3

Proporção da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão, segundo sexo, cor/raça e faixa etária – Brasil e regiões (2009)



Fonte: IBGE (2010).

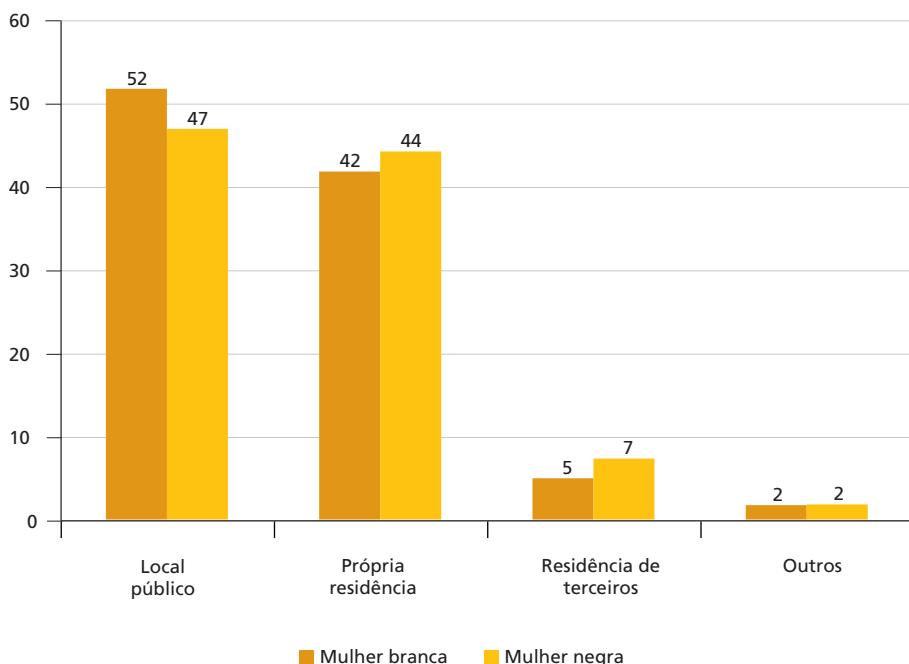
Foi possível constatar até agora que o perfil das vítimas de agressão física no Brasil se difere por raça/cor em relação a qualquer outra variável explicativa da incidência, tanto para homens quanto para mulheres.

No gráfico 4, verifica-se a distribuição por raça/cor das mulheres vítimas de agressão física por local de ocorrência, nota-se que, embora sejam muito próximos os percentuais, as mulheres negras têm como cenário de mais incidência de agressão a própria residência ou a de terceiros; e as mulheres brancas, a via pública.

Esse é um dado muito interessante, visto que a violência doméstica se configura como ligada diretamente ao ambiente da casa, isto pode significar que as mulheres negras estão mais expostas a este tipo de violência que as vítimas brancas, inclusive quando a residência é de terceiros.

GRÁFICO 4

Distribuição da população feminina de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, segundo cor/raça e local da agressão – Brasil (2009)
(Em %)

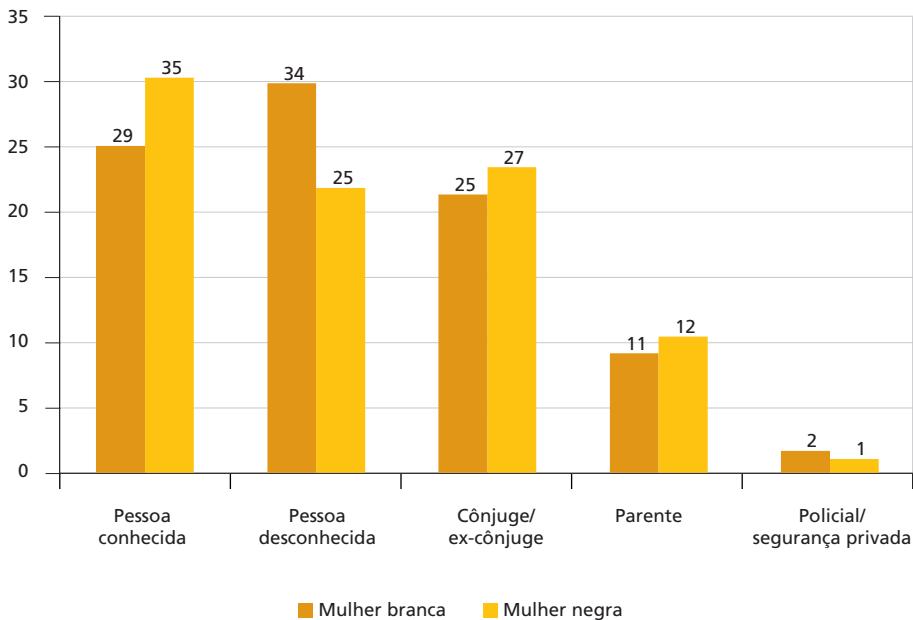


Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Um outro dado importante para a análise de gênero e raça é identificar o tipo de relação que essas mulheres tinham com seus agressores e se este ator da agressão muda conforme raça/cor da vítima. No gráfico 5, verifica-se que as mulheres negras foram majoritariamente agredidas por pessoas da sua rede de conhecidos, ao passo que a mulher branca foi percentualmente mais agredida por desconhecidos. Isto pode revelar tanto que a mulher branca tem mais disposição a declarar agressão quando esta parte de terceiros, quanto que as mulheres negras são mais agredidas no interior de sua rede de apoio e conhecimento.

GRÁFICO 5

Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, segundo cor/raça do agredido e identidade do agressor – Brasil (2009)
(Em %)



Fonte: IBGE (2010)
Elaboração: Disoc/Ipea.

Uma das relações mais interessantes para a análise da violência contra a mulher e os possíveis diferenciais por raça/cor é revelada na possibilidade de se descobrir o local onde ocorreu a agressão e quem foi o agressor na última agressão. Na tabela 2, nota-se que quando a agressão ocorre na residência da vítima, o tipo de agressor tende a fazer parte da rede de relações da mulher: em 50% dos casos, quando a agressão se dá no ambiente doméstico, são cônjuges ou ex-cônjuges os agentes da violência. No entanto, quando ela se dá em ambientes públicos, as agressões são cometidas majoritariamente por desconhecidos. Desta forma, os dados corroboram aspectos amplamente debatidos na literatura sobre violência doméstica nacional e internacional, a qual, contudo, não explorou satisfatoriamente a dimensão racial (Saffiotti, 1999).

Em relação à questão racial entre as mulheres, uma diferença percebida é que, na residência das mulheres negras e brancas, destacam-se como agressores os (ex)cônjuges e parentes, sendo que, para as mulheres negras, nota-se um aumento de pessoas conhecidas que a agrediram na residência, 24,2%, enquanto o percentual foi de 18,1 para as mulheres brancas. Quando o ambiente onde

ocorreu a agressão foi a casa de terceiros, o principal agressor de brancas e negras foi o conhecido (39,7% para negras e 36,1% para brancas), seguido pelo (ex)cônjuge, que representou 31% e 27,2% dos agressores, respectivamente. Esta diferença pode sugerir que a mulher negra seja agredida pelo (ex)companheiro independentemente do local, pois também nota-se que elas foram agredidas por cônjuges e ex-cônjuges em local público em maior proporção que as mulheres brancas – 3,7% das mulheres brancas, em contrapartida, o dobro das mulheres negras, 7,6%, sofrem no mesmo ambiente e tipo de agressão. Para as mulheres brancas, o ambiente público tem como ator da agressão o desconhecido (57%). Isto significa que raça/cor tem impacto no perfil do agressor e/ou do local da agressão no espaço público. É necessário um esforço maior para interpretar este dado, mas sabe-se que esta informação pode ter relação aos cuidados com a imagem da mulher branca no espaço público e suas perspectivas de proteção neste espaço, algo que ocorre com menor frequência para a mulher negra. Sugere-se a leitura deste dado relacionado às imagens de controle da imagem da mulher negra e sua exposição à violência e violação na mídia e na vida pública, inclusive quando estas agressões partem de suas redes de proteção, como parentes e afins.

TABELA 2

População feminina de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, por raça/cor, local da agressão e identidade do agressor – Brasil (2009)
 (Em %)

	Relação entre agressor(a) e vítima/local da agressão	Própria residência	Residência de terceiros	Local público	Outros	Total
Negra	Cônjugue/ex-cônjuge	47,6	31,1	7,6	8,2	26,9
	Parente	20,4	18,8	3,4	1,8	12
	Pessoa conhecida	24,2	39,7	42,9	62,1	34,8
	Pessoa desconhecida	7,3	8,2	44,9	17,2	25,1
	Policial/segurança privada	0,5	2,2	1,3	10,8	1,2
	Total	44,1	7,3	46,8	1,8	100
números absolutos		266.050	43.937	282.674	11.070	603.731
Branca	Cônjugue/ex-cônjuge	50,8	27,2	3,7	2,5	24,5
	Parente	20,4	24,6	1,3	2,1	10,5
	Pessoa conhecida	18,1	36,1	35,5	65,2	28,8
	Pessoa desconhecida	9	9,4	57,2	30,2	34,3
	Policial/segurança privada	1,6	2,7	2,2	0	1,9
	Total	41,7	4,9	51,6	1,7	100
números absolutos		195.453	23.070	241.693	7.966	468.182

Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Na tabela 3, verifica-se que, das mulheres que se declararam vítimas de agressão física, cerca de 50% procuraram a polícia, sendo o percentual de mulheres brancas maior em 3 p.p. com relação às mulheres negras, e chegando a diferença de 10 p.p quando o agressor é o (ex)conjuge. A maioria das mulheres que procuraram a polícia o fez quando o agressor era o cônjuge ou parente.

TABELA 3

Distribuição da população de 10 anos ou mais de idade vítima de agressão física, segundo raça/cor da agredida e forma de denúncia – Brasil (2009)
(Em%)

Cor/raça	Agressor	Procurou a polícia			Não procurou a polícia	Total
		Registrou queixa	Não registrou queixa	Total		
Negra ¹	Ex-cônjuge ou cônjuge ou parente	46,4	5,5	51,9	48,1	100
	Pessoa conhecida	45,2	5,6	50,8	49,3	100
	Pessoa desconhecida ²	38,1	6,6	44,7	55,3	100
	Total	43,8	5,8	49,6	50,4	100
Branca	Ex-cônjuge ou cônjuge ou parente	50,5	11,1	61,6	38,5	100
	Pessoa conhecida	45,7	3,7	49,4	50,6	100
	Pessoa desconhecida ²	44,7	5,4	50,1	49,9	100
	Total	47	6,9	53,9	46,1	100

Fonte: IBGE (2010).

Elaboração: Disoc/Ipea.

Notas: ¹ A população negra é composta por pretos e pardos.

² Policial e segurança privada.

Uma informação muito importante a ser analisada é a atitude que mulheres negras e brancas tiveram perante uma situação de agressão, isto revela a possibilidade de saber se a agredida que procurou a polícia registrou ou não a queixa.

É interessante notar que, em comparação, do total que sofreram agressão física, aproximadamente 54% das mulheres brancas procuraram a polícia, contra 50% das mulheres negras. E na hora do registro da queixa, esta diferença diminui, assim como o número de mulheres brancas e negras que chegam realmente a registrar a queixa, sendo que 47% das mulheres brancas e 44% das mulheres negras a efetivam. Das mulheres que procuraram a polícia, 82% das brancas e 89,4% das negras registraram a queixa. O que demonstra mais disposição da mulher negra em registrar a queixa, embora seja mais difícil ir à polícia.

Uma relação interessante se expressa na diferença entre as mulheres que não procuraram a polícia e o tipo de agressor, a mulher branca não procurou a polícia principalmente quando seu agressor era uma pessoa conhecida, 50,6%. No entanto, a mulher negra não procurou a polícia principalmente quando o agressor era desconhecido, 55,3%.

Uma das possíveis explicações para essa diferença é o descrédito com que as denúncias de mulheres negras são tratadas em uma sociedade racialmente desigual, como falado anteriormente, ou seja, o racismo institucional. Este fato é particularmente agravado quando a agressão da vítima negra não ocorre na presença de testemunhas que possam corroborar sua narrativa, fato muito frequente na violência doméstica.

Desse modo, fatores diversos parecem operar para o registro de ocorrências de agressão física segundo a raça/cor das vítimas. Além das dificuldades que decorrem da resistência das instituições policiais e de justiça em processar agressores, recorrendo a práticas de reconciliação que contrariam a legislação em vigor, as mulheres negras mencionam com mais frequência se sentirem mais expostas e com medo, preferindo resolver o problema de outra forma ou sozinha, o que sugere o desconhecimento do registro como direito.

Assim, os entraves à denúncia são aventados antes do contato com a polícia. Observa-se na tabela 4 os motivos que levaram mulheres brancas e negras a não registrarem a queixa.

TABELA 4

Distribuição percentual da população feminina de 10 anos ou mais de idade que vítima de agressão física e que não registrou queixa, por cor/raça do agredido, segundo motivo de não ter registrado a queixa – Brasil (2009)

Motivo	Mulher branca	Mulher negra
A polícia não quis fazer o registro	21,6	27,8
Resolveu sozinho	16,1	17,1
Medo de represália	7,4	16,4
Não era importante	6	11,7
Falta de provas	9,8	7,5
Não acreditava na polícia	5,9	5,7
Outro	22,8	4,9
Não queria envolver a polícia/desistiu	6,6	4,8
Recorreu a terceiros	2,6	2,6
O registro foi feito em outro órgão	1,2	1,5
Total	100	100

Fonte: IBGE (2010).
Elaboração: Disoc/Ipea.

Para as mulheres brancas, as maiores dificuldades foram observadas no interior de instituições do Estado, uma vez que o contato com as autoridades já havia sido feito. Os principais obstáculos para estas mulheres foram, na seguinte ordem de concentração: a polícia não quis fazer o registro; resolveu sozinha; e falta de provas. Para a mulher negra, os motivos foram: a polícia não quis fazer o registro; resolveu sozinha; medo de represália; e não era importante. Ou seja, para as mulheres negras, as questões estão ligadas ao acesso à polícia, a elas se reconhecerem como vítima e superarem o medo, e o isolamento de suas questões com o Estado. Note-se que a distribuição das causas para a mulher negra é mais diversificada, bem definida nos tipos e menos concentrada que para as mulheres brancas. Estas alegam não registrar suas queixas por motivos “outros”, seguido intensamente do motivo da polícia não querer fazer o registro, que é o primeiro e grande motivo para as mulheres negras também não registrarem suas ocorrências.

Tais particularidades evidenciam diferentes perspectivas quanto às autoridades e sugerem que o aprimoramento de políticas públicas de atendimento às vítimas deve desconstruir práticas racistas que impedem as mulheres negras de reivindicar seus direitos.

De uma maneira geral, fica nítida na leitura dos dados que a agressão física obedece padrões diferenciados para as mulheres segundo raça/cor. As dinâmicas familiares e de gênero pareceram diferentes nas justificativas, nos contextos e nos perfis de vitimização para as mulheres negras e brancas. É importante ressaltar a forte marca da violência doméstica contida nas agressões contra as mulheres negras, a extração da violência conjugal para ambientes fora das “quatro paredes” e as dificuldades diferenciadas no momento da queixa. Isto mostra que a análise de gênero deve ser interseccionalizada da análise de raça para um estudo mais complexo da violência contra a mulher brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de limitado, o suplemento *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil* da PNAD 2009 fornece informações importantes sobre o fenômeno da violência contra as mulheres no Brasil.

Para compreender aspectos complexos desse tipo de violência, é necessário conceber uma investigação com um questionário que capture nuances da opressão de gênero e aborde, também, manifestações mais sutis e cotidianas da violência, por exemplo, as pesquisas de percepções da violência contra a mulher no México – Encuesta Nacional sobre la Dinámica de las Relaciones en los Hogares, 2003, 2006 e 2011 – e no Chile – Encuesta Nacional de Victimización por Violencia Intrafamiliar y Delitos Sexuales, 2008. Além disso, deve-se vislumbrar uma pesquisa periódica, que permita a análise longitudinal dos dados.

Faz-se relevante realizar pesquisas qualitativas sobre o impacto do racismo na vida das mulheres brasileiras, assim como sobre os impactos psicológicos, econômicos, sociais, políticos, materiais e subjetivos deste fenômeno histórico na vida das mulheres negras brasileiras. Muito importante também é encontrar formas de superar isto tudo, e identificar quais seriam as políticas públicas mais adequadas para eliminar o resíduo do racismo nas condições e trajetórias de vida destas mulheres.

É fundamental considerar os aspectos da violência racial especificada por gênero que acomete as mulheres negras brasileiras. Esta experiência tem sido profundamente invisibilizada e negligenciada, seja pelas políticas públicas, seja pelos trabalhos acadêmicos e pelas instituições de pesquisa, que geralmente não costumam avaliar o fenômeno por raça/cor e gênero, que se conforma apenas com uma das características – ser *o negro* ou ser *a mulher*.

Uma compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres que leve em consideração a interseccionalidade de gênero, classe social e raça e se comprometa com a promoção dos direitos humanos das mulheres negras sugere uma agenda de pesquisa e intervenções no campo do Estado muito mais ampla, que capture as várias tramas, como o contexto urbano, a violência sexual, a relação entre patriarcado e racismo, as explorações da imagem da mulher negra na mídia e os estereótipos inclusive dentro das instituições, como exemplificado no simples caso da dificuldade de registrar uma queixa na polícia.

No caso de dados coletados, é necessário produzir informações sobre as mulheres negras que sejam facilmente interpretadas pela sociedade civil e permitam um maior conhecimento sobre suas condições de vida e dinâmicas de violência, como foi o caso da publicação *Retratos das desigualdades de gênero e raça*, que vem efetuando com primor esta tarefa. Também são necessários investimentos em pesquisas mais robustas sobre a condição de vida das mulheres negras brasileiras, que saiam desta aparente neutralidade das abordagens de gênero, que na realidade apenas privilegiam os assuntos especializados nas condições de vida das mulheres brancas. E que seja feito um plano político de intervenção governamental nas políticas de saúde e segurança pública voltado a atender as especificidades das mulheres negras.

Outra medida importante é a investigação de aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, como a exploração da sua imagem pela mídia nacional como objetos sexuais, mulheres violentas; propagandas em que são vistas como produto sexual e nacional a ser consumido no exterior – imagem da mulata e o carnaval –, tráfico internacional de mulheres; e outros. Faz-se urgente a criação de observatórios sobre a violência de gênero e raça e programas voltados ao atendimento da mulher negra vítima de violência. Em suma, a construção de políticas específicas para contemplar toda a diversidade de mulheres, que vivenciam o mesmo cotidiano de violência, cujos desafios são diferentes segundo sua raça e desigualdades correlacionadas.

REFERÊNCIAS

- AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **10 anos da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher:** Convenção de Belém do Pará. Brasília: Agende, 2004.
- BANDEIRA, L.; MELO, H. P. **Tempos e memórias:** movimento feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>.
- BRASIL. Lei nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Brasília, 2006.
- _____. CEDAW. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Foi assinada pelo Brasil em 31 de março de 1981, e ratificada pelo Congresso Nacional, em 1º de fevereiro de 1984, com reservas. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>.
- _____. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 204 p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD:** Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil. Rio de Janeiro, 2010. Suplemento. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/default.shtml>.
- KING, D. Multiple Jeopardy, multiple consciousness: the context of a black feminist ideology. **Signs**, v. 14, n. 1, p. 42-72, Autumn 1988.
- LOUREIRO, C. Empregada diz que foi espancada por jovens de classe alta no Rio: roubada, vítima conta que levou chutes e pontapés na cabeça: três suspeitos foram presos e 2 estão foragidos; todos moram em condomínios de luxo. **G1**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL57819-5606,00.html>>.
- SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009>.
- SOARES, A.; BORGES, D.; CAMPAGNAC, V. A pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007: notas metodológicas. In: DUARTE, M. S. B. (Coord.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização** – 2007. Rio de Janeiro: Rio segurança, 2008. p. 10-13.

SOARES, B. **Mulheres invisíveis:** violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **A violência doméstica e as pesquisas de vitimização.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006. Rio de Janeiro, 2-25 ago. 2006.

SOARES, G. O monstro mora lá em casa. **O globo**, 21 maio 2010. Disponível em: <<http://suicidiopesquisaeprevencao.blogspot.com.br/2010/05/o-monstro-mora-la-em-casa.html>>.

ROMIO, J. A. F. **Mortes femininas violentas segundo raça/cor.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

WHITE, E. O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2002.

ZALUAR, A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 24, n. 71, out. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsc/v24n71/v24n71a02.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLINS, P. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1991. Disponível em: <http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2010/11/Patricia-Hill-Collins-Black_Feminist_Thought__Knowledge__Consciousness__and_the_Politics_of_Empowerment__Perspectives_on_Gender.pdf>.

DAVIS, Â. Reflections on the black woman's role in the community of slaves. **Black scholar**, v. 12, n. 6, p. 2-15, Nov.-Dec. 1981.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e escrava:** uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD:** síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KARMEN, A. **Crime victims:** an introduction to victimology. 7. ed. Belmont: Wadsworth; Cengage Learning, 2010.

PACHECO, M. P. T. A família negras: exame de algumas questões. **Revista de estudos afroasiáticos**, n. 13, 1987.

PAIXÃO, M. O ABC das desigualdades raciais. **Teoria e pesquisa**, n. 42-43, jan.-jul. 2003. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/63/53>>.

PRADO, R. O conceito de família e domicilio. **Revista brasileira de estatística**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 170, p. 275-299, abr.-jun. 1982.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Danilo França

Doutorando em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e assistente de pesquisas no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Tem experiência em pesquisas sobre segregação residencial, desigualdades raciais e desigualdades educacionais.

Endereço eletrônico: danilsnfranca@gmail.com

Edilza Correia Sotero

Mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi estudante intercambista do programa Raça, Desenvolvimento e Desigualdade Social, promovido pelo Consórcio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Fund for the Improvement of Postsecondary Education (Capes/FIPSE), na Vanderbilt University (2006). Atualmente é aluna de doutorado no Departamento de Sociologia da USP, e desenvolve pesquisa sobre ensino técnico e ensino superior no Brasil.

Endereço eletrônico: edilzasotero@yahoo.com.br

Flavia Rios

Doutoranda em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Tem experiência em pesquisa nas áreas de relações raciais, movimento social e políticas públicas.

Endereço eletrônico: flaviamrios@yahoo.com.br

Jackeline Aparecida Ferreira Romio

Mestre e doutoranda em demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Graduou-se em Letras na Universidade de São Paulo (USP), fez iniciação científica em gênero no Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero do Departamento de Sociologia (NEMGE) da USP e intercâmbio acadêmico no Departamento de Sociologia da Howard University (EUA), onde conheceu as teorias de gênero do ponto de vista dos feminismos negros. Seus temas de pesquisa são: estudo da violência e a relação entre as opressões raciais, de gênero,性uais e de classe social; feminicídio; e indicadores sociais da violência contra as mulheres.

Endereço eletrônico: jackeline.romio@gmail.com

Layla Daniele Pedreira de Carvalho

Graduada em ciência política e mestre em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Entre seus temas de interesse e pesquisa estão: gênero, políticas para as mulheres, indicadores e políticas sociais. Participa atualmente do processo de estruturação do Relatório Anual Socioeconômico das Mulheres (Raseam), no Observatório Brasil de Igualdade de Gênero da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Endereço eletrônico: layladaniele@gmail.com

Márcia Lima

Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), com projetos vinculados ao Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (CEPID/FAPESP) e ao Instituto Nacional para Estudos da Metrópole (Programa CNPq/MCT).

Endereço eletrônico: m.rlima@uol.com.br

Tatiana Dias Silva

Mestre em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. Atua na Coordenação de Gênero e Raça.

Endereço eletrônico: tatiana.silva@ipea.gov.br

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Laeticia Jensen Eble
Leonardo Moreira de Souza
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Luana Signorelli Faria da Costa (estagiária)
Tauânara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima
Bernar José Vieira
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa
Cristiano Ferreira de Araújo (estagiário)

Capa

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3315 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

Autores

Danilo França

Edilza Correia Sotero

Flavia Rios

Jackeline Aparecida Ferreira Romio

Layla Daniele Pedreira de Carvalho

Márcia Lima

Tatiana Dias Silva

ISBN 978-85-7811-188-5



9 788578 111885 >

